



Revista

ENFRENTAMENTO

Movimento Autogestionário

18

ISSN 1983-1684

AUTO
GESTIONE

REVISTA ENFRENTAMENTO

UMA REVISTA NA LUTA CULTURAL

MOVIMENTO AUTOGESTIONÁRIO

ISSN 1983-1684

EXPEDIENTE

A Revista Enfrentamento é uma publicação do Movimento Autogestionário – MOVAUT. Seu conteúdo está vinculado à perspectiva revolucionária e autogestionária e intenta colaborar com a luta das classes e grupos oprimidos de nossa sociedade. Os textos publicados são de responsabilidade de seus autores. Contudo, o Conselho Editorial da Revista Enfrentamento e o Movimento Autogestionário reservam-se ao direito de só publicar os artigos que expressem claramente os pontos de vista políticos e teóricos do Movimento Autogestionário.

CORPO EDITORIAL

Diego Marques P. Dos Anjos

Gabriel Teles Viana

Lucas Maia

Mateus Orio

Capa

Mateus Orio

Sumário

EDITORIAL.....	5
A PRÁTICA COMO CRITÉRIO DA VERDADE?	
<i>Nildo Viana</i>	8
As lições das “Jornadas de Março”	
<i>Herman Gorter</i>	19
ANTON PANNEKOEK E OS PARTIDOS POLÍTICOS	
<i>Renato Dias de Souza</i>	28
A GREVE NAS UNIVERSIDADES E NOS INSTITUTOS FEDERAIS EM 2015: OS LIMITES DA AÇÃO SINDICAL	
<i>Associação Nacional dos Trabalhadores – ANT</i>	48
A BUROCRATIZAÇÃO DO SINDICALISMO RURAL NO BRASIL	
<i>José Santana da Silva</i>	57
“AUTÔNOMO, INDEPENDENTE, HORIZONTAL...”: A REEMERGÊNCIA DAS LUTAS AUTÔNOMAS NO BRASIL	
<i>Lucas Maia</i>	81
PRÁXIS REVOLUCIONÁRIA: EXPERIÊNCIAS DE AUTOGESTÃO	114
A COMUNA DE PARIS DE 1871	
<i>Edmilson Marques</i>	115
MAIO DE 1968	
<i>Marcus Vinícius Costa da Conceição</i>	121
A EXPERIÊNCIA DE AUTO-ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES CHILENOS NOS CORDÕES INDUSTRIAIS [1972-1973]	
<i>Gabriel Teles Viana</i>	128
A REVOLUÇÃO HÚNGARA DE 1956: ALGUNS APONTAMENTOS NECESSÁRIOS	
<i>Marcus Vinícius Costa da Conceição</i>	145

EDITORIAL

O capitalismo contemporâneo, estabelecido a partir da década de 1980, conformando o regime de acumulação integral, começa a partir dos anos 2000 apresentar sinais de esgotamento ou pelo menos anuncia que acomodações serão necessárias para manter os padrões de acumulação. Todo o movimento que foi realizado pelo capital a partir da crise da década de 1960/70 com a chamada reestruturação produtiva (implantação do toyotismo e modelos similares à escala mundial), implantação do estado neoliberal em quase todos os países do mundo e intensificação da exploração internacional dos países imperialistas sobre os países de capitalismo subordinado (o neoimperialismo) parecem demandar novas acomodações.

Trata-se de processo em curso. Não é possível ainda saber os contornos concretos que vão assumir as medidas das classes dominantes para manterem o regime de acumulação atual. Sinais de problemas apontam, contudo, em vários lugares: crise financeira e social de alguns países da zona do Euro (Grécia, Portugal, Espanha etc.), índice alarmante de desemprego em vários países da Europa, América Latina e África, conflitos políticos, étnicos e religiosos em Europa, África e Oriente Médio, recentemente a crise migratória ainda em Europa em razão de tais conflitos, desaceleração do crescimento industrial em alguns países etc. Poderíamos aqui estender a lista. Isso seria, contudo, contraproducente. O que deve ser feito é uma análise destas contradições dentro de um corpo teórico estruturado. Uma primeira abordagem já foi feita nesta direção. Trata-se do livro de Nildo Viana: *O Capitalismo na Era da Acumulação Integral*. Esta teoria deve agora ser enriquecida, pois os traços gerais já foram lançados.

É perceptível, à escala mundial, uma reascensão das lutas autônomas e independentes, chegando em alguns casos, a estágios bem avançados e radicais (Oaxaca no México, Piqueteiros na Argentina, por exemplo). Contudo, não se alinhou no horizonte de nossos dias ainda nenhum processo revolucionário. Desde fins dos anos 1990 e início dos anos 2000 que vem ocorrendo em várias partes do mundo movimentos contestatórios de grande envergadura pelos mais variados motivos: megamanifestações de rua em Europa, Estados Unidos e Canadá contra o G8 até a primeira metade dos anos 2000, a Primavera Árabe que varreu ditaduras em todo o norte do África a partir de 2010, manifestações nas periferias de Paris em 2005 contra violência policial e pobreza, algo

semelhante em várias cidades estadunidenses, sobretudo em Ferguson contra violência policial contra negros em 2014 e 2015, manifestações no Brasil contra o aumento da passagem de ônibus em 2013 etc. Indicamos aqui as que tiveram mais repercussão na imprensa nos últimos anos. A lista completa, contudo, é demasiado extensa. É dentro deste campo que este número da Revista *Enfrentamento* se insere. Pretende ser uma leitura, incompleta, do que podemos chamar *práticas de luta e do significado que estas têm para o desenvolvimento da consciência e da teoria revolucionária*.

Um estudo mais detalhado do capitalismo contemporâneo com indicações de estratégias de ação dos grupos, coletivos, movimentos e indivíduos revolucionários talvez seja um ponto a ser acentuado em nosso próximo número (jan/jul de 2016). Esperamos, nesta edição da *Enfrentamento*, trazer algumas indicações ao entendimento das lutas que se processam, mas sobretudo das linhas estratégicas, o problema organizacional, os limites e potências presentes, a supervalorização da prática, às vezes independentemente da forma de prática em questão, além de trazermos algumas experiências revolucionárias que esboçaram tentativas de libertação humana.

O número 16 da Revista *Enfrentamento* foi inteiramente dedicado às ideologias que atrapalham o desenvolvimento das lutas sociais hoje no Brasil (mas não apenas aqui). Criticamos, naquela oportunidade, as ideias e práticas mofadas do bolchevismo (leninismo, trotskismo, maoismo etc.), sindicalismo, sindicalismo revolucionário, economia solidária. Percebemos que nossas críticas aos fundamentos ideológicos, pressupostos políticos e práticas organizacionais destas ideologias caminham no sentido do desenvolvimento das lutas sociais que se assanham hoje no Brasil e no mundo. Esta percepção nos conduziu à necessidade abordar mais detidamente o problema da chamada prática. Quais práticas de lutas vemos hoje despontando nas ruas, nos bairros, nas escolas, universidades, fábricas, canteiros de obras no Brasil? Qual o significado destas práticas de lutas existentes hoje para a luta revolucionária presente de modo tendencial na atualidade?

Os textos recolhidos neste volume não dão conta da totalidade dos problemas envolvidos nestas questões. Tem, na verdade, o interesse e o mérito de os tematizar desde um ponto de vista revolucionário. Esta Revista não é, portanto, uma valorização sem critérios da assim chamada prática. É necessário envolver a análise das práticas

dentro de um campo teórico que vislumbre e que se assente na potencialidade revolucionária da classe operária.

Analisar as práticas significa, portanto, não ser coevo de toda e qualquer forma de luta existente. Trata-se também de realizar um discurso que nem sempre agrade, às vezes, nem mesmo aqueles que se julgam a si mesmos como na esteira do processo revolucionário. Nosso ponto de partida é a revolução. Por conseguinte, nosso ponto de chegada é a transformação radical e total das relações sociais capitalistas. Assim, nossa análise das práticas de luta tem sempre em vista tal libertação.

Daí nossa rejeição radical da totalidade das instituições sindicais e partidárias como formas de organização legítimas da classe operária e demais classes trabalhadoras. Tais instituições são hoje totalmente avessas à emancipação humana, justamente por serem integradas às engrenagens capitalistas. Daí, também, nossa total rejeição à tentativa de ocupação do poder de estado, seja pela via eleitoral ou golpe de estado. Tal instituição não é somente integrada à sociedade capitalista. É, de modo mais profundo, garantia de manutenção e perpetuação desta sociedade (independentemente do partido e corrente política que esteja em seu leme).

Se a análise das práticas de lutas presentes hoje no país tem alguma relevância, é justamente demonstrar quais tendências devemos negar e combater (burguesas e burocráticas) e quais tendências devemos defender e reforçar (proletárias). Eis o campo de discussão no qual este número da *Enfrentamento* se imiscui.

Conselho Editorial

A PRÁTICA COMO CRITÉRIO DA VERDADE?

Nildo Viana*

É bastante comum se ouvir a repetição da frase segundo a qual “a prática é o critério da verdade”. *Essa frase é atribuída à concepção marxista, mas, no fundo, é leninista.* Vários autores já mostraram o antagonismo entre o pensamento de Marx e o de Lênin (Berger, Pannekoek, Korsch, Guérin, etc.), e não cabe retornar a esse assunto aqui. Essa popularização desse equívoco pseudomarxista se deve ao leninismo e à deformação que este faz do marxismo. Lênin e Stálin são aqueles que os pseudomarxistas vão retomar para justificar tal afirmação.

Existe algo em Marx que dê margem para esse tipo de interpretação? Nas *Teses sobre Feuerbach* existem afirmações que, através de uma má interpretação, podem ser utilizadas para justificar a existência dessa ideia exótica no pensamento de Marx. Uma frase descontextualizada pode servir para esse tipo de interpretação equivocada:

A questão de saber se cabe ao pensamento humano uma verdade objetiva não é uma questão teórica, mas prática. É na *práxis* que o homem deve demonstrar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno do seu pensamento. A disputa sobre a realidade ou não-realidade do pensamento isolado da *práxis* – é uma questão puramente escolástica (MARX, 1991, p. 12).

Uma interpretação apressada e descontextualizada colocaria que tal afirmação significa que a prática é o critério da verdade. Mas uma leitura atenta e contextualizada ajuda a superar essa interpretação reducionista e simplista. O que Marx está colocando é que a questão da verdade é uma questão “prática” e que só se pode demonstrar que um determinado pensamento é verdadeiro na *práxis* e que fora disso se cai na escolástica. O que isso significa realmente? Para entender o que Marx quer dizer é necessário compreender o que significa, nesse contexto, prática. Mas antes disso é possível entender que aqui Marx está abordando a questão da “prova” da verdade. Essa questão da prova recebe, tradicionalmente, duas respostas, a filosófica e a científica. A prova de uma determinada tese (o que significa provar sua verdade, no final das contas) é racional (filosofia) ou empírica (ciência), ou seja, são duas formas de saber que usam distintos

* Militante do Movimento Autogestionário. Professor da Universidade Federal de Goiás.

processos de comprovação (VIANA, 2000). Marx recusa a concepção filosófica e, portanto, não considera que a mera “prova racional” seja suficiente. Isso é facilmente perceptível em toda sua polêmica com a filosofia idealista (Hegel) e os neo-hegelianos (expressa em suas obras *A Sagrada Família*; *A Ideologia Alemã*, etc.). No entanto, nesse texto, ele está criticando uma concepção que se considera “materialista”, a de Feuerbach. Feuerbach era materialista, mas não empiricista. Por conseguinte, é somente a contextualização discursiva (o conjunto das Teses Sobre Feuerbach e do pensamento de Marx) que podemos entender o real significado desta afirmação. Aqui fica claro que Marx contesta tanto a comprovação meramente racional quanto meramente empírica.

A pergunta que fica é: qual é a posição de Marx sobre a questão da verdade e sua comprovação? Não se trata de prova racional e nem de prova empírica. Também não se trata de um “critério” e nem é algo que remete apenas a prática política (partidária, tal como é geralmente compreendida pelos pseudomarxistas). No plano da abordagem dialética, trata-se de fundamentação do saber produzido, da teoria. Essa fundamentação se dá no que Marx denominou “prática”, cujo significado é preciso esclarecer, pois é algo bem distinto do que os pseudomarxistas afirmam. A discussão de Marx remete ao pensamento de Feuerbach e é nesse contexto que ela fica compreensível e é por isso que a palavra “prática” desaparece nos demais escritos de Marx. Na primeira tese Marx afirma:

O principal defeito de todo materialismo até aqui (incluindo o de Feuerbach) consiste em que o objeto, a realidade, a sensibilidade, só é apreendido sob a forma de objeto ou de intuição, mas não como atividade humana sensível, como práxis, não subjetivamente. Eis porque, em oposição ao materialismo, o aspecto ativo foi desenvolvido de maneira abstrata pelo idealismo, que, naturalmente, desconhece a atividade real, sensível, como tal. Feuerbach quer objetos sensíveis – realmente distintos dos objetos do pensamento: mas não apreende a própria atividade humana como atividade objetiva. Por isso, em *A Essência do Cristianismo*, considera apenas o comportamento teórico como o autenticamente humano, enquanto que a *práxis* só é apreciada e fixada em sua forma fenomênica judaica e suja. Eis porque não compreende a importância da atividade “revolucionária”, “prático-crítica” (MARX, 1991, p. 12).

Aqui Marx questiona o materialismo feuerbachiano, pois este concebe a realidade como algo estático (objeto) e não como “atividade”, ou seja, em sua historicidade e seu caráter ativo (o que significa, também, consciente, sensível). Essa

oposição estático/histórico (que inclusive é a raiz do que Marx chamou concepção materialista da história, posteriormente conhecido como materialismo histórico em oposição ao materialismo mecanicista e o feuerbachiano, abstrato) no que se refere à concepção de realidade (duas teorias distintas sobre o que é o real) se desdobra em duas formas de conceber o papel da teoria. A concepção feuerbachiana é contemplativa (“considera apenas o comportamento teórico como autenticamente humano”), a de Marx é revolucionária (“a importância da atividade revolucionária”, “prático-crítica”). Isso é perceptível também na quarta tese, na qual afirma que Feuerbach busca dissolver o mundo religioso em seu fundamento terreno, mas não resolve a questão do primeiro se fixar nas nuvens, como um reino autônomo, o que só pode ser explicado pelo fundamento terreno. O exemplo de Marx é esclarecedor: “uma vez descoberto que a família terrestre é o segredo da sagrada família, é a primeira que deve ser teórica e praticamente aniquilada”. Aqui o que ocorre é uma digressão de Marx sobre a abordagem de Feuerbach de um fenômeno social específico, a religião, e sua crítica, pois na abordagem deste se observa o avanço em compreender que o fundamento do mundo religioso é o mundo terreno, mas também é perceptível o limite na análise deste último.

Portanto, a concepção de Marx aponta para a crítica do idealismo e também do materialismo feuerbachiano. Feuerbach não compreende o fundamento terreno do mundo religioso, não percebe sua contradição. Para Marx, tal fundamento deve “ser compreendido em sua contradição” e também “revolucionado praticamente”. Aqui voltamos ao significado do termo “prática”. A compreensão limitada desse termo é outro problema no interior do marxismo, inclusive devido à deformação pseudomarxista. “Toda vida social é essencialmente prática. Todos os mistérios que levam a teoria para o misticismo encontram sua solução racional na *práxis* humana e na compreensão dessa *práxis*” (MARX, 1991, p. 14). Toda a vida social é prática, o que significa que esse termo não se reduz a um tipo de atividade específica, como querem os pseudomarxistas. Aqui temos uma oposição, o prático, o real, por um lado, e o mundo das ideias, por outro, mas este também é “prático”, não só porque emerge daquele, afinal, até a sensibilidade é uma atividade prática, humano-sensível, como coloca na quinta tese.

Nesse sentido, toda a discussão de Marx nesse texto é para colocar a distinção entre relações sociais concretas, percebidas em suas historicidade e totalidade, que

aparece através do termo “prática”, e o mundo das ideias, tal como a religião, que é parte do todo composto por tais relações sociais. A questão é que a fundamentação de uma determinada concepção não pode ocorrer através do mundo das ideias e sim do mundo real, concreto, “prático”. Portanto, não é o discurso ou as representações (tal como a religião ou o materialismo contemplativo de Feuerbach) que podem fundamentar uma tese e sua veracidade e sim a análise das relações sociais reais, concretas. Isso revela duas concepções de realidade, a do materialismo histórico e a do materialismo intuitivo de Feuerbach.

Não é uma concepção empobrecida de “prática” que seria um suposto “critério de verdade”. Em Marx, nesse contexto, o real é “prático”, ou seja, atividade realmente existente, que é consciente/sensível, isto é, *práxis*. A concepção pseudomarxista, especialmente a leninista e seus derivados, reduz a “prática” a algo individual (a prática do indivíduo), retomando Feuerbach, mas afirma isso citando Marx. O próprio Marx criticou essa concepção feuerbachiana: “Feuerbach dissolve a essência religiosa na essência humana. Mas a essência humana não é uma abstração inerente ao indivíduo singular. Em sua realidade, é o conjunto das relações sociais” (MARX, 1991, p. 14), “por isso Feuerbach não vê que o próprio ‘sentimento religioso’ é um produto social e que o indivíduo abstrato por ele analisado pertence a uma forma determinada de sociedade” (MARX, 1991, p. 14-45).

A síntese de Marx resolve toda essa questão ao retomar a necessidade de ir além da concepção individualista e da sociedade civil burguesa e compreender a totalidade: “o ponto de vista do velho materialismo é a sociedade civil; o ponto de vista do novo é a sociedade humana ou a humanidade social” (MARX, 1991, p. 14). Assim, numa concepção materialista histórica, nenhuma prática individual, especializada ou localizada¹ pode se

¹ Seja partidária, sindical ou qualquer outra. Os ativistas da pseudoesquerda se julgam portadores da verdade por causa de seu praticismo. Entendem que a prática individual é o critério da verdade, nessa concepção reducionista, e consideram que basta atuar em algo (“prático”, no sentido que eles dão ao termo, ou seja, na prática partidária, sindical ou “junto com os trabalhadores”) para se considerar “revolucionário”. Alguns praticistas, sem ligações com organizações burocráticas (partidos, sindicatos), podem ser honestos e bem intencionados, mas influenciados por ideologias ou concepções problemáticas ou mal interpretadas (tal como na interpretação deformada da concepção de Marx), acabam reproduzindo os equívocos “práticos” e “representacionais” dos pseudomarxistas.

arvorar no direito de ser “critério da verdade”, pois a verdade é descoberta na totalidade e é nesta onde há sua fundamentação². Obviamente que isso remete a outras questões, como interesses e classes sociais, que retomaremos adiante.

Logo, retomando a frase inicial de Marx, o significado dela é que a “demonstração” da verdade é algo histórico, que se realiza na vida prática e não no mundo do pensamento. A atividade teórica descobre a verdade ao partir da realidade, do concreto, que é uma totalidade que possui historicidade. O caráter real e “terreno do seu pensamento” são demonstrados na análise da vida social em seu conjunto. O papel da teoria é a superação desse mundo: “os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo” (MARX, 1991, p. 14). Outra interpretação que deforma o que Marx quis dizer é visível quando se considera que isso significa uma recusa da interpretação do mundo. A afirmação é sobre a filosofia, que se limitou, ou seja, se impôs um limite, que é interpretar o mundo (sob várias formas, já que são várias filosofias). O que importa, no entanto, é a sua transformação. Por conseguinte, não é suficiente interpretar o mundo, mas é parte do processo, só não se pode limitar a isso. Não há nenhuma recusa da teoria em Marx, ideia absurda e produto de uma interpretação descontextualizada. O que Marx expõe é uma crítica ao materialismo contemplativo. Este mundo deve “tanto ser *compreendido* em sua contradição, como revolucionado praticamente”, e ao *descobrir* a verdade de determinado fenômeno social, ele deve ser superado *teórica e praticamente*.

Quando Marx coloca na quarta tese que “uma vez descoberto que a família terrestre é o segredo da sagrada família”, o que significa que no início do processo há a descoberta, ou seja, um ato de consciência, que a verdade da sagrada família se encontra na família terrestre, então é essa que deve ser “teórica e praticamente” superada, ou seja, recusada tanto no plano da teoria quanto do real³, deixando de existir da forma

² “[...] o critério da verdade reside no encontro com a realidade” (LUKÁCS, 1989, p. 225).

³ A superação teórica significa que determinada concepção é refutada, mas que persiste, pois para sua superação real é necessário um ato coletivo e total para sua concretização, ou seja, a revolução social. A superação teórica é também “prática” (real), mas que não é generalizada e essa generalização só se concretiza com a transformação do conjunto das relações sociais, ou seja, com uma revolução social (total), promovendo sua superação real. Por conseguinte, a superação teórica é uma superação real (“prática”) parcial, que só se torna total com a revolução social, sua generalização e concretização. Assim, a ideologia liberal (bem como milhares de outras) já foi

como existe. Marx, por exemplo, fez a crítica do capitalismo, mas não sua superação concreta, real, “prática”. Da mesma forma, ele fez a crítica da filosofia (e de diversas concepções específicas, como da economia política de Malthus, Proudhon, Hegel, etc.), superando teoricamente essas ideologias, mas não praticamente, ou seja, não no plano real, pois ainda existem malthusianos, proudhonianos, hegelianos, etc.

Essa superação real (“prática”) não pode ocorrer sem a superação teórica, pois ela pressupõe a consciência, ou seja, é *práxis revolucionária*, que significa atividade teleológica consciente cujo objetivo é a revolução. Não se trata de apenas “prática” ou apenas “teoria”, pois na *práxis revolucionária* ambas existem juntas, pois ela é atividade orientada por uma finalidade (teleológica, que, no caso, é a revolução) consciente (teoria). Marx explicita isso na terceira tese: “a coincidência da modificação das circunstâncias com a atividade humana ou alteração de si próprio, só pode ser apreendida e compreendida racionalmente como *práxis revolucionária*”.

A teoria é, ela mesma, *práxis revolucionária*, pois é uma atividade, mental em sua constituição, mas prática quando se torna “força material”, ou seja, quando é comunicada, atuando sobre o mundo. Claro que nem toda a “teoria” (em sentido amplo, pois no sentido marxista, ela é revolucionária por essência), pois a finalidade (a revolução) precisa estar presente, bem como a autorreflexão (consciente). A teoria pode superar as ideologias no plano intelectual e contribuir com sua superação real (“prática”) ao existir, ser comunicada, e, principalmente quando se torna força material, ou seja, influente sobre as ações concretas dos indivíduos. A teoria se torna força material, por sua vez, quando expressa necessidades e interesses reais (MARX, 1968). A teoria revolucionária se torna força material quando é comunicada, quando sua circulação é maior, quando mais indivíduos a produzem/divulgam/concretizam. Como já dizia Korsch (1977), as ideias fazem parte da realidade e atuam sobre ela⁴. Mas, as ideias dominantes são as da classe dominante e, por conseguinte, a sua eficácia é relativa em momentos

superada teoricamente, mas é preciso que tal superação seja generalizada, o que significa a abolição da mentalidade e hegemonia burguesas, para ser a superação real, total, o que só ocorre com a transformação radical do conjunto das relações sociais.

⁴ “O critério da adequação do pensamento é a realidade, com certeza. Mas essa realidade não é, devém, não sem que o pensamento contribua para isso” (LUKÁCS, 1989, p. 226).

não-revolucionários, mas se torna maior com a ascensão das lutas proletárias e nos momentos revolucionários, pois as necessidades e interesses de classe ficam mais claros e presentes, bem como o antagonismo entre as classes, e as meras reivindicações imediatas passam a ser acompanhadas da efervescência revolucionária. A existência de ideias revolucionárias, no entanto, pressupõe a existência de uma classe revolucionária (MARX e ENGELS, 1991). As ideias revolucionárias, mesmo marginalizadas, atuam sobre a realidade e contribuem na luta pela superação do “estado de coisas existente”.

A partir disto podemos concluir que a afirmação de que a prática é o critério da verdade é algo que não tem pelo menos no sentido reducionista atribuído ao termo “prática”, nenhum fundamento no pensamento de Marx. Essa afirmação tem mais elementos em Engels e principalmente em Lênin e Stálin para se justificar, mas é uma concepção não-marxista e não-dialética, na qual há uma incompreensão tanto do real quanto da teoria. *Os praticistas apenas se iludem com práticas especializadas ou localizadas que não trazem em si a percepção da totalidade, elemento fundamental para a práxis revolucionária.*

Outro elemento relacionado a esse discurso é que ao colocar a “prática” como critério da verdade, ele desloca para outro lugar a questão das condições de possibilidade de uma consciência correta da realidade. Assim, muitos querem eleger uma suposta “prática” como critério de verdade, compreendendo esse termo de forma individualista. Isso reproduz o que Marx já criticava em Feuerbach e sua crítica da religião, pois ele abstrai o “curso da história” e fixa “o sentimento religioso como algo para-si”, além de “pressupor um indivíduo humano abstrato, isolado” (MARX, 1991, p. 13). Essa concepção de “prática individual” que seria o critério da verdade (e do caráter revolucionário de um indivíduo, segundo os leninistas e semelhantes) é burguesa, pseudomarxista.

Na teoria de Marx, a verdade é a expressão da realidade e é, portanto, nessa última que podemos chegar a qualquer conclusão ao seu respeito. Por conseguinte, é na realidade concreta, histórica, que se encontra a fundamentação (“comprovação” ou “critérios”) da verdade. Nesse sentido, Marx se opõe tanto ao idealismo e autonomização das ideias, quanto ao materialismo intuitivo, que substitui a totalidade pelo indivíduo abstrato. Uma coisa é a fundamentação da verdade, que se dá na realidade (“prática”), outra coisa é a capacidade ou condições de possibilidade de se chegar até a

verdade. Nesse aspecto, Marx coloca que é a perspectiva do proletariado que permite o acesso à verdade (MARX, 1988; MARX, 1968). Por conseguinte, aqueles que afirmam serem os portadores da verdade revolucionária por causa de sua prática supostamente revolucionária (partidária, sindical, em manifestações, entre outras formas possíveis, ou seja, práticas especializadas ou localizadas) nada têm de marxista e apenas realizam uma autojustificação de sua prática⁵.

A perspectiva do proletariado, no entanto, não é a da classe operária “empírica”, a que pode ser acessada pelas pesquisas de “opinião pública” ou a que se convive com ela em certas fábricas ou lugares. Segundo Marx, “não se trata de saber que objetivo este ou aquele proletário, ou até o proletariado inteiro, tem momentaneamente. Trata-se de saber o que é o proletariado e o que ele será historicamente obrigado a fazer de acordo com este ser” (MARX, 1979, p. 55). Ou seja, é o ser-de-classe do proletariado, especialmente seu vir-a-ser, sua potencialidade revolucionária, é o que interessa para a *práxis revolucionária*. Não se trata de se juntar ao proletariado como classe determinada (em-si) e sim como classe autodeterminada, revolucionária (para-si) e colaborar na

⁵ Os praticistas da pseudoesquerda apenas tentam justificar e legitimar sua prática burocrática (sindical ou partidária) através desse discurso ideológico e pseudomarxista, fundamentando-se numa concepção metafísica, pré-marxista. Outros praticistas o fazem por influência de ideologias e concepções, bem como por doutrinas e até mesmo teorias mal digeridas, apesar de sua possível honestidade pessoal. Apesar das diferenças, ambos são equivocados e acabam beneficiando a reprodução da sociedade burguesa e do burocratismo (incluindo o da pseudoesquerda e por isso não é difícil ver alguns praticistas honestos – embora nem todos nesse caso sejam honestos – se aliar com os praticistas da pseudoesquerda, pois ambos, uns por seu vanguardismo que quer manter as massas em seu estado de não autonomia seguindo eles, outros por evitar o vanguardismo e não querer intervir, caindo no reboquismo, achando que a classe por si só se liberta e basta ficar ao seu lado na “prática”, para agir revolucionariamente). Eles realizam a “prática” de não colaborar com o avanço da luta proletária num sentido revolucionário e por isso são tão conservadores quanto os pseudomarxistas. Claro que, nesse grupo de praticistas não-burocráticos, existem os oportunistas, que, com esse discurso, podem fazer todo tipo de aliança (com os modismos ideológicos, ideologias conservadores, pseudoesquerda, grupos acadêmicos conservadores, etc.) e apesar de sua visível posição ambígua e moderada, passam por esquerdistas por sua “prática”, apenas participando ou apoiando mobilizações sociais (alguns fazem isso ao mesmo tempo em que no seu lugar de trabalho reproduzem as concepções burguesas e burocráticas). Tem também aqueles movidos por uma fé irracional e por isso acreditam no praticismo como algo “revolucionário”, aproximando-se de uma concepção semirreligiosa e cega, onde basta seguir os rituais da prática para considerar que faz algo relevante para a transformação social. Claro que em alguns casos, isso tem a ver com a preguiça mental de certos militantes, que não se dispõem a fazer leituras e análises mais profundas, o que é bem pouco revolucionário, já que se posicionam e querem se opor a outras concepções (sem conhecê-las) e pessoas, sem nenhum fundamento. Pensam que um processo revolucionário e a tarefa imensa e complexa de colaborar na constituição de uma nova sociedade podem ocorrer com base em praticismo e sem fornecer uma colaboração intelectual através duma submersão acrítica junto aos “trabalhadores”, portanto apenas seus dogmas e leituras superficiais.

concretização dessa última, o que significa agir contra o proletariado como classe determinada (MARX, 1985; VIANA, 2012).

A teoria revolucionária, ao contrário da ideologia, também realiza o mesmo processo: a condição de possibilidade da consciência correta da realidade, da verdade, só é possível partindo da perspectiva do proletariado como classe autodeterminada, revolucionária. Obviamente que em momentos não-revolucionários, isso significa um afastamento entre indivíduos (proletários ou não) e a grande maioria da classe proletária (determinada pelo capital, submetido à hegemonia burguesa), mas faz parte de sua luta ampliar o número de proletários revolucionários, o desenvolvimento da consciência, auto-organização, teoria, a crítica das ideias e ideologias dominantes, etc. Qualquer indivíduo ou intelectual que fica no âmbito da classe proletária determinada pelo capital, apenas reproduz a sociedade burguesa e ao invés de fortalecer a tendência de superação do capitalismo, realiza o reforço da tendência de sua reprodução. E nesse caso tanto faz se ele se automeie como “marxista”, “anarquista”, “revolucionário”, “prático”, “ativista” etc.

Logo, trata-se da perspectiva do proletariado revolucionário, ou seja, que nega o capital e a si mesmo. O marxismo nada tem a ver com o obreirismo. Os revolucionários e intelectuais engajados partem da perspectiva do proletariado não quando distribuindo panfletos em portas de fábrica (uma imagem muito comum para os leninistas), nem quando estão em manifestações e, muito menos, quando estão em ações burocráticas de partidos e sindicatos. A práxis revolucionária se manifesta em todos os lugares, inclusive na atividade intelectual⁶.

Obviamente que partir da perspectiva do proletariado (revolucionário) significa expressar um conjunto de interesses, valores, concepções, que apontam para a necessidade da revolução social e da emancipação humana. Da mesma forma, para aqueles que partem da perspectiva de outras classes, portadoras de outros interesses, valores, etc., ocorre o processo contrário. A verdade é algo bem distante do seu

⁶ Tanto essa interpretação de Marx é verdadeira que é possível fundamentá-la na realidade, usando não apenas os seus escritos, mas também por sua biografia e determinadas afirmações, tal como aquela na qual disse que contribuiria mais com a revolução na biblioteca de Londres (escrevendo *O Capital*) do que em outro lugar.

pensamento e ao promoverem o reducionismo dela a uma suposta “prática” (geralmente individualista) apenas mostra que sua prática concreta aponta para a reprodução da sociedade burguesa e do proletariado como classe determinada pelo capital. O praticismo é a ação contrarrevolucionária que se afirma revolucionária e expressa o vanguardismo ou o reboquismo, duas faces da mesma moeda, pois ambas colaboram com o processo de dificultar a passagem do proletariado de classe determinada para classe autodeterminada. O *vanguardismo* (dirigismo burocrático) e o *reboquismo* (ativismo obreirista) são complementares e não é à toa que os defensores dessas posições supostamente antagônicas se unem nas ações concretas e como entre os últimos se revelam tanto oportunistas, que logo estarão do outro lado, como ingênuos, que servem de bucha de canhão para os vanguardistas e oportunistas.

A luta pela autogestão social é uma luta prática, real, e ocorre no plano da cultura, da teoria, das representações, dos sentimentos, dos valores, bem como nos embates e processos de luta no conjunto das relações sociais, tais como greves, manifestações, lutas cotidianas em locais de moradia, trabalho e estudo, mas, em qualquer uma dessas formas, só ganha sentido revolucionário ao estar coerente e ligado estrategicamente ao objetivo final, não deixando de lado sua “relação com a totalidade” (LUKÁCS, 1989). A crítica da deformação do pensamento de Marx e do marxismo, incluindo esse empobrecimento repetido milhares de vezes sobre uma suposta “prática”, individual ou abstrata, que seria o “critério da verdade” é parte dessa luta cultural que possui sentido revolucionário.

Referências

KORSCH, Karl. *Marxismo e Filosofia*. Porto: Afrontamento, 1977.

LUKÁCS, Georg. *História e Consciência de Classe*. Porto: Publicações Escorpião, 1989.

MARX, Karl e ENGELS, F. *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. 3ª Edição, São Paulo: Hucitec, 1991.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Vozes, 1988.

MARX, Karl. *A Miséria da Filosofia*. 2ª Edição, São Paulo: Global, 1985.

MARX, Karl. *Crítica de la Filosofia del Derecho de Hegel*. Buenos Aires, Ediciones Nuevas, 1968.

MARX, Karl. *O Capital*. Vol. 1. 3ª Edição, São Paulo: Nova Cultural, 1988a.

MARX, Karl. Proudhon. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Sagrada Família*. Lisboa: Presença, 1979.

MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, Karl e ENGELS, F. *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. 3ª Edição, São Paulo: Hucitec, 1991.

VIANA, Nildo. *A Filosofia e Sua Sombra*. Goiânia: Edições Germinal, 2000.

VIANA, Nildo. *A Teoria das Classes Sociais em Karl Marx*. Florianópolis: Bookess, 2012.

AS LIÇÕES DAS "JORNADAS DE MARÇO"¹

(Última² carta de Gorter a V. I. Lênin)

Herman Gorter

Querido Camarada Lênin,

Quando nos despedimos em novembro de 1920, suas últimas palavras a propósito de nossas ideias tão divergentes sobre a tática revolucionária na Europa Ocidental foram que, nem seu parecer nem o meu foram suficientemente submetidos à prova, que seria a experiência que demonstraria qual de nós dois tinha ou não razão.

Tese com a qual estávamos ambos em completo acordo.

Agora, nos dias correntes, temos à nossa disposição mais de uma experiência. Permita-me mostrar-lhe, a partir de meu ponto de vista, as lições que podemos retirar de tais experiências.

Você se recorda que no Congresso de Moscou, você mesmo e o Comitê Executivo da III Internacional tinham-se declarado a favor do parlamentarismo, pela infiltração nos sindicatos operários e pela participação nos conselhos industriais legais na Alemanha, único país da Europa em que se havia efetivado um processo revolucionário.

O Partido Comunista Operário da Alemanha – KAPD³ (na sigla em alemão) e os marxistas holandeses responderam que sua tática conduziria a um extremo

¹ Escrito em 1921. Primeira edição em francês em *L'ouvrier Communiste*, órgão mensal dos Grupos de Operários Comunistas, Paris, nº 9/10, mayo 1930. Esta tradução foi feita a partir do texto disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/gorter/1921-marzo.htm>. Tradução e notas: Lucas Maia.

² Herman Gorter escreve em 1920 uma longa carta na qual refuta ponto por ponto os pseudoargumentos de Lênin em seu panfleto *Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo*. Esta carta de Gorter foi publicada no Brasil por Maurício Tragtemberg (TRAGTEMBERG, M. **Marxismo Heterodoxo**. São Paulo: Brasiliense, 1981). Esta carta, de 1921, que vertemos agora ao português é a confirmação de que as críticas feitas por Gorter a Lênin em 1920 estavam completamente corretas e a prática da Revolução Alemã o demonstrou.

³ KAPD – Partido Comunista Operário da Alemanha. Dissidência do KPD – Partido Comunista Alemão. Este é dissidência do USPD – Partido Socialdemocrata Independente da Alemanha, que por sua vez é dissidência do SPD – Partido Socialdemocrata da Alemanha. Está nas declarações de fundação do KAPD que ele não é um "partido no sentido tradicional do termo", ou seja, embora tenha mantido o

enfraquecimento da revolução, ao caos dentro do proletariado, às desavenças e ao desentendimento entre os comunistas e, por conseguinte, à mais desastrosa das derrotas. Em contrapartida, o antiparlamentarismo, a organização por fábrica, as uniões operárias e seus comitês de ação revolucionários conduziram, na Alemanha e na Europa Ocidental, à intensificação do processo revolucionário e, finalmente, à unificação o proletariado.

Você pretendia – e com você estava o Comitê da III Internacional – reunir as massas sob sua direção política e sindical sem saber se as massas eram verdadeiramente comunistas. É o que fizeram em Tours, Florência e Halle. Seu objetivo era dar a estas massas tão somente outros chefes.

Nós, pelo contrário, queríamos destruir as velhas organizações e construir outras de novo tipo, de baixo para cima, animadas por uma nova mentalidade. Não queríamos agrupar mais que verdadeiros comunistas.

Vocês queriam exportar para a Europa Ocidental a tática que empregaram na Rússia, onde o capitalismo era ainda pouco desenvolvido e onde tinham como aliados os camponeses.

Nós, na Europa Ocidental, tínhamos clareza de que o proletariado está só em sua luta contra o gigantesco capitalismo, que tem à sua disposição o crédito e as matérias-primas. Para nós era, pois, necessária nossa própria tática, totalmente distinta, obviamente, da de vocês.

Vocês queriam a ditadura do partido, ou seja, a de alguns poucos chefes.

Nós queríamos uma ditadura de classe.

Vocês levavam a cabo uma política de chefes. E nós, uma política de classe.

uso da palavra partido, suas práticas e concepções em nada se aproximam de um partido político. Para mais informações sobre a formação da esquerda germano-holandesa cf. AUTHIER, Denis. **Para a história do movimento comunista na Alemanha de 1918 1921.** In: _____ (org.). *A esquerda alemã (1918-1921)*. Porto: Afrontamento, 1975; GOMBIN, Richard. **As origens do esquerdismo.** Porto: Afrontamento, 1972; MAIA, L. **Comunismo de Conselhos e autogestão social.** Pará de Minas: VirtualBooks, 2010. Entre outros (Nota do tradutor).

No fundo, a tática de vocês segue sendo a da III Internacional. Não mudaram senão a fachada externa, os nomes, os *slogans*. Essencialmente, continuam pertencendo (no campo europeu, como no russo) à velha escola de antes da revolução.

As Jornadas de Março do proletariado alemão em 1921 demonstraram quem de nós tinha razão. Você, Camarada Lênin, com o Comitê Executivo da III Internacional, ou, pelo contrário, o KAPD com os marxistas holandeses? As Jornadas de Março deram a resposta e demonstraram que os *esquerdistas*⁴ tinham razão.

Havia na Alemanha dois partidos, cada um com sua própria tática, participando ambos no movimento. O Partido Comunista da Alemanha – KPD (na sigla em alemão), segundo sua tática e o Partido Comunista Operário da Alemanha – KAPD, segundo a nossa. E, quais foram os resultados? Como se comportaram na ação? (Pois, acaso não é sempre necessário, especialmente no tema do qual nos ocupamos agora, que a tática, os princípios e a teoria encontrem sua justificativa na ação?).

O KPD, por meio de sua ação parlamentar, que somente expressava a decepção das massas ante o capitalismo, acabou por desviar o proletariado de uma verdadeira ação revolucionária. Ele logrou em reunir centenas de milhares de não comunistas, convertendo-se em um partido de massas. Com sua tática de infiltração, constituiu-se em sustentáculo dos sindicatos e com sua participação nos conselhos industriais legais, traiu os conselhos revolucionários e, portanto, enfraqueceu a revolução. O KPD, com tudo isto, não fez outra coisa senão seguir, camarada Lênin, seu conselho, sua tática, a do Comitê Executivo e a da III Internacional. E, como consequência de tudo isto, caiu de vez na inatividade (por exemplo, durante a ofensiva contra Varsóvia), na traição diante da necessidade de ação (no *putsch* de Kapp, por exemplo), a partir de simulacros de ação e de uma publicidade de tambores e fanfarras, chegou unicamente ao reformismo, drenando constantemente o ímpeto de luta dos trabalhadores ao lugar que os

⁴ Lênin publica em 1920 um panfleto intitulado *O Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo* no qual ataca vários grupos e militantes contrários à política da III Internacional e críticos do que havia se tornado a Revolução Russa. Os autores e as tendências criticados por Lênin ficaram a partir de então conhecidos como esquerdistas. O que, na caneta de Lênin, tinha um tom pejorativo, passou a ser o modo como se qualificou o conjunto de autores, grupos, tendências que criticam o bolchevismo. Entre os autores criticados no panfleto de Lênin encontram-se Amadeu Bordiga, Silvia Pankhurst, mas, sobretudo, a esquerda germano-holandesa representada por Otto Rühle, Herman Gorter, Anton Pannekoek etc. (Nota do Tradutor).

capitalistas sempre quiseram conduzir a luta proletária (exemplo: a greve dos eletricitistas em Hamburgo, nas fábricas Ambi e Lema etc.). Enfim, quando a revolução alemã já estava em pleno retrocesso e enfraquecida, os melhores elementos do KPD começaram a questionar, cada vez com maior ardor, a serem conduzidos a ação – então, de uma hora pra outra, o KPD se decidiu a uma grande intentona com vistas à conquista do poder político.

Eis aqui em que consistiu: antes das provocações de Hörsing e da Sipo, o KPD se decidiu gradualmente a uma ação, superficial, de cima pra baixo, sem o espontâneo impulso das grandes massas: em outras palavras, adotou a tática do *putsch* (golpe).

O Comitê Executivo da III Internacional e seus representantes na Alemanha vinham insistindo há muito tempo que o KPD, devido seu profundo comprometimento, demonstrou ser um verdadeiro partido revolucionário. *Como se o essencial de uma tática revolucionária consistisse unicamente em se comprometer profundamente!...* Pelo contrário, quando em vez de fortalecer a força revolucionária do proletariado, um partido mina, debilita esta mesma força à custa de seu apoio ao parlamento e aos sindicatos, e que, depois de tais preparativos, decide-se, de repente à ação lançando-se à dianteira deste mesmo proletariado ao qual acabara de debilitar, em todo este procedimento não se verifica outra coisa senão um *putsch*, ou seja, uma ação decretada a partir de cima, que não tem sua origem nas próprias massas, e que, por conseguinte, está destinada ao fracasso. Esta tentativa de *putsch* não é, de modo algum, revolucionária. É oportunista, da mesma forma que é oportunista o parlamentarismo ou a tática de infiltração de células de membros do partido entre os vários grupos adversos.

Esta tática *putchista* é o reverso inevitável do parlamentarismo e a tática da infiltração, do recrutamento de elementos não comunistas, da substituição da tática de massa ou de classe pela tática de chefes. Uma tal política, débil, apodrecida, tem que conduzir fatalmente aos *putschs*.

Como poderia o KPD – corrompido pelo parlamentarismo, internamente debilitado pelo peso morto dos não comunistas, com desavenças entre, pelo menos seis tendências, posto a serviço de uma tática de chefes, contrário à tática de massa – ter realizado uma ação revolucionária?

Onde teria encontrado o KPD a força necessária, frente a um inimigo tão formidável como a reação alemã armada até os dentes? Frente ao capitalismo financeiro e comercial, que consegue fazer um bloco de todas as classes contra o comunismo?

Quando chegou a provocação de Hörsing por parte do governo, quando uma geral e tenaz resistência se fez necessária, e quando as massas começaram a sublevar-se na Alemanha Central, o KPD, devido sua debilidade interna, não foi capaz de nenhum combate efetivo. Aquilo foi sua ruína. Pelo menos a metade de seus membros permaneceu inerte – em outras partes lutaram entre eles mesmos. A reação ganhou sem esforço.

Quando a derrota já se iniciava, Levi, vosso antigo protegido e porta-bandeira, homem que juntamente com Radek, você e o Comitê Executivo são os maiores responsáveis pela introdução em Alemanha e Europa Ocidental desta debilitante tática, desta tática do *putsch* – este Levi atacou pelas costas os membros mais combatentes do KPD. Aqueles que, apesar de sua tática equivocada, haviam-se mostrado como verdadeiramente revolucionários. Enquanto milhares dentre eles se lhes citou ante aos tribunais, ele os denunciou, a eles e a seus chefes. Ele, com sua tática, não é somente corresponsável pelo *putsch*, mas também pelos terríveis castigos da repressão. E é com ele precisamente que se coligam elementos como Däuming, Geyer, Clara Zetkín, e junto com eles – fato muito significativo – toda a fração parlamentar do partido.

O Partido Comunista Alemão recebeu assim um duro golpe. E com ele foi ferido todo o proletariado da Europa Ocidental, a revolução russa e a revolução mundial. O KPD, único partido comunista de massa na Europa Ocidental, provavelmente será reduzido a nada. Certamente, este será seu fim enquanto partido revolucionário.

Este partido, camarada, foi construído segundo vossos princípios, num país cujas condições econômicas se encaminham para um processo revolucionário. E, no primeiro golpe que ele enceta, vem abaixo. Enquanto seus mais valentes militantes morrem, são fuzilados, enchem as prisões, eles mesmos são traídos por seus próprios chefes. Eis aqui o exemplo que deu o KPD e sua tática.

Vejamos agora o outro exemplo, a outra tática: a do KAPD.

O KAPD, que rejeita o parlamentarismo, nem tampouco se interessa pelos antigos sindicatos, que defende as organizações de fábrica, não terá nunca, portanto, a necessidade da tática do *putsch*, que é sempre consequência de falta de solidez interna. Pois bem, o KAPD não terá que padecer de falta de solidez interna, pois só admite como membros elementos comunistas, porque, para ele, o que conta é a qualidade; porque não tem uma política de chefe, mas sim uma política de classe; por que não quer uma ditadura do partido, mas sim uma ditadura de classe. Eis aí a razão pela qual, para ele, não se pode colocar a questão do *putsch*. No caso que agora nos ocupa, o KAPD não seguiu a tática *putschista*. Sua tática fundamenta-se no fato de que o partido ou a direção de um partido não podem tomar a decisão de uma revolução ou de uma grande ação insurrecional, mas sim que a situação, ou seja, a vontade de combate das massas é quem deve decidir. A tática do KAPD quer fortalecer o proletariado desenvolvendo sua consciência e ampliar sua força revolucionária constituindo organizações eficazes de combate. Obviamente, isto não pode realizar-se a não ser no combate mesmo, sem esquecer jamais a luta imposta pelo inimigo ou surgida espontaneamente nas massas.

É assim que o KAPD sempre atuou, o contrário do que tem feito os partidos Socialdemocrata, Independente e Comunista da Alemanha. Foi assim que atuou durante o *putsch* de Kapp, a greve dos eletricitistas, a ofensiva russa na Polônia, as numerosas greves na Alemanha, como, também, durante as Jornadas de Março. Com esta tática verdadeiramente revolucionária não podem dar-se ações arbitrariamente aprendidas.

Nas Jornadas de Março, o KAPD não iniciou a luta, a não ser depois do ataque do governo.

E agora, quer você comparar o KAPD com o KPD durante e depois da ação? O Partido Operário Comunista da Alemanha mostrou-se tão firme em seus princípios e em sua tática, que, na ação, não houve desacordo algum, e que, inclusive depois da derrota, reinou a mais completa unidade na assembleia dos delegados. Apesar da derrota, sua força se viu incrementada, assim como também a da União Geral Operária – AAU (na sigla em alemão).

Esse é o balanço de sua tática e a da III Internacional e a tática do KAPD.

Camarada Lênin, não é por pedantismo que quero considerar mais profundamente estes problemas. É por que deles depende a tática da revolução em Europa Ocidental, assim como da revolução mundial. Consideremos, pois, mais de perto os detalhes de tática – da sua e da dos esquerdistas.

Queríeis o parlamentarismo. Queríeis representar um papel no teatro, por detrás de cujos bastidores se oculta o Novo Estado Alemão de Stinnes y do Orgesch, teatro que carece de verdadeiro poder. Com seus métodos, os operários foram alijados dos verdadeiros problemas da revolução, congregaram-se (com as eleições) massas com as quais não se podia contar, parte dessas massas devia forçosamente faltar nos momentos decisivos. Com estes métodos, a corrupção interna era inevitável.

Nós éramos, como ainda somos, antiparlamentaristas. Nós não queríamos a luta fictícia, mas sim a verdadeira luta. Por isto o KAPD permaneceu unânime e irremovível.

Queríeis os conselhos industriais legais. Recomendaram-nos aos operários, impuseram aos operários que os reconhecessem como órgãos da revolução. Que papel desempenharam durante as Jornadas de Março? Abandonaram a ação revolucionária e a traíram.

Nós defendíamos os comitês de ação revolucionários. E, enquanto os conselhos industriais permaneciam inativos e traíam, durante as Jornadas de Março, os comitês revolucionários de ação surgiram espontaneamente das massas e empurraram o movimento adiante.

Queríeis atuar sobre os sindicatos por meio de núcleos comunistas. O que realizaram estes núcleos? Conseguiram fazer os sindicatos avançarem? Não há registros que algo assim tenha ocorrido. Estes núcleos não realizaram nada. Inclusive, muitas vezes se tornaram parte da burocracia sindical.

Nós defendíamos a organização por fábrica e a reunião destas organizações dentro de uma União Geral Operária (AAU), por que a luta revolucionária não pode ser dirigida senão no campo industrial e sobre a base industrial. E o que nos demonstrou as Jornadas de Março? Lutou-se nas indústrias e pelas indústrias. Foram as organizações de fábrica as que lutaram. São elas e não os sindicatos por ofício, as que formaram o ponto

de apoio da revolução. As Jornadas de Março forneceram a prova de que, para a revolução, as organizações de fábrica são indispensáveis.

O KPD, camarada Lênin, apesar do heroísmo de um importante número de combatentes, paralisou a revolução com esta tática (que é também a sua) com seu *parlamentarismo, sua infiltração nos sindicatos e seus conselhos industriais legais*.

O KAPD, a AAU e as organizações de fábrica apareceram aos olhos do mundo inteiro como os verdadeiros chefes da revolução alemã, ou melhor, da revolução na Europa Ocidental e no mundo inteiro.

Queríeis a organização, obtiveram o caos. Queríeis a unidade, obtiveram a cisão. Queríeis uns poucos chefes, obtiveram uns poucos traidores. Queríeis as massas, obtiveram umas poucas seitas.

(Ainda é necessário que se acrescente mais esta observação: você, camarada Lênin, com seus Zinoviev, Radek e tantos outros dentro da III Internacional, disseram que a tática do KAPD não serviria a não ser para produzir seitas). Vejamos, contudo, o que sucede! Seu KPD compreende, pelo que consta, 500.000 membros. Porém, ele mesmo acrescenta (em seu congresso), e todo mundo bem o sabe, que a maioria não é comunista. Suponhamos, contudo, que a metade o seja. Neste caso, por meio de sua tática e a da III Internacional, sobre os 9 milhões de sindicalizados na Alemanha, agruparam vocês 250.000 comunistas. Porém, quantos comunistas há dentro da União Geral Operária (AAU), que foi estabelecida segundo os princípios do KAPD? Em números redondos: 250.000. Avaliada em cifras, nossa tática resultou, pois, tanto quanto a sua.

Porém, não é só com relação aos números que nossa tática revelou-se superior. Existem ainda outras diferenças: em primeiro lugar, o KPD e os núcleos que foram criados consumiram muitos milhões de marcos em periódicos, organização e propaganda – o KAPD e a AAU não gastaram um único centavo. Em segundo lugar, o KPD e seu núcleos desmoronaram em suas mãos, enquanto o KAPD e a AAU são sólidos e estão em pleno desenvolvimento. O KPD e seus núcleos estão carcomidos por traições internas. O KAPD e a AAU crescem em solidez e unidade.

A realidade nos proporcionou os seguintes elementos de experiência: como claramente demonstraram as Jornadas de Março do proletariado alemão, como a

Internacional inteira, esperemo-lo, o reconhecerá, Camarada Lênin, sua tática, a do Comitê Executivo e a do Comitern conduz ao desmoronamento e à derrota, ao passo que a dos esquerdistas é geradora de unidade e força.

O III Congresso da Internacional deverá, pois, modificar sua tática. Camarada Lênin, nós reconhecemos a adequação de sua tática à Rússia e pessoalmente queria dizer-lhe que o juízo da história, pelo que vejo, considerando sua conduta revolucionária em seu conjunto, dirá que foi grande e a melhor possível. Em meu entender, você é, depois de Marx e Engels, nosso mais eminente guia⁵. Isto, contudo, não quer dizer que você não tenha se equivocado no que diz respeito à tática a empregar na Europa Ocidental.

E agora, nos dirigimos ao proletariado alemão dizendo: *“se, de verdade, estais convencidos, racional e efetivamente, de que são os esquerdistas quem tem razão, se estais disposto a lutar seguindo o método do KAPD e da AAU, então abandonem o KPD e todos os velhos partidos parlamentaristas; abandonem os sindicatos e adiram à União Geral Operária e ao Partido Comunista Operária da Alemanha”*.

E fazemos uma chamada a todo o proletariado da Europa Ocidental e de todo o mundo para que adotem nossa tática.

⁵ Esta apreciação de Gorter acerca de Lênin deve ser entendida dentro do contexto histórico. Ainda em 1921, a revolução russa era pouco compreendida e sobretudo havia muita ilusão e desinformação sobre o papel efetivado pelo bolchevismo dentro do processo revolucionário na Rússia. Havia uma imagem do bolchevismo e do próprio Lênin que não era propriamente o que o bolchevismo e Lênin eram. Em textos posteriores, tanto Gorter, quanto a esquerda germano-holandesa como um todo (Ruhle, Pannekoek, Korsch, Mattick etc.), irão realizar críticas muito mais profundas e acertadas com relação à política bolchevique e à produção intelectual de Lênin. A qualificação do bolchevismo como burocrático e de Lênin como ideólogo da burocracia irá se esclarecer ao longo da década de 1920 e sobretudo nos anos de 1930. A partir de então, as divergências deixam de ser meramente táticas, pois tanto o bolchevismo quanto seus ideólogos (Lênin, Trotsky, Stálin etc.) serão identificados como inimigos do proletariado. (Nota do tradutor).

ANTON PANNEKOEK E OS PARTIDOS POLÍTICOS

Renato Dias de Souza*

Neste artigo discutiremos o processo de constituição da concepção de partido político de Anton Pannekoek e sua relação com as lutas do operariado pela construção da autogestão social¹, sobretudo nas primeiras décadas do século XX. O que nos é possibilitado pela consideração da historicidade, na qual, o autor produz suas ideias e participa do debate acerca do papel dos partidos políticos na vida do operariado. Sua produção intelectual é resultado da ação que empreende em meio as lutas sociais do seu tempo e torna-se compreensível se relacionada à totalidade em que se constitui, pois, “não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência” (MARX E ENGELS 1984, p.23). Portanto, a compreensão da sua concepção de partido político, um dos aspectos da sua profícua produção, requer reconstituirmos o seu processo de formação a partir da consideração de que a consciência é indissociável do ser social que a desenvolve (VIANA, 2008b, p. 83). Por sua vez, dá grande contribuição às lutas do operariado na primeira metade do século XX e sua obra ainda instiga a luta contra as organizações burocráticas; os partidos políticos, sindicatos etc.

Em meio aos conflitos sociais de seu tempo, Pannekoek e os comunistas de conselhos, constituíram suas posições acerca dos partidos políticos. Considerando as especificidades que são próprias a cada autor, o caminho mais apropriado, a partir do que sugere o próprio Pannekoek, será associarmos aos diversos sistemas de pensamento,

* Historiador graduado pela Universidade Estadual de Goiás/UEG.

¹ Referimo-nos às lutas do operariado pela apropriação coletiva dos meios de produção, o fim do antagonismo entre o processo de produção coletiva e a apropriação privada do seu produto e consequentemente a autoemancipação do operariado. Trata-se da luta pela socialização e se distingue radicalmente das experiências históricas burocratizantes que tinham como fim a estatização dos meios de produção. São momentos na história da classe operária em que sua ação tem como objetivo a construção da sociedade comunista. O termo “autogestão social” surgiu no século XX, em manifestações que contestavam a sociedade capitalista, porém passou a ser remetido a experiências históricas anteriores com o objetivo de evitar confusões entre o significado dessas lutas e o capitalismo de Estado que erroneamente é chamado de “comunismo” por diversos agentes e meios de comunicação. Enquanto o comunismo, na realidade, é a autogestão social ao invés do capitalismo de Estado.

seus conteúdos filosóficos e a subjetividade às origens sociais e históricas que lhes dão sentido (PANNEKOEK 1938, p.3). Suas posições acerca dos partidos políticos estão relacionadas à sua atuação na socialdemocracia em um primeiro momento, depois ao ofuscamento provocado pelo bolchevismo e finalmente ao comunismo de conselhos.

Na obra de Pannekoek temos a perspectiva do marxismo como a teoria revolucionária da classe operária e sua negação enquanto corpo doutrinário onde a sua potencialidade dá lugar à contemplação a-histórica da realidade social. Contrapondo-se a isso ele compreende o marxismo na sua indissociável vinculação às lutas sociais do operariado.

Assim, o marxismo, teoria da revolução operária, não é na realidade e, ao mesmo tempo, uma força mais viva que no espírito e o coração dos operários revolucionários... Isto supõe que o marxismo não pode ser uma doutrina imutável ou um dogma estéril que impõe suas verdades (PANNEKOEK 1938, p.9).

Outro aspecto que destacamos é a compreensão de Pannekoek de que a consciência de classe não se constitui a partir do partido político como substituto do operariado na ação revolucionária. Ao contrário, concretiza-se no decorrer da luta de classes, quando a exploração a que o operariado está submetido dá lugar a práticas sociais contestatórias e construtivas.

Os primeiros sintomas dessas forças surgirão nos trabalhadores espontaneamente, a partir da sua exploração comum; desenvolver-se-ão incessantemente através das necessidades da luta, sob influência da experiência, do estímulo mútuo, da educação recíproca. Nascerão necessariamente, porque a sua expansão trará a vitória, ao passo que a sua ausência é sinônimo de derrota (PANNEKOEK 2007, p.45).

Marx e Pannekoek concluiriam que “a libertação dos trabalhadores terá de ser obra dos próprios trabalhadores” (PANNEKOEK, 1953, p 03). Chegaram a essa constatação a partir das suas atuações na luta do operariado e a reflexão que produziram a partir dessas. Foi a Comuna de Paris (1871), dois anos antes do nascimento de Pannekoek, fundamental para que o primeiro aprofundasse suas críticas às tentativas de tomada do Estado e sua condução como uma fase de transição para a autogestão social².

² Marx no seu texto sobre a Comuna de Paris (1871) deixa claro, que não é possível à classe operária contentar-se em tomar o Estado e colocá-lo para funcionar substituindo a classe que o controla. Devendo a “comuna”, organização autônoma dos trabalhadores, servir de “alavanca” para

Enquanto para Pannekoek as lutas do operariado, nas greves da Bélgica (1893), Revolução Russa (1905-1917) e na Alemanha (1918-1919) foram responsáveis pelo seu posicionamento contrário a transferência da ação autônoma do operariado para os dirigentes dos partidos políticos (PANNEKOEK 1953, p.5).

Pannekoek, anteriormente, havia ingressado no Partido Operário Socialdemocrata da Holanda e com Herman Gorter e Frank Van Der Góes constituíram um grupo à esquerda no seu interior (PANNEKOEK 2007 p.10). Desse modo, no final do século XIX já dava sua contribuição intelectual ao movimento operário, momento em que na Holanda o capitalismo era o resultado das condições de um país que desde o final do século XVI até a maior parte do século XVIII teria exercido a hegemonia de um dos ciclos sistêmicos de acumulação.³ O que levou com que a burguesia holandesa ao final deste período se transformasse nos “banqueiros da Europa”, segundo Arrigui (1996). Esse processo de acumulação de capital não poderia se dar de outro modo, já que procurava atender os interesses da classe dominante, que não fosse através de uma extensiva exploração do operariado.

No entanto, não devemos nos esquecer que o processo de produção é, ao mesmo tempo, um processo de exploração da força de trabalho e valorização da mercadoria. Então as lutas do operariado contra a ação do capitalista acabam opondo ao segundo obstáculo a continuidade desse processo (VIANA 2008, p.67-68). O surgimento da socialdemocracia holandesa, de inspiração anarco-sindical, é uma das tantas tentativas do operariado de se organizar em oposição à continuidade do ciclo de acumulação de capital. O que gerou, entre outras organizações, os partidos políticos.

a derrubada das bases econômicas em que se sustenta a existência das classes e sua dominação (MARX 1986).

³ Giovanni Arrigui procura discutir a história do capitalismo a partir dos ciclos sistêmicos de acumulação. Esses correspondem aos diferentes momentos do processo, no qual, nas fases de expansão material o capital-monetário “coloca em movimento” uma massa cada vez maior de produtos, entre eles, a força de trabalho. Enquanto nas fases de expansão financeira uma massa crescente de capital monetário “liberta-se” da sua forma mercadoria levando com que a acumulação continue através de acordos financeiros. A junção dessas duas fases constitui um ciclo sistêmico de acumulação (DMD’) (ARRIGUI 1996, p.06). A hegemonia, neste caso, se refere “à capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas” (ARRIGUI 1996, p.27). Neste artigo nos interessa enfatizar, exclusivamente, a referência que o autor faz ao capitalismo na realidade específica da Holanda onde também atuou Pannekoek.

Nesse momento não se tratava da organização burocrática, na qual se transformaram posteriormente a partir do final do século XIX, e o “Manifesto do Partido Comunista” (1848) de Marx e Engels é um exemplo do quanto era distinta essa forma de organização partidária. Nesse, os comunistas são os que através da autogestão das lutas operárias postulavam o fim da sociedade dividida em classes sociais e onde a emancipação do operariado seria resultado das suas próprias ações. Tratava-se de tomar parte na luta dos que pretendiam construir o “poder social” do operariado e que nada tem a ver com os partidos políticos que tem como fim a democracia representativa ou a mudança restritamente política da classe que exerce o poder⁴.

Foi no desenrolar das lutas da classe operária entre a Revolução Industrial e o final do século XIX, durante o regime de acumulação extensivo, que o operariado criou organizações como os sindicatos e partidos⁵. Experiências históricas em que o operariado autogeriu suas lutas, como a Comuna de Paris, e os próprios limites de reprodução global do capitalismo que se utilizava da extração de mais-valia absoluta, determinaram o fim deste regime de acumulação caracterizado pelas extensas jornadas e exploração do trabalho precoce e feminino. No entanto, quanto à configuração do Estado liberal esse apoiava-se em práticas democrático-censitárias enquanto nas relações internacionais entre os Estados predominava o neocolonialismo como prolongamento de práticas coloniais, agora, sob hegemonia inglesa e ascensão da burguesia industrial (VIANA 2005, p.33-34).

⁴ Cabe recordar que ao falarmos em “poder social” nos referindo ao que posteriormente conhecemos como autogestão social. No caso, a apropriação dos meios de produção pelos produtores e o fim da subordinação do trabalho ao capital. Sendo, para Marx e Pannekoek, a ditadura do proletariado o período de transição para essa condição. O que não é análogo ao processo vulgarmente conhecido como “ditadura do proletariado” nas experiências históricas bolcheviques. Essa expressão utilizada pelos dois autores tem um significado completamente distinto do que nos legou exemplos como a Revolução Russa. Neste artigo vemos que diante da luta do operariado, Marx e Pannekoek, abandonaram a ideia de transição e reforçaram a necessidade da autogestão como meio e finalidade ao invés do controle estatal por uma classe que substituiria a anterior. O que demonstraremos nas páginas posteriores.

⁵ Os regimes de acumulação são processos pelos quais se dá a reprodução ampliada do capital, sua centralização e concentração. O que geram crises cíclicas e tendência declinante da taxa de lucros. Devido ao desenvolvimento das forças produtivas, que diminuem a utilização da força de trabalho, e consequentemente a valorização das mercadorias. Esses regimes, subsequentes na história do capitalismo, se caracterizam por formas específicas assumidas nos processos de valorização, nas configurações do Estado e determinadas relações internacionais (VIANA 2005, p.32-52).

Na Europa Ocidental uma das lutas da classe operária seria pelo sufrágio universal e essa se devia, segundo Pannekoek, às condições do capitalismo daquele período e a impossibilidade de se imaginar a classe operária estabelecendo a autogestão da sociedade naquele momento.

É facilmente compreensível que, no século XIX, quando os trabalhadores estavam começando a resistir e lutar, mas não estavam ainda aptos para tomar o poder na sociedade, este ideal socialista tenha encontrado numerosos adeptos. E isto não só entre a pequena burguesia socializante que simpatizava com as massas oprimidas, mas também entre os próprios trabalhadores. Estes viam a libertação da sua servidão concretizar-se pela simples expressão da sua opinião no voto, pela utilização do poder político representado pelas eleições, meio para por no governo os seus salvadores em vez dos seus opressores (PANNEKOEK, 1938, p.69)

Essas lutas, posteriormente, levariam à substituição da democracia censitária pela democracia partidária. Foi uma conquista do movimento operário organizado e levou ao surgimento do primeiro partido socialdemocrata, na Alemanha, em 1875. Era o resultado da fusão entre “marxistas” e “lassalistas” no Congresso de Gotha. Depois esses se multiplicariam, intitulando-se “socialistas”, “trabalhistas”, “dos operários”, “dos trabalhadores” etc. (VIANA 2003, p.45). Seria declarado ilegal, em 1878, só retornando a legalidade em 1890. Não demorou para que o marxismo – expressão teórica da revolução operária – fosse deformado e dividido em duas correntes: a socialdemocracia e o bolchevismo. Então, a partir de agora, podemos falar em partidos políticos modernos. O ideal da revolução e destruição da exploração capitalista, nessas organizações, foi progressivamente substituído pelo imediatismo que adota como fim reformar o capitalismo⁶ (VIANA, 2003, p.44).

Sugerimos uma primeira caracterização para a concepção de partido político de Anton Pannekoek: instrumento à disposição do operariado para a efetivação de “reformas socialistas”. Em um momento em que as novas condições em que se encontrava a classe operária, com o surgimento do regime de acumulação intensivo onde configurou-se o Estado liberal-democrático, fez com que a democracia censitária fosse

⁶ O livro de Rosa Luxemburgo, “Reforma ou Revolução?” (1900), trata explicitamente do debate na socialdemocracia alemã acerca da questão de se chegar ao socialismo através de reformas ou da revolução. A autora explicita ideias que depois viriam reunir a oposição ao reformismo socialdemocrata, e a defesa da ruptura completa, através da revolução.

substituída pela democracia partidária e a socialdemocracia preconizasse a atuação via parlamento (VIANA 2005, p.34-35). O que Pannekoek, ao discutir os diferentes tipos de reformas, não refutara. Defendendo “reformas socialistas” que, fossem capazes de superar as reformas de tipo burguês, e criar condições para a conquista do poder político pelo operariado. Enfatizava-se a disputa com os partidos burgueses do espaço institucional até que se conquistasse o poder político do Estado: “depois da revolução, o operariado atuará em seu próprio interesse, fazendo que a máquina estatal trabalhe para ele” (PANNEKOEK, 1908).

Nessa perspectiva, a conquista do poder político, definida como a tomada do Estado, criaria as condições necessárias para radicalizar um processo de reformas que significavam passos decisivos rumo à autogestão social⁷. Neste contexto, a socialdemocracia alemã pelo menos até 1914, apresentava-se como o movimento socialista mais forte e organizado e influenciara a socialdemocracia em toda a Europa (TRAGTENBERG 1989, p.28). O processo de burocratização pelo qual passara já a diferenciava das suas primeiras lutas pelo sufrágio universal.

Na Holanda já era possível assistir a escolha dos candidatos ao parlamento, que diziam representar o operariado, ser feita pela direção do partido e perpetuar os parlamentares e a direção do mesmo. Na Alemanha através das suas direções os partidos se negavam a financiar as candidaturas dos que não aprovassem (MICHELS, 1982, p. 67-87). À medida que o reformismo avançava dentro do Partido Operário Socialdemocrata da Holanda, Pannekoek e Gorter, se afastariam e criariam o Partido Socialdemocrata. A defesa do primeiro pela atuação parlamentar por reformas, mesmo que as diferenciando das “reformas burguesas”, e da necessidade da conquista do Estado legitimava a democracia partidária e a fortalecia.

Pannekoek, no artigo “Esperança no Futuro” (1912), esclarece que às reformas estaria destinado o papel de criar as condições de modernização do capitalismo

⁷ “O rechaço a reforma é mais anarquista que socialista. Está tão pouco justificado como a concepção reformista. A revolução não pode ser oposta à reforma, porque está composta, em última instância, de reformas, porém de reformas socialistas” (PANNEKOEK 1908, p. 1).

favorecendo para que o operariado chegasse pacificamente à autogestão social. O que levaria os partidos burgueses a se opor a elas. Neste momento com as mudanças que ocorreram nos partidos políticos e sua assimilação ao capitalismo, a defesa de Pannekoek da realização de reformas através da ação dos partidos, é contraditória à perspectiva sempre presente na sua obra de emancipação do operariado através da revolução. Visto que os métodos de governo da democracia representativa são em si mesmos meios de atenuação dos conflitos sociais em geral e da luta de classes.

No final do século XIX, o regime de acumulação intensivo, que duraria até a Segunda Guerra Mundial iniciou novas práticas de exploração da mais-valia que consistiam em uma maior racionalização da produção com a “organização científica do trabalho” (taylorismo) (VIANA 2005, p.34-35). Então predominaria na Europa Ocidental a exploração da mais-valia relativa e a democracia partidária procuraria circunscrever através da burocratização dos partidos as lutas do operariado aos seus limites institucionais. Nesse contexto, as reformas exigidas nos programas dos partidos socialdemocratas, eram também reclamadas nos programas dos partidos burgueses⁸. Os limites que se colocavam no horizonte da luta do operariado ficariam claros com as decisões dos partidos políticos, socialdemocratas e burgueses, acerca da participação dos seus respectivos países na Primeira Guerra Mundial.

Em alguns de seus textos Pannekoek evidencia o debate no interior dos partidos socialdemocratas, sobretudo o alemão, acerca da importância das ações de massas. Essas na Rússia (1905) e na Prússia (1908-1910) foram consequência da força crescente do operariado e do imperialismo como fase do capitalismo (PANNEKOEK, 1912 p.2). Enquanto a posição de Karl Kautsky⁹ era refratária a essas novas formas de organização

⁸ Entre as reformas, com algumas constando tanto no programa dos partidos socialdemocratas como no dos partidos burgueses, estavam: o sufrágio universal onde não fora conquistado, a representação proporcional, a eleição de magistrados pelo povo, a autonomia comunal, o armamento geral do povo (substituindo os exércitos), a religião como assunto privado, as melhorias na educação, os impostos progressivos sobre as fortunas, legislação protetora do trabalho; fixando a jornada de trabalho diária, proibindo trabalho infantil noturno, reclamando segurança e higiene aos trabalhadores e seguridade. Tratavam-se de reivindicações imediatas e que seriam possíveis de ser alcançadas mesmo dentro do capitalismo (PANNEKOEK, 1912b).

⁹ Karl Kautsky era vinculado à Segunda Internacional e esteve envolvido em debates com Anton Pannekoek e Rosa Luxemburgo onde discordavam frontalmente quanto a questões de organização do operariado.

das quais o operariado lançava mão no enfrentamento às novas formas de exploração disseminadas.

Segundo Kautsky, havia duas formas de ação do operariado e as considerava radicalmente diferentes: a primeira eram as formas de lutas operárias já conhecidas onde um pequeno grupo (“os trabalhadores organizados”) leva adiante a luta política e sindical e a segunda era a ação da grande massa “desorganizada” que por algum motivo se rebela e intervém nos acontecimentos históricos. Esse questionava se no futuro a primeira seria a única forma de mobilização do operariado ou se a segunda também teria um papel importante na sua organização (PANNEKOEK, 1912 p.9). Enquanto Pannekoek se posiciona diante dessas ações de massas em contraposição a Kautsky que prioriza a primeira forma, os velhos métodos, em detrimento dessas novas formas de organização utilizadas pelo operariado;

A alternativa não é afirmar que nossas lutas têm de ser massivas e que a massa desorganizada haverá de aparecer na cena política, sendo outra coisa: uma determinada e nova forma de atividade dos trabalhadores organizados. O desenvolvimento do capitalismo moderno tem imposto ao operariado com consciência de classe essas novas formas de ação (PANNEKOEK, 1912 p.9).

Há nessa sua posição a refutação dos aspectos que possibilitem o controle das organizações burocráticas sobre os movimentos autônomos da classe operária. “Se nós falamos de ações de massas e sua necessidade, referimo-nos à atividade política extraparlamentar da classe trabalhadora organizada por meio da qual ela mesma atua sobre a política intervindo de forma imediata e não através de representantes” (PANNEKOEK, 1912, p.9). Isso não significa que tenha uma concepção romântica das ações de massas e reconhece a possibilidade de que essas possam ser revolucionárias ou não. Também não é fetichista quanto a essas, pois, destaca a importância em considerar as distintas características entre as modernas formas de mobilização e as antigas. O que é determinado pelo caráter da classe predominante nessas modernas formas de organização, o operariado, diferindo das que protagonizaram as antigas. Com isso, destaca o risco da homogeneização e a necessidade de considerar as especificidades das classes envolvidas, e sugere que o equívoco de Karl Kautsky seria ignorar essa distinção (PANNEKOEK, 1912 p.9-11).

Diante dessa situação, como nosso objetivo é compreender a concepção de partido político de Pannekoek, vejamos o papel que atribui a este nas ações de massas:

A tarefa da socialdemocracia – na forma das organizações partidárias atuais ou em qualquer outro organismo em que tome corpo – é a de ser a expressão espiritual daquele que vive na massa, conduzir sua ação e dar-lhe forma unitária (PANNEKOEK, 1912 p.12).

Quando fala em partidos políticos como instrumento a serviço do operariado na efetivação de “reformas socialistas” só o admite na medida em que essa forma de organização não constitua um corpo burocrático que negligencie os interesses do operariado. Justificava essa posição por considerar que tanto essas reformas como a ação do partido não tinham como fim a restrita tomada do Estado.

A luta do proletariado não é simplesmente uma luta contra a burguesia pelo poder do estado como objetivo, sendo uma luta contra o poder estatal. O problema da revolução social, se pode sintetizar dizendo que se trata de fazer crescer o poder do proletariado a tal ponto que este supere o poder do Estado (PANNEKOEK, 1912 p.4).

Outra crítica de Pannekoek é a ideia, reforçada pelo bolchevismo, de que a conquista do poder se daria rapidamente através da ação de uma minoria que assuma para si esse papel. Evidenciando que sua concepção de partido político está relacionada à conquista do poder político do operariado enquanto classe ao invés de uma minoria organizada em seu nome. Todavia, apesar de reconhecer a ilusão que representa essa ideia da ação de uma minoria na tomada do poder, ele não descarta completamente essa possibilidade e chega a aceitá-la como fator de desenvolvimento da luta operária. “Porém, a essência da revolução é por certo, algo muito distinto, a revolução é a conclusão de um processo de profundas transformações que muda totalmente o caráter e a essência das massas exploradas” (PANNEKOEK, 1912 p.4).

Então, procurando ressaltar que a revolução não tem como fim a continuidade da existência de qualquer forma de partido e o governo desse em nome da classe operária, acrescenta que “no transcurso destas lutas, a força do operariado, ainda insuficiente, crescerá o necessário para exercer seu domínio na sociedade” (PANNEKOEK, 1912 p.7). A revolução social, desse modo, é um processo de dissolução paulatina dos meios de poder da classe dominante e implica no operariado tomar em suas mãos a organização da produção (PANNEKOEK, 1912 p.7).

Na sua polêmica com Kautsky acerca do papel dos partidos socialdemocratas nas ações de massas modernas, não aceita que seja adotado como nova tática o pressuposto de que a direção do partido deve ter como sua tarefa conter quando possível essas ações ou proibir a discussão sobre as novas táticas em nome dos velhos métodos de atuação, já que isso colocava o interesse da organização acima da ação preconizada pelo operariado (PANNEKOEK, 1912 p.13). Portanto, na perspectiva de Pannekoek, a luta do operariado se transforma, se amplia, quando inclui novos e poderosos meios de luta. Em circunstâncias como essas considera que o partido tenha como tarefa despertar a consciência da classe operária quanto à sua ação.

Nossa tarefa como partido é despertar nas massas uma clara consciência deste acontecimento, de suas causas e também de suas consequências. Nós devemos esclarecer exaustivamente que a situação que deriva do aumento das lutas de massas não é casual, da qual não se pode dizer nada, sendo que é uma situação persistente e normal para o último período do capitalismo. Nós devemos ressaltar que as ações de massa realizadas até o momento são o começo de um período da luta de classes revolucionária, na qual o proletariado, no lugar de esperar passivamente que catástrofes exteriores estremeçam o mundo, ele mesmo, em constante ataque e avançando por meio de seu trabalho sacrificado, deve ir construindo seu poder e sua liberdade (PANNEKOEK, 1912 p.13).

Nas organizações burocráticas, as decisões da sua direção está acima dos interesses dos que dizem representar, Pannekoek, antecipando-se a essa contradição esclarece que as decisões do partido não são determinantes fundamentais do desenvolvimento histórico e os que acreditam que o partido possa fazer ou impedir um movimento revolucionário ignoravam esse aspecto. O que não quer dizer que o partido com suas decisões não tenha qualquer participação no processo histórico. Entretanto o partido do qual Pannekoek falava, em termos teóricos, na realidade era superado pelo processo de burocratização. “Ele não pode ser outra coisa que o núcleo combativo de toda ação proletária e por isso se ganha, com razão, todo o ódio com que os defensores do capitalismo o perseguem a cada movimento revolucionário” (PANNEKOEK, 1912 p.17).

Segundo Pannekoek, as ações de massas e a atuação dos partidos do operariado devem ter como finalidade a revolução; “em nossa visão, a revolução é um processo cujas primeiras fases estamos experimentando agora, pois é só mediante a luta pelo poder mesmo que as massas podem agrupar-se, instruir-se e constituir-se em uma organização capaz de tomar o poder” (PANNEKOEK, 1912c, p.2). Essa não é algo a ser alcançada em

um futuro incerto mas construído pela ação cotidiana da classe operária que luta contra a sua exploração e com isso lança os fundamentos da sociedade autogestionária.

Coloca [as organizações proletárias] os fundamentos de uma humanidade que governa a si mesmo, decide seu próprio destino, e como primeiro passo nessa direção, expulsa a opressão alheia. Nela cresce o único instrumento que pode abolir a hegemonia da classe explorada; o desenvolvimento da organização proletária significa em si mesmo o repúdio a todas as funções da dominação de classe; representa a ordem autocriada do povo, e lutará de modo implacável para repelir e por fim à intervenção brutal e aos esforços despóticos de repressão que empreende a minoria dominante. É dentro da organização proletária onde cresce a nova humanidade, uma humanidade que agora se desenvolve pela primeira vez na história do mundo como uma entidade coerente; a produção está desenvolvendo-se como uma economia mundial unificada e o sentido de pertencimento recíproco está crescendo simultaneamente entre os homens, as firmes solidariedade e fraternidade que os ligam juntos como um organismo governado por uma só vontade (PANNEKOEK, 1912c, p.6).

Diante desses objetivos a que se propõe o operariado em várias experiências históricas, inclusive possibilitando a existência do marxismo como expressão teórica da revolução operária, é que deve o partido orientar sua ação. “O partido, como portador consciente das mais profundas sensibilidades das massas exploradas, deve instigar tal ação [greve de massas] como é necessário e assumir a direção do movimento” (PANNEKOEK, 1912c, p.9). Toda a importância que atribui a essa forma de organização do operariado se deve ao que supõe que o partido pretenda conquistar. No entanto, o que ocorria desde o final do século XIX até esses primeiros anos do século XX era o afastamento progressivo do partido dessas expectativas que nele depositava Pannekoek.

Entretanto nesse momento em que se transitava da configuração de um Estado de democracia censitária para a democracia partidária a conquista de direitos como o sufrágio universal era tida pelo operariado como uma conquista que conseguira mediante muitas dificuldades. Pannekoek não via incompatibilidade entre a atividade parlamentar e as ações de massas (PANNEKOEK, 1912c, p.11). Mas não se pode dizer o mesmo quanto à relação entre partido e massas. Visto que teceu duras críticas a ideia preconizada por Kautsky de que seria tarefa do partido, quando possível, conter os levantes das massas nos quais não estivessem contidos todos os elementos caracterizadores da possível vitória definitiva.

Se o partido tivesse como sua função conter as massas da ação mesmo que pudesse fazê-lo, então a disciplina do partido significaria uma perda para as massas de sua iniciativa e potencial para a ação espontânea, uma perda real, e não uma transformação da energia. A existência do partido reduziria então a capacidade revolucionária do proletariado mais do que a incrementaria (PANNEKOEK, 1912c, p.14).

Enquanto Pannekoek defendia que o partido teria o dever de instigar a ação revolucionária, já que o considera portador de uma parte importante da capacidade de ação das massas, mas que não pode fazê-lo como e quando quiser por não ter à sua disposição a vontade de todo o operariado. O que também o impede de comandá-lo como a uma tropa de soldados. Devendo esperar o momento correto, não bastando que as massas não esperem mais e estejam levantando-se por sua conta, é necessário que as condições despertem esses sentimentos e possibilite que haja êxito na ação (PANNEKOEK, 1912c p.14). Mas ainda que os seres humanos estejam determinados e impelidos pelo desenvolvimento econômico são esses que fazem sua própria história e o potencial revolucionário da indignação não deverá ficar inexplorado e dissipar-se em levantes desorganizados, mas tornado apto para o uso organizado na ação instigada pelo partido contra a hegemonia do capital (PANNEKOEK, 1912c, p.14).

Nesses textos, “Ações de Massas e Revolução” (1912) e “Teoria Marxista e Tática Revolucionária” (1912), no debate entre Karl Kautsky e Pannekoek são tratadas questões de organização, a validade da atuação parlamentar e a posição da social democracia sobre o que depois se tornou a Primeira Guerra Mundial. Foi a posição antimilitarista do segundo, nessa ocasião, e sua ruptura com a social democracia holandesa fundamentais para que acrescentasse um novo elemento na sua concepção de partido político; instrumento de poder do operariado, durante a fase de transição para o seu “poder social”. O elemento novo é que sua crítica à atuação via parlamento implícita se torna cada vez mais enfática. Agora, rejeitava-se a atuação parlamentar como meio de transformação e estreitava-se os laços com o grupo dissidente da socialdemocracia alemã (Liga Spartacus), que, assim como ele, se opunham à atuação dos parlamentares dos partidos socialdemocratas que apoiavam a guerra. Esses favoreciam o imperialismo, através da ideologia nacionalista, defendendo a posição bélica¹⁰.

¹⁰ O posicionamento da socialdemocracia, favorável à guerra, provocou uma grande cisão. Na Holanda a oposição reuniu Pannekoek, Herman Gorter e Roland-Host e na Alemanha, Karl Liebknecht

Nesses debates os críticos da posição belicosa dos parlamentares socialdemocratas identificavam, no discurso nacionalista motivador da guerra e na disputa, interesses que eram subjacentes à reprodução do capital e às suas respectivas burguesias. Desse modo, Alemanha, Áustria-Hungria, Itália (Tríplice Aliança) e França, Inglaterra e Rússia (Tríplice Entente), justificando-se através do discurso nacionalista apresentavam os interesses da burguesia em expandir suas condições de explorar mais-valia e seus mercados com a conquista de novos territórios como interesse de todos. Essas considerações acerca do caráter imperialista da guerra fizeram com que se avolumassem motivos para a dissidência interna no partido por um lado e por outro os acontecimentos que logo se deram na parte oriental da Europa trouxe à tona novas expectativas aos revolucionários.

Na Rússia, a revolução se deflagrara a partir dos soviets e aumentou as expectativas de que o mesmo ocorresse na Alemanha. Nesse último, houve a formação de diversos conselhos operários que se organizavam autonomamente, buscavam o controle geral da produção e a consequente socialização dos seus meios e produtos. Na Revolta de Kiev, na Alemanha, foram essas as organizações em que se reuniam marinheiros e operários. Os acontecimentos no interior desses conselhos levou com que Pannekoek constatasse o papel pernicioso dos membros dos partidos e sindicatos nesses e a constante ameaça que representavam ao processo revolucionário. Enquanto os partidos socialdemocratas resistiam em dar apoio à auto-organização do operariado devido a essa impedir o seu controle, que é o que interessa às direções dos partidos (PANNEKOEK 1918).

É importante observar que Pannekoek ainda acreditava que o processo que estava ocorrendo na Rússia era a esperada “ditadura do proletariado” e caberia a Liga Spartacus e aos internacionalistas de Bremen, que formaram o Partido Comunista, por mais que tivessem discordâncias com os bolcheviques, desempenhar o seu papel na

e outros que tinham à frente Rosa Luxemburgo. “Esta, opondo-se ao voto dos créditos de guerra dado pela social-democracia, articula-se com outros internacionalistas, promovendo a Conferência de Zimmerwald (na Suíça), na qual é definida a luta contra a guerra e pela mudança revolucionária da estrutura capitalista da sociedade” (TRAGTENBERG 1989, p.29). A Liga Spartacus e os internacionalistas de Bremen depois se fundiram e criaram o Partido Comunista Alemão.

revolução da Alemanha¹¹. O partido do operariado, então, era naquele momento para ele o que exerce o governo em seu nome. Transformando a revolução burguesa que ocorria na Alemanha em efetiva revolução operária. Porém já discordava da ação parlamentar e da convocação da Assembleia Nacional, defendida pelos “partidos burgueses”, mas não negava a necessidade de uma transição conhecida como “ditadura do proletariado” na construção do seu “poder social”.

Logo a Revolução Russa burocratizou-se e constituiu uma nova classe no poder que segundo Pannekoek é a tecnoburocracia¹². Essa foi criada a partir do partido político que em nome do operariado, em outubro de 1917, toma o Estado. Pannekoek deixara claro o quanto o bolchevismo se afastara do que entendia como ditadura do operariado. Transformando em ditadura de um partido no poder o que segundo ele seria uma transição em que se transferiria o domínio da sociedade da burguesia para o operariado (PANNEKOEK, 2007, p.97). O processo se tornara mais claro conforme se desdobrara os acontecimentos e levou Pannekoek a uma terceira caracterização dos partidos políticos; esses são organizações construídas em torno de certas ideias políticas, que, agrupam pessoas que mantêm pontos de vista semelhantes, mas não se confundem com a classe. Visto que essa tem sua condição determinada pela função que os indivíduos

¹¹ Nos primeiros anos da Revolução Russa o processo ter sido deflagrado pelos soviets fez com que marxistas como Rosa Luxemburgo e Anton Pannekoek fossem por algum tempo ofuscados pela ação dos bolcheviques. Já que esses se rotulavam como marxistas e substituíam um governo provisório em nome da ditadura do operariado. Exatamente o que Pannekoek sugeria que se fizesse na Alemanha em 1918. Porém, o autoritarismo destes e a burocratização do processo, logo deixou às claras os verdadeiros interesses do partido bolchevique.

¹² A Revolução Russa ocorreu em circunstâncias de um operariado incipiente e um capitalismo pouco desenvolvido. Havia uma burguesia, presente nos poucos centros industriais da Rússia, incapaz de realizar a ruptura com o Estado czarista. Só restando a ação do operariado na criação de condições modernizadoras daquele país. “O resultado é que, logo após a revolução, a ‘eficácia’ do partido leninista, que até então se limitara a aparelhar as organizações de massas, se estende e se afirma como ‘ditadura do proletariado’. Uma nova classe dominante, os tecnoburocratas ou gestores, assume o poder em nome do proletariado e mantém, no essencial, as relações de produção/exploração capitalistas, mudando apenas sua forma superestrutural ou jurídico-política: o capitalismo de mercado se transforma em capitalismo de Estado” (PANNEKOEK, 1936). Deve-se definir se é capitalismo de mercado ou de Estado constatando-se o caráter da classe que é proprietária e em que medida tem o pleno controle do capital. O que não é possível se considerada exclusivamente sua forma interna de administração ou o grau de ingerência do Estado na economia (PANNEKOEK, 1937). Então a tecnoburocracia, os gestores, ou a burocracia, termos com os quais Pannekoek caracteriza uma mesma classe, será a classe dominante se detiver a propriedade e o controle dos meios de produção apropriando-se da mais-valia. No caso do processo posterior a Revolução Russa (1917) isso era realizado pela burocracia do partido único.

desempenham na produção, onde se cria e desenvolve interesses comuns, entre eles, a autogestão social¹³ (PANNEKOEK 1936). Os partidos políticos não objetivam outra coisa que não seja impedir a ação do operariado e dirigi-los.

Os partidos operários só têm um objetivo: tomar o poder e exercê-lo. Não contribuem para a emancipação do proletariado, pois sua meta é governá-lo. Mas apresentam seu domínio como se fosse a autêntica emancipação do proletariado. Tais partidos são aparelhos que lutam pelo poder e, após enquadrar os militantes na linha justa, utilizam todos os meios, visando à constante expansão de sua esfera de influência (PANNEKOEK 1936).

Os partidos na tentativa de alcançar esses objetivos reproduzem a separação entre trabalho intelectual e trabalho material, dirigentes e dirigidos (PANNEKOEK 1936). Não constringendo a manutenção da sociedade de classes. Os partidos leninistas colaborando na reprodução disso criaram “revolucionários profissionais” que segundo eles expropriariam os capitalistas em nome do operariado. Tendo raízes na concepção leninista da consciência onde “o portador da ciência não é o operariado, mas a intelectualidade burguesa” (LÊNIN 1970 p.50). Em síntese isso é a negação do marxismo como expressão teórica da revolução do operariado onde a consciência de classe não vem externamente à classe, mas se dá na sua luta contra a exploração capitalista já que não estão desvinculados o ser social e a consciência. Enquanto no bolchevismo é o partido político quem traria a consciência de classe ao operariado. Já que o operário, para Lênin, está sempre ocupado demais para que conheça a lógica que é própria à política. Os “revolucionários profissionais” que, entre outros critérios, deviam passar pela doutrinação do partido, é quem conscientizaria o operariado.

Pannekoek já alertava o quanto essa dicotomia entre ser social e consciência tem seu fundamento na divisão social do trabalho. Subordinando os operários aos intelectuais e atribuindo a estes a função dirigente. Essa concepção bolchevista interessa, sobretudo,

¹³ Os partidos políticos, sindicatos, associações foram criados pela classe operária em meio a sua luta (PANNEKOEK 1938, P.61-62). No decorrer do tempo essas organizações passaram por mudanças na medida em que eram assimiladas pelo capitalismo. A criação da democracia partidária, o processo de burocratização pelos quais passaram os partidos e a reprodução da separação entre dirigentes e dirigidos, traz consigo o descrédito a essas formas de luta e a necessidade de construção de novas formas de se organizar. No surgimento dos partidos sua forma de organização podia ser confundida com a classe. O que ocorreu com o operariado, que, acreditava poder fundi-los (PANNEKOEK 1936). No entanto, à medida que os partidos eram contidos pelo reformismo, o operariado se afastou dessas formas de organização.

à burocracia partidária que pretende perpetuar-se no comando da instituição, seja ela o partido ou o Estado.

O leninismo e seu manual filosófico servirá então, com o nome de marxismo, para intimidar os operários e para impor-se aos intelectuais como um sistema de pensamento capaz de afastar as potências espirituais reacionárias. Assim, a classe operária em luta, apoiando-se no marxismo, encontrará no seu caminho este obstáculo: a filosofia leninista, teoria de uma classe que tenta perpetuar a escravidão e exploração dos operários (PANNEKOEK 1938 p. 62).

Os “partidos revolucionários”, denominação trotskista, se apresentam como a oposição dentro do bolchevismo ao leninismo e ao stalinismo. Sua promessa é que na sua vez de tomar o Estado fará com que esse funcione em favor do operariado, o que aqueles a que se opõem não estariam fazendo. No entanto, Pannekoek demonstra que, assim como o bolchevismo não é uma alternativa revolucionária ao reformismo socialdemocrata, também o trotskismo não é a oposição do operariado revolucionário ao bolchevismo. Inclusive nos termos em que coloca a questão do “partido revolucionário”. Já que

a expressão ‘partido revolucionário’ é, pois, uma contradição nos seus termos. Um partido seria revolucionário se o termo revolução significasse troca de governo ou, no máximo, tomada do poder por uma nova classe exploradora e opressora (PANNEKOEK, 1936).

A revolução é feita pelo operariado enquanto classe, ou seja, na historicidade das relações sociais. Não se admitindo, numa perspectiva revolucionária, o operariado enquanto conceito abstrato. Trata-se de homens e mulheres que submetidos a condições objetivas de exploração criam novas formas de organização que exigem sua participação direta da transformação da realidade ao invés da mediação representativa. O que explica a importância que o comunismo de conselhos dá às experiências operárias de autogestão social. Esta elimina a separação entre dirigentes e dirigidos e supera a existência das classes sociais. O que não pode ser realizado por qualquer organização que represente o operariado; partidos, sindicatos, cooperativas etc. Mas, somente pela livre associação dos produtores.

Diante disso, segundo Pannekoek, ao operariado restam duas alternativas: a continuidade da luta autônoma e a destruição do capital ou seguir as palavras de ordem, tornar-se passivo e esperar que o partido faça a revolução por eles. A segunda alternativa, no século XIX, geralmente serviu-se do operariado para iniciar revoluções e

depois o enclausurá-lo novamente nas suas obrigações cotidianas. Chegando ao poder, o partido cerca-se de todos os modos, para que não seja importunado e não perca a posição que conquistara. Na democracia representativa, antes mesmo de alcançá-la, assumirá uma posição pluriclassista e fará alianças que garantam a “governabilidade”. Quanto à primeira alternativa, criada pelo próprio operariado, com experiências como a Comuna de Paris são “transformações [que] atingem as próprias bases da sociedade, todos os seus costumes e as suas práticas, muito além das modificações provisórias que resultam dos atos parlamentares” (PANNEKOEK 2007 p.33). Exigindo que se organize autonomamente, controlando a produção e a estabelecendo a partir das necessidades humanas. Sendo que a revolução é um processo que se dá nas relações cotidianas de negação do capitalismo, e não o resultado da ação dos partidos políticos.

Essas três concepções de partido político de Anton Pannekoek demonstram as suas mudanças diante das condições colocadas pela luta de classes. No entanto em toda a sua produção o objetivo é a construção da autogestão social. Foi a partir desse critério que pautou sua análise da ação dos partidos políticos em meio às lutas do operariado. Tendo as greves políticas da Bélgica (1893), na Rússia (1905-1917) e na Alemanha (1918-1919) sido fundamentais para que compreendesse a necessidade de se criar métodos de lutas que substituíssem os “partidos” e as “greves parciais”. Com isso a ação parlamentar dos partidos políticos, demonstrava-se incapaz de realizar “reformas socialistas” que se diferenciasssem das reformas burguesas, como esperava Pannekoek.

Em Anton Pannekoek, o partido foi considerado um meio para que o operariado constituísse a autogestão social e jamais um fim em si mesmo. Foi a passagem da democracia censitária para a democracia partidária que intensificou a burocratização dos partidos políticos e levou com que o operariado buscasse formas de organização que substituíssem a ação parlamentar desses. Havia entre as necessidades do operariado demandas que só poderiam ser atendidas em uma suposta “ditadura do proletariado”. No que passaria a apostar exclusivamente em substituição a ação parlamentar, diante do que vira na Bélgica, Rússia e Alemanha. No entanto na medida em que a “ditadura do proletariado” na Rússia tornou-se indesejável ao operariado por constituir uma nova classe social encarregada da exploração desta classe, passará a predominar na sua

concepção a necessidade da criação de organizações autônomas do operariado em luta; os Conselhos Operários.

Referências

ARRIGUI, Giovanni. *O Longo Século XX: Dinheiro, Poder e as Origens de Nosso Tempo*. Tradução de Vera Pinheiro. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp, 1996.

LÊNIN, V. I. *Que Fazer?* Santos/SP, Estampa, 1970 [Biblioteca do Socialismo Científico].

LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou Revolução?* São Paulo, Expressão Popular, 2003.

MARX, Karl. *A Guerra Civil na França*. São Paulo, Global, 1986.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã- Teses Sobre Feuerbach*. São Paulo, Moraes, 1984.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo, Martin Claret, 2003.

MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília, UnB, 1982.

PANNEKOEK, Anton. *Ações de Massas e Revolução*. 1912, Site Internacional dos Grupos de Comunistas de Conselhos da Galiza. Disponível em: <http://www.geocities.com/> Acesso em: 01 dez.2009.

PANNEKOEK, Anton. *A Luta Operária e a Tarefa dos Conselhos Operários*. In: VIANA, Nildo (org). *A Revolução dos Trabalhadores*. Desterro/SC, Editora Barba Ruiva, 2007.

PANNEKOEK, Anton. *A Propósito do Partido Comunista*. 1936b, Site Internacional dos Grupos de Comunistas de Conselhos da Galiza. Disponível em: http://www.geocities.com/comunistasdeconselhos/P_pc.htm Acesso em: 30 out.2008.

PANNEKOEK, Anton. *Capitalismo de Estado y Dictadura*. 1937, Tradução do Círculo Internacional de Comunistas Antibolcheviques. Disponível em: http://www.geocities.com/cica_web/consejistas/pannekoek/indice.htm Acesso em: 30 out.2008.

PANNEKOEK, Anton. *Duas Cartas ao Grupo Socialisme ou Barbarie*. 1953, Site Internacional dos Grupos de Comunistas de Conselhos da Galiza. Disponível em: http://www.geocities.com/comunistasdeconselhos/P_cartas.htm Acesso em: 30 out.2008.

PANNEKOEK, Anton. *Esperanza em el Futuro*. 1912b, Tradução do Círculo Internacional de Comunistas Antibolcheviques. Disponível em: http://www.geocities.com/cica_web/consejistas/pannekoek/esperanza.htm Acesso em: 30 out.2008.

PANNEKOEK, Anton. *Hay Reformas y Reformas*. 1908, Tradução do Círculo Internacional de Comunistas Antibolcheviques. Disponível em: http://www.geocities.com/cica_web/consejistas/pannekoek/reformas.htm Acesso em: 30 out.2008.

PANNEKOEK, Anton. *La Revolución Alemana- Primera Fase*. 1918, Tradução do Círculo Internacional de Comunistas Antibolcheviques. Disponível em: http://www.geocities.com/cica_web/consejistas/pannekoek/revolucion_alemana.htm Acesso em: 30 out.2008.

PANNEKOEK, Anton. *Lênin, Filósofo*. Amsterdã, 1938. Disponível em: http://www.geocities.com/cica_web/consejistas/pannekoek/indice.htm Acesso em: 30 out. 2008.

PANNEKOEK, Anton. *Partido e Classe*. 1936, Site Internacional dos Grupos de Comunistas de Conselhos da Galiza. Disponível em: http://www.geocities.com/comunistasdeconselhos/P_partido.htm Acesso em: 30 out.2008.

PANNEKOEK, Anton. *Teoria Marxista e Tática Revolucionária*.1912c, Site Internacional dos Grupos de Comunistas de Conselhos da Galiza. Disponível em: <http://www.geocities.com/> Acesso em: 01 dez.2009.

TRAGTENBERG, Maurício. *Reflexões Sobre o Socialismo*. 3º Edição, São Paulo, Moderna,1989.

VIANA, Nildo. *Neoimperialismo: Relações Internacionais e Acumulação Integral*. In: Revista Antítese- Marxismo e Cultura Socialista nº1, Goiânia/GO, CEPEC, 2005.

VIANA, Nildo. *O Que é o Marxismo?* Rio de Janeiro:Elo, 2008.

VIANA, Nildo. *O Que São Partidos Políticos?* Goiânia/GO, Germinal, 2003.

VIANA, Nildo. *Senso Comum, Representações Sociais e Representações Cotidianas*. Bauru, SP, Edusc, 2008b.

A GREVE NAS UNIVERSIDADES E NOS INSTITUTOS FEDERAIS EM 2015: OS LIMITES DA AÇÃO SINDICAL

Associação Nacional dos Trabalhadores – ANT*

Setembro/2015

A reflexão que se propõe aqui não é uma análise da greve em si e de todo o movimento grevista que as universidades e institutos federais vêm realizando desde junho de 2015. O intento é avaliar o *modus operandi* das instituições sindicais dentro deste movimento grevista para a partir daí elencar-se elementos para uma discussão da ação sindical em geral, sobretudo nas instituições públicas.

O governo federal, desde o início do segundo mandato de Dilma Rousseff, está radicalizando sua ofensiva sobre os interesses dos trabalhadores. Todas as medidas que o legislativo e o executivo vêm realizando neste sentido atestam esta afirmação: aumento do fator previdenciário, aumento do tempo de trabalho para receber seguro desemprego, mudanças nas regras de pensão por morte, tramitação da lei que aprova a privatização da atividade fim das empresas, o que precariza ainda mais as condições de trabalho já estabelecidas etc. são só alguns demonstrativos de como isto está sendo efetivado.

Agora em 2015, o governo anunciou um pacote de cortes em várias áreas sociais (saúde, educação, moradia popular etc.). Estes cortes visam equilibrar as contas do governo, que segundo apontam os analistas, há um enorme *déficit* na relação receita/despesa.

Os meios oligopolistas de comunicação estão em polvorosa propalando uma “crise econômica” terrível na economia brasileira. Sem entrar em detalhes nesta

* Este texto foi escrito pela Associação Nacional dos Trabalhadores e é parte do trabalho desta organização em apontar para as classes trabalhadoras os limites intransponíveis e os verdadeiros interesses de classe das organizações existentes (partidos políticos e sindicatos). Mais informações sobre a ANT podem ser encontradas em seu blog: <http://ant-luta.blogspot.com.br/>, bem como em sua página no facebook: <https://www.facebook.com/ANTLUTA>.

discussão sobre “crise”, alertamos que nosso entendimento é que há, na verdade, uma diminuição do crescimento econômico (o que não implica que não haja crescimento), além de não haver questionamento por parte da classe operária e demais classes exploradas e oprimidas das relações sociais capitalistas, não havendo, portanto, nenhuma crise do capitalismo. Há, efetivamente, uma redução do crescimento econômico (basta ver a estagnação e às vezes redução da taxa de crescimento do PIB – Produto Interno Bruto). Isto acarreta diminuição e estagnação dos aumentos salariais, demissões etc. Soma-se a este quadro a dívida pública brasileira e o compromisso do Estado brasileiro em transferir recursos para o setor financeiro transnacional.

As políticas neopopulistas do governo do PT durante a era Lula e início do primeiro mandato de Dilma Rousseff tornam-se cada vez mais difíceis de se sustentar diante deste quadro. Os recursos diminuiram e estão sendo enviados para outros campos da atividade social. Basta consultar os lucros dos bancos aqui no Brasil no último trimestre. Somente o Banco Itaú, por exemplo, obteve um lucro líquido de 5,9 bilhões. Viva a crise!!! Para não delongar aqui em descrição de dados, registramos somente que o orçamento de 2015 destinou 45,11% de seu total ao pagamento da dívida pública, ou seja, transferência de dinheiro do Estado para os bancos privados transnacionais.

Toda esta situação gera no chamado “mercado”, o deus onipotente da modernidade, uma relação de desconfiança com o Brasil. O que os meios de comunicação anunciaram a todo o momento nos últimos meses é a redução da nota do Brasil por uma agência de classificação: *Moody's*. Esta agência rebaixou a nota do Brasil e isto torna, segundo a fraseologia oca do jornalismo econômico, as condições de investimento externas no país bastante inseguras, fazendo com que novos investidores não se interessem pelo país. Assim, é necessário ao governo tomar novamente as rédeas da economia e para fazer isto ele tem que realizar aquilo que os escroques da economia, conduzidos pelo deus mercado, chamam de *superávit* primário, em outras palavras, investir menos e receber mais. Em uma palavra, o estado brasileiro tem que provar para o deus mercado que ele pagará suas contas.

Para que o governo dê essa garantia, ele tem que realizar alguns cortes... Estes cortes naturalmente não podem afetar os lucros dos bancos, das empreiteiras, das empresas transnacionais e nacionais, as fortunas dos muito ricos etc. Naturalmente que

estes cortes vão se dar nas áreas sociais (saúde, educação, segurança, moradia, reforma agrária e por aí vai). Foi exatamente isto o que aconteceu.

No primeiro semestre, o governo federal faz um corte (o nome bonito que a imprensa utiliza para isto é contingenciamento) de 69,9 bilhões de reais. A educação federal ficou em terceiro no ranking de cortes, perdendo para Cidades e Saúde. O total do rombo feito na educação foi de 9,4 bilhões, 19% a menos do que estava previsto para o ano de 2015. Esses cortes foram feitos no contexto em que se tem uma rede Federal de Educação Tecnológica (os institutos federais em plena expansão), juntamente com as universidades que também passaram por amplo processo de crescimento via REUNI. Assim, duas redes de ensino em expansão, tem a maior parte de sua renda cortada no início do ano.

Mas não é tudo, agora em setembro de 2015, o governo anuncia que não vai reajustar os salários dos servidores federais em janeiro, adiando isto para agosto de 2016, não vai realizar concursos públicos (lembrando que as universidades e os institutos estão em expansão), vai retomar a CPMF, vai aumentar a alíquota de alguns impostos e por aí vai. Tudo isto para garantir um *superávit* primário em 2016 de 0,7%. Isto mesmo. Este é o quadro. Este é cenário.

Diante desta situação em que se encontra o ensino público federal no Brasil, não havia outro remédio se não a contestação. A greve foi uma resposta necessária a este estado de coisas. Os profissionais comprometidos com a educação pública, gratuita e de qualidade iniciam no primeiro semestre um movimento de greve. É aqui que começa verdadeiramente nossa análise. Até aqui, nos contentamos em descrever o cenário tenebroso que se anuncia para a educação pública no Brasil para os próximos anos. Infelizmente, isto não é só para este setor, também outras áreas sociais irão pagar caro por este compromisso do estado brasileiro com as elites financeiras transnacionais.

O movimento de greve é deflagrado. Os professores das Universidades tem no ANDES – Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior sua grande estrutura sindical. Os Institutos Federais tem no SINASEFE – Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica sua representação sindical à escala nacional. Existe uma terceira instituição, o PROIFES – Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior, que representa uma quantidade

ínfima de instituições de ensino superior no Brasil. Os técnico-administrativos tem representação através da FASUBRA – Federação de Sindicato de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil. O SINASEFE também representa parte dos técnico-administrativos que não se filiaram à FASUBRA.

Estas são as grandes instituições sindicais que representam, nas mesas de negociação junto ao MEC – Ministério da Educação e Cultura e MPOG – Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, o conjunto dos trabalhadores das IFE’s – Instituições Federais de Ensino.

Cada uma destas federações congrega em si uma certa quantidade de sindicatos filiados ou de seções sindicais. Estas seções sindicais e sindicatos filiados enviam periodicamente delegados para Plenárias Nacionais. A partir das deliberações destas Plenárias, cada uma das federações sindicais encaminha suas reivindicações junto ao governo federal. A partir das pautas de reivindicações construídas segundo esta metodologia de organização, as federações encaminham para o MEC/MPOG os ofícios solicitando audiências. Os ministérios respondem aos ofícios agendando data de audiência e delimitando o campo de negociação. Por exemplo, se a pauta encaminhada pelos sindicatos tem 20 pontos a serem negociados, os ministérios dizem quais serão ou não debatidos. Estes que serão debatidos são aqueles escolhidos pelo próprio ministério. Foi o que aconteceu com esta greve de 2015. Um ponto fundamental que motivou a ascensão do movimento grevista foram os cortes na educação. Este era o ponto principal. Para além dele, havia um conjunto de outros pontos (reajuste salarial e pontos específicos sobre a carreira docente e técnicos administrativos). *O ponto principal, ou seja, os cortes, não entrou na escolha dos ministérios. Portanto, jamais foi levado a sério nas mesas de negociação. O que isto quer dizer é que quem determina o que vai ou não ser efetivamente negociado não são os trabalhadores, mas sim o próprio governo.*

Os sindicatos necessitam apresentar um certo resultado positivo de suas mobilizações para as bases. Assim, perde-se o central: os cortes na educação; mas ganha-se outras coisas secundárias, mas mesmo assim são vistas como vitórias: reajuste salarial e melhorias no plano de carreira. E aí o argumento que se levanta é: “é impossível ganhar-se tudo o que se pede”. Reivindica-se uma quantidade grande de pautas para negociar uma quantidade pequena de pontos para no final conseguir-se uma pequena vitória em

algum ponto específico. Esta é a prática das mesas de negociação conduzidas por todas estas instituições sindicais.

Estas instituições sindicais são todas, exatamente todas, conduzidas por um ou mais partidos políticos. Há, portanto, uma aliança permanente de classe entre a burocracia partidária e a burocracia sindical. O que define uma classe social é sua posição na divisão social do trabalho, os interesses que surgem desta posição, o tipo de atividade que executam os indivíduos que pertencem a esta classe social. A burocracia como uma classe social é aquela que se define por ser a responsável por executar as atividades de gestão e direção das instituições. Toda instituição na sociedade capitalista comporta uma fração da classe burocrática. O exército necessita de uma burocracia militar, as empresas, de uma burocracia empresarial, os partidos de uma burocracia partidária e os sindicatos de uma burocracia sindical. A atividade comum, portanto, à burocracia, independentemente de suas frações, é a gestão e direção das instituições.

Esta atividade gera nesta classe determinados interesses. O interesse fundamental é o crescimento e fortalecimento da própria instituição. Assim, todo burocrata defende com unhas e dentes a instituição da qual ele é diretor. Este modo de atividade gera também determinados valores e concepções nos indivíduos. Por exemplo, é comum no seio da classe burocrática um culto à autoridade, uma valorização da hierarquia e dos cargos, uma veneração pelos regimentos e estatutos, ou seja, um modo de pensar e agir também burocrático.

Assim, somente um sindicalista experimentado consegue entender e caminhar pelos labirintos do MEC/MPOG. Tem de ser um com larga experiência, tanto partidária quanto sindical. Ele deve compartilhar juntamente com os burocratas dos ministérios estes mesmos valores: respeito aos regimentos, à autoridade, aos cargos, à hierarquia. Deve conhecer todo o *modus operandi* burocrático tanto do sindicato quanto do MEC/MPOG para poder navegar ali dentro com certa maestria. Sem este conhecimento, seu trânsito dentro das mesas de negociação fica inviabilizado. O sindicalista é, diferentemente do trabalhador não habituado com estas *démarches*, um especialista da luta. Ele convoca assembleia de trabalhadores, redige ofícios, reúne-se com os ministérios, negocia os termos do debate, assina acordos, conhece os estatutos, as leis,

os regimentos, tem boa oratória etc. Esse é o perfil do sindicalista da FASUBRA, PROIFES, SINASEFE, ANDES... e todos os demais, também.

Retomando a reflexão sobre o conceito de burocracia como classe social, podemos dividir a classe burocrática em dois grandes grupos: 1) a burocracia estatal (governamental e permanente) e 2) a burocracia civil (empresarial, eclesial, partidária, sindical, terceiro setor etc.). Cada uma destas frações comporta também extratos. Assim, há extratos da burocracia que se aproximam das classes trabalhadoras, tal como o caso de alguns partidos e sindicatos e outros extratos que se aproximam da classe capitalista (magistrados, altos executivos de empresas etc.). A burocracia, portanto, não é uma classe homogênea. Por comportar diferentes frações e extratos, em seu interior há uma permanente luta de interesses, de conflitos interburocráticos.

É dentro deste espectro que situamos as lutas sindicais nas IFE's. Os vários sindicatos que se posicionam frente aos ministérios são extratos inferiores da classe burocrática. Os ministérios, obviamente, são extratos superiores de tal classe. Este conflito interburocrático não aparece à superfície de modo claro. É necessário um processo de análise e crítica para evidenciá-lo. Os sindicatos aparecem como representando os interesses dos trabalhadores de sua base. As negociações caminham a passos lentos e os acordos assinados são o resultado de um maçante vai-e-vem de propostas e contra-propostas. Ao final, dentro dos termos que o governo estabeleceu desde o início, pequenas concessões são feitas. O Sindicato retorna à sua base e diz: “tivemos poucas conquistas, mas nossa greve foi vitoriosa mesmo assim”...

Este é o roteiro de toda greve nas universidades e institutos federais nos últimos anos. Por que a coisa caminha sempre do mesmo jeito? Não há possibilidade de ação política para além deste ciclo de pseudo-debate interburocrático?

Em primeiro lugar, os sindicatos e as federações sindicais que os representam junto ao MEC/MPOG são o tipo de organização necessária para uma massa de trabalhadores despolitizados. Sim, estamos falando aqui dos professores e técnico-administrativos das universidades e institutos federais: a fina flor da inteligência brasileira. A divisão clássica entre “direção” e “base” já ilustra esta situação. As direções dos sindicatos e das federações expressam estes extratos inferiores da classe burocrática. As bases, ou seja, os professores e técnico-administrativos vão a reboque

e/ou às vezes empurrando as direções sindicais. Isto varia. Se o sindicato é da base do governo (o PROIFES, por exemplo, que é controlado pelo PT/PCdoB), ele não quer a greve, é contra a greve etc. Quando isto acontece, a base empurra o sindicato. Quando os partidos políticos no controle do sindicato são da oposição, geralmente levam a sua base a reboque (SINASEFE, FASUBRA, ANDES etc. que são disputados por uma plêiade de forças políticas PSTU, PCB, PSOL etc., além, claro, de indivíduos que não são vinculados a nenhum partido político mas são iludidos com as possibilidades da luta sindical). Uma massa desinteressada, despolitizada, desorganizada só pode ser a “base” de uma estrutura burocrática organizada, articulada e politicamente orientada, a “direção”.

Em segundo lugar, as dimensões continentais do território brasileiro dificultam um processo de organização e articulação das “bases” para além das estruturas sindicais. Este é um processo lento, demorado, mas necessário de exercício político que os trabalhadores das IFE’s devem realizar. Para tanto, a primeira exigência é reconhecer que a atuação sindical é protocolar. Ela não pode ir além de si mesma. Os burocratas sindicais, pelos métodos burocráticos usuais, só conseguem chegar a acordos pífios com os burocratas estatais. A exigência é, pois, arrancar às mãos dos burocratas especializados o processo de luta. Ou os trabalhadores da “base” tomam em suas mãos o processo de organização, condução, ação de suas lutas ou continuar-se-á a reprodução *ad eternum* do mesmo *modus operandi* das greves conduzidas por tais estruturas sindicais.

Além das dimensões territoriais do Brasil que dificultam o trabalho de organização à escala nacional, há também a fé dos trabalhadores na institucionalização. Só há luta verdadeira quando conduzida por uma instituição, que de preferência tenha CNPJ. Sem esta institucionalização, acreditam a maioria dos trabalhadores, é impossível haver organização e luta. Esta fé irracional e irrefletida da maioria dos trabalhadores é um sério empecilho ao desenvolvimento de novas experiências de organização e de ação. Assim, a construção de novas formas de luta deve ser realizada junto a um amplo processo de difusão e discussão destas ideias. É necessário haver, pela via da propaganda e da ação, a divulgação destas teses, o convencimento, a crítica etc. O avanço da organização deve caminhar junto com o avanço da consciência.

As instituições sindicais são hoje em dia um entrave ao desenvolvimento da luta dos trabalhadores (isto na esfera da educação e em todas as demais). Reconhecer isto é

somente o primeiro passo para um avanço. O passo seguinte é desenvolver outras experiências de organização. Não é necessário ser um *expert* em teoria social para realizar tal ato. Em todas as experiências de greve no campo da educação nos últimos anos, forma-se junto com o sindicato ou contra o sindicato, o Comando de Greve. A experiência do Comando de Greve é um ótimo ponto de partida para a edificação de novas formas de organização. Findado o movimento grevista, a articulação, organização e debate iniciado no Comando deve continuar. Os trabalhadores que se reuniram durante a greve devem continuar sua mobilização, sua discussão, sua reflexão. Isto é necessário para um crescimento contínuo, tanto no campo organizativo, quanto no campo da consciência. O Comando de Greve deve se transformar num Comando de Mobilização ou qualquer outro nome que a categoria queira dar. Esta é a condição primeira para que se consiga ir estruturando um novo tipo de *práxis* política.

Contudo, a mera articulação em um único local de trabalho é insuficiente. Os trabalhadores articulados no Comando de Greve e posteriormente no Novo Coletivo que se desenvolver devem ampliar seu campo de comunicação. Há Comandos de Greve em todos os lugares que entraram em greve agora em 2015. Tanto no âmbito dos institutos federais quanto das universidades, esses Comandos devem se articular, tanto no âmbito da mesma instituição, quanto no das demais. Universidades e Institutos devem criar laços de comunicação e organização. Em um momento no qual não haja greves, é mais difícil que isto aconteça, pois o trabalho cotidiano e alienado o impede. Contudo, não inviabiliza que se criem mecanismos de contato e comunicação. As redes sociais e as facilidades de comunicação existentes hoje viabilizam este processo. Uma retomada do processo grevista já se daria em um patamar superior, pois estes mecanismos de comunicação já criados teriam mais condições de avançar para formas de organização intercampus e interinstituições.

As disputas sindicais por ampliar suas bases de atuação impedem que isto aconteça. O ANDES e a FASUBRA não conversam, pois cada um representa uma categoria de trabalhadores dentro das IFE's, o primeiro os professores, a segundo os administrativos. O SINASEFE não divide as duas categorias, mas só representa os trabalhadores dos institutos. Atualmente a FASUBRA entrou nos institutos e vem retirando uma quantidade considerável de trabalhadores administrativos da base do

SINASEFE e os colocando na sua. Estas disputas intersindicais são um problema para o desenvolvimento e articulação nacional das lutas dos trabalhadores das IFE's. Novamente, ou se reconhecem os entraves que o sindicalismo provoca hoje em dia nas lutas sociais ou se permanecerá dando murro em ponta de faca durante muito tempo.

A greve nas instituições federais de ensino em 2015 foi motivada sobretudo pelos cortes no orçamento. Este foi o mote, a grande pauta, o elemento mobilizador desta greve. Em nenhum momento, nenhuma destas estruturas sindicais colocou efetivamente em pauta, nas mesas de negociação, esse problema. Há, por parte de tais instituições a aceitação tácita de que esta parada já estaria perdida. Para a greve não ser uma derrota completa, todas elas aceitaram os termos dos ministérios (negociar reajuste salarial e pontos específicos do plano de carreira). A prova de que não há efetiva negociação, mas sim acordo entre burocracia sindical e burocracia governamental, é que, devido às dificuldades orçamentárias do governo, ele simplesmente disse que não iria cumprir o acordo tácito que sempre cumpre com as burocracias sindicais. Ao invés de conceder o reajuste, o prorrogou de janeiro para outubro de 2016, ao invés de dizer que se prontifica a discutir e resolver os problemas das instituições, simplesmente anunciou mais cortes e a paralisação na realização de concursos públicos. Isto demonstra, efetivamente, que não há disputa de forças efetivas entre instituições sindicais e ministérios. Há acordos tácitos, que criam uma sensação de pseudovitorias.

Portanto, a relação MEC/MPGO X SINASEFE/ANDES/PROIFES/FASUBRA é uma pseudoluta. Enquanto os trabalhadores não reconhecerem este dado básico, não será possível qualquer avanço real, concreto tanto nas conquistas imediatas (aumento real de salário – não somente reajustes, melhoria nas carreiras), quanto conquistas a médio prazo (valorização real e efetiva da educação pública pelo estado brasileiro). O que se coloca, portanto, aos trabalhadores das IFE's é: ou tomam as suas lutas em suas mãos em organizações autônomas, independentes, não-burocráticas ou seguem silenciosos e obedientes aos seus sindicatos e ao governo.

A BUROCRATIZAÇÃO DO SINDICALISMO RURAL NO BRASIL¹

José Santana da Silva *

Os sindicatos surgiram como associações auto-organizadas, criadas espontaneamente pelos próprios trabalhadores para defenderem os seus interesses coletivos sem obedecer a regras formais preestabelecidas pelo Estado. Durante décadas, os sindicatos foram proibidos em vários países. Após muita luta e violenta repressão por parte dos patrões e do Estado, os trabalhadores tiveram reconhecido o direito de formar organizações próprias. Porém, os limites jurídicos e políticos impostos por esse reconhecimento à liberdade de associação levou à burocratização dos sindicatos, entendida como uma relação baseada na separação entre os dirigentes sindicais, que se tornaram burocratas², e os trabalhadores que compõem a categoria representada pela entidade que dirigem. Dado o seu caráter hierárquico, a relação burocrática é marcada pelo antagonismo entre os interesses dos que exercem a função de dirigente e os interesses dos que se encontram na condição de dirigidos.

Numa organização sindical burocrática o poder de decisão dos trabalhadores é cerceado por regras ditadas pelo Estado ou moldadas segundo os interesses da burocracia sindical. Além destas características, os sindicatos burocratizados apresentam os seguintes traços: 1) economicismo, que circunscreve a luta dos trabalhadores contra o capital às reivindicações de reajuste ou aumento salarial e de alguns direitos trabalhistas; 2) abdicação da ação direta dos trabalhadores como estratégia de luta e aceitação

¹ Este artigo foi publicado originalmente na Revista Plurais – Virtual, da UEG. Vol. 4, nº 2, 2014. Nesta versão, foram introduzidas pequenas correções.

* Doutor em História e professor na Universidade Estadual de Goiás (UEG), campus de Ciências Socioeconômicas e Humanas de Anápolis (GO).

² O burocrata é um dirigente que exerce sua função com base em regras formais estabelecidas por outros sujeitos que não os próprios dirigidos. Os burocratas constituem uma classe – a burocracia – composta pelos dirigentes das instituições do Estado – burocracia estatal – das empresas – burocracia empresarial – dos partidos – burocracia partidária – dos sindicatos – burocracia sindical – das instituições educacionais – burocracia educacional – e das demais organizações institucionalizadas da sociedade civil (associações, igrejas, organizações não governamentais, etc.). Sobre o conceito de burocracia adotado neste artigo, veja-se: Marx (2005); Viana (2012); Tragtenberg (1977).

inquestionável das instituições do Estado como mediadoras dos conflitos com o capital (institucionalização da luta de classes); 3) naturalização das relações capitalistas de produção e colaboracionismo na relação com o Estado; 4) afastamento dos trabalhadores da gestão coletiva do sindicato e profissionalização dos dirigentes; 5) supervalorização da organização e da disciplina dos trabalhadores em obediência às determinações da diretoria, com desqualificação das críticas ao caráter burocrático do sindicato e rejeição da auto-organização; 6) desprezo pela espontaneidade política dos trabalhadores; 7) constituição de um corpo de funcionários que submete a entidade aos seus interesses, deixando em segundo plano os interesses dos trabalhadores;³ 8) tendência à ampliação da estrutura administrativa por meio da criação de novos departamentos, levando à expansão dos cargos burocráticos; 9) concentração das informações em poder dos dirigentes e dos funcionários da entidade. Essas características não excluem outras, da mesma forma que nem todos os sindicatos burocratizados apresentam todas elas, devendo-se levar em conta as particularidades da realidade histórica em que estão inseridos.

Antes de se concretizar a tendência dos sindicatos à burocratização, Marx apontou algumas das suas limitações, tais como o localismo e o imediatismo das reivindicações nos seguintes termos: “Os sindicatos se ocupam em demasia exclusivamente das lutas locais e imediatas contra o capital. Ainda não são suficientemente conscientes de tudo o que podem fazer contra o sistema e a escravidão assalariada” (MARX, 1980, p. 14). Mas foi Rosa Luxemburgo a primeira a realizar uma análise crítica da burocratização da organização sindical, levada a efeito sob a orientação reformista da socialdemocracia alemã no final do século 19 e início do século 20 (cf. LUXEMBURGO, 1999; 2011).

No Brasil, o Estado desempenhou papel central na transformação dos sindicatos em entidades burocráticas. Antes da legislação trabalhista criada pelo governo de Getúlio

³ Segundo Pannekoek (2007), “Nas negociações sobre salários ou condições de trabalho, os sindicatos estão, mais do que nunca, em posição de inferioridade, porque devem temer (ou tentar evitar) as grandes lutas que esgotem as reservas e, por isso mesmo, põem em perigo a existência bem assente da organização e dos seus funcionários permanentes. Nas negociações, os delegados têm muitas vezes que aceitar uma degradação das condições de vida para evitar a luta” (p. 117-118).

Vargas, instalado por meio da insurreição de 1930, os trabalhadores conseguiram evitar a completa burocratização da sua organização. Concretamente, a legislação desse período produziu efeito quase nulo em termos de controle estatal sobre os sindicatos. A primeira lei sindical desse período foi o Decreto nº 979, de 6 de janeiro de 1903, direcionado aos trabalhadores rurais, numa época em que ainda não havia sindicatos dessa categoria. O primeiro artigo desse documento estabelecia: “É facultado aos profissionais da agricultura e indústrias rurais de qualquer gênero organizarem entre si sindicatos para o estudo, custeio e defesa dos seus interesses”. O artigo 2º assegurava que a criação de sindicatos era “livre de quaisquer restrições ou ônus” (grifo meu). Na verdade, a formação de sindicatos não era tão livre quanto indica esse trecho do artigo. Na sua segunda parte, isso está explicitado, conforme se lê: “bastando, para obterem os favores da lei, depositar no Cartório do Registro de Hipotecas do distrito respectivo, com a assinatura e responsabilidade dos administradores, dois exemplares dos estatutos, da ata da instalação e da lista dos sócios, devendo o escrivão do Registro enviar duplicatas à Associação Comercial do Estado em que se organizarem os sindicatos”. Nos artigos subsequentes (3º ao 8º) outras exigências são impostas. De qualquer modo, ao menos em termos formais, a extensão e a profundidade do controle do Estado eram infinitamente menores do que viria a se tornar após 1930. No art. 11, era admitida “a formação de uniões, ou sindicatos centrais com personalidade jurídica separada, podendo abranger sindicatos de diversas circunscrições territoriais”.⁴

Chama a atenção o fato de que essa lei regularizasse o direito de os “profissionais da agricultura e indústrias rurais” formarem sindicatos, e não dos operários urbanos, cujo movimento se encontrava em ascensão. Quais as razões do governo republicano para isso? Provavelmente estivesse sendo constrangido pelas pressões dos governos dos países de origem dos trabalhadores imigrantes (colonos nas fazendas de café em São Paulo, principalmente) a dar alguma demonstração de que estava empenhado em assegurar a eles o direito de se associarem para reivindicar o cumprimento dos contratos e condições satisfatórias de trabalho. Afinal, as reclamações

⁴ A legislação posterior a 1930 instituiu o sistema federativo no lugar dessas uniões de sindicatos e estabeleceu a unicidade sindical, permitindo a existência de apenas um sindicato em determinada circunscrição territorial.

dos colonos do café em São Paulo contra os fazendeiros, que descumpriam contratos e impunham um grau de exploração acima do que aqueles trabalhadores estavam habituados, eram constantes. Outra explicação pode ser a garantia de que os próprios fazendeiros ou seus prepostos fariam parte desses sindicatos. Quanto a isto, Augusta Barbosa de Carvalho Ribeiro afirma que ‘A característica principal dos sindicatos instituídos pelo Decreto-lei nº 979 é a de serem eles corporativistas, isto é, a de reunir em seu seio, patrões e operários da classe rural, para fim, especialmente, de estudo, custeio e defesa de seus interesses’ (apud RODRIGUES, 1979, p. 50). Cabe registrar que esse decreto não menciona o termo patrão, apenas “profissionais”. Segundo Rodrigues, “esta lei manifestava o caráter paternalista com que o Estado Republicano pretendia envolver o trabalho no Brasil, antevendo talvez um movimento incontrolado de organização própria e autônoma do proletariado em formação” (ib).

O fato de o direito de associação ter sido reconhecido pelo Estado antes de outros direitos econômicos e sociais básicos dos trabalhadores rurais pode parecer que a sua principal reivindicação fosse a liberdade de organização em sindicatos. Porém, naquele momento, esta não deveria ser uma demanda prioritária e generalizada da classe, considerando-se que, no campo, predominavam relações de trabalho não assalariadas. Os operários agrícolas constituíam uma reduzida minoria, se comparados ao grande número de posseiros e trabalhadores autônomos que cultivavam a terra sob regimes não capitalistas (agregação, meação, parceria, arrendamento, etc.).

Nas fazendas produtoras de café no estado de São Paulo havia milhares de trabalhadores submetidos ao regime de colonato mediante contrato, que estabelecia uma relação de trabalho mista: os colonos eram remunerados pelo trabalho no cafezal (manutenção e colheita) e eram autorizados a cultivar a terra para produção de subsistência, o que não o caracterizava como um proletário típico. Além disso, a ampla maioria de não assalariados se encontrava em situação de profunda dependência econômica, social e política em relação aos grandes proprietários, que contavam, ainda, com a ideologia paternalista católica para legitimar seu domínio sobre as classes subalternas do campo. Nessas circunstâncias, o direito de associação previsto no decreto 979/1903 não foi suficiente para levar os trabalhadores rurais a uma massiva criação de sindicatos em todo o país. Rodrigues afirma que “nossa primeira lei sindical não teve

significação prática alguma, mesmo porque não refletia qualquer disposição associativista entre o trabalhador rural recém-egresso do regime escravocrata...” (1979, p. 50).

Enquanto aquela primeira lei sindical se restringiu aos trabalhadores na agricultura, assegurando ao Estado poucos instrumentos de controle sobre sua organização, a segunda lei – Decreto nº 1.637/1907 – foi direcionada, principalmente, ao controle dos sindicatos operários urbanos, cujas lutas estavam em ascensão no período. Com o Decreto nº 4.269/1921, o Estado liberal da Primeira República se autoconcedeu mais um instrumento formal de intervenção na liberdade de organização dos trabalhadores. Essa lei tinha o objetivo explícito de combater o anarquismo, tendência hegemônica no movimento operário na época. Com ela completou-se o aparato jurídico que cerceava a autonomia da organização sindical antes de 1930. Após essa data, o Estado brasileiro chamou a si, com uma disposição inusitada, a responsabilidade de eliminar a independência organizativa da classe operária. Isto significa que, se é incorreto negligenciar as determinações internas à classe trabalhadora (mudanças quantitativas, concepções políticas, alterações ou permanências culturais, migrações, etc.), *no caso do Brasil, os fatos impõem o reconhecimento do papel central do Estado na burocratização da organização sindical*. A ação do governo não se limitou ao uso dos meios político-jurídicos, implicou também no reforço da repressão ao movimento operário, especialmente no período de 1935 a 1945, sob o pretexto de combater o comunismo.

A primeira medida da política burocratizadora dos sindicatos do governo de Getúlio Vargas (1930-1945) foi a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em novembro de 1930. Seis meses depois, baixou o decreto nº 19.770/1931, a mais extensa e detalhista lei sindical conhecida até então. O coroamento desse processo ocorreu com a aprovação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), por meio da lei nº 5.452/1943. A ênfase na industrialização levou os dirigentes do regime varguista a priorizarem a regularização das relações de trabalho na cidade, o que não significou total esquecimento do trabalho no campo. Entretanto, o sindicalismo rural só atingiu o mesmo grau de burocratização dos sindicatos urbanos com a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), em 1963 (Lei nº 4.214), no governo de João Goulart.

Até a aprovação da CLT, a produção de leis trabalhistas foi abundante. Naquele código, foi unificada toda a legislação sindical instituída até então. Por esse motivo e por

ter se tornado a base para a instituição do ETR, tratemos dela, deixando de lado os decretos que a antecederam.⁵ Um primeiro aspecto que merece destaque é o minucioso detalhamento das prescrições para a constituição, o reconhecimento oficial e o funcionamento das entidades sindicais. Inicia admitindo a licitude da associação de empregadores, empregados e demais categorias “para fins de estudo, defesa e coordenação dos seus interesses econômicos ou profissionais” (art. 511). Estabeleceu as “prerrogativas” e os deveres das entidades; fixou as normas para a sua administração, inclusive financeira; determinou as regras para as eleições da diretoria e do conselho fiscal; prescreveu os preceitos para constituição e funcionamento do sistema confederativo; definiu os direitos e obrigações dos sindicalizados; previu as penalidades em casos de infração das normas pelos dirigentes, que iam do pagamento de multas à cassação do mandato e do registro da entidade, etc. Certamente que o extenso detalhamento não tem como finalidade tornar a ação dos sindicatos mais eficaz, mas sim engessá-los e facilitar o seu controle por parte do Estado, à medida que multiplicou as possibilidades de falhas por parte dos dirigentes diante da imensa quantidade de regras a serem observadas. Feitas essas considerações gerais, convém apontar os elementos presentes na CLT que consolidaram a burocratização da organização sindical no Brasil.

Primeiro, impôs à entidade sindical o dever de colaborar “com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade social” (art. 514, alínea a). Essa exigência devia constar dos estatutos dos sindicatos, federações e confederações como condição para o seu reconhecimento oficial. Essa prescrição não deixa margem para dúvidas de que se tratava de transformar o sindicato numa extensão do Estado. O dever de “promover a conciliação nos dissídios de trabalho” (art. 514, alínea c) substituiu a função da organização sindical de agente da luta contra a exploração da força de trabalho pela de instrumento de harmonização entre patrões e empregados. Os dirigentes foram transformados em meros negociadores ou mediadores, não mobilizadores da classe para o enfrentamento com os seus exploradores. A tentativa de evitar a politização dos sindicatos ficou expressa na “proibição de qualquer propaganda de doutrinas incompatíveis com as instituições e os interesses da Nação” (art. 521, alínea a).

⁵ A base do título V da CLT (Da Organização Sindical) foi o decreto 1.402, de 5 de julho de 1939. A análise feita aqui se baseia na primeira versão da CLT.

A “gratuidade do exercício dos cargos eletivos” (art. 521, alínea c) aparenta um esforço para impedir a profissionalização dos dirigentes, o que é anulado ao admitir a remuneração dos associados que tivessem de se afastar do emprego para exercerem mandato de diretor da entidade. A previsão da existência de um conselho fiscal é outra imposição burocrática, pois afastou os trabalhadores da gestão direta da entidade sindical e estabeleceu o controle indireto por meio de conselheiros eleitos junto com os próprios dirigentes, cuja administração deveriam fiscalizar. O conselho fiscal expressa a institucionalização do direito de obtenção de renda e patrimônio por parte da organização sindical. Toda a estrutura organizativa das entidades sindicais imposta pela CLT as transforma em instituições semelhantes aos órgãos estatais, como indica Pannekoek (2007).

Se todas essas imposições constituíram poderosos indutores da burocratização, que dizer do “imposto sindical”?⁶ Conforme estabelece o artigo 579, ele era (ainda o é) “devido, por todos aqueles que participarem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal, em favor do sindicato representativo da mesma categoria ou profissão”. Mesmo não havendo um sindicato da categoria à qual pertenceria o trabalhador, ele deveria ser pago compulsoriamente. Cabia às empresas descontar a importância correspondente a um dia de trabalho no mês de março de cada ano e depositar numa conta bancária específica, cabendo ao banco distribuir o valor entre o sindicato (60%), a federação (15%) e a confederação (5%) correspondentes e, ainda, o Ministério do Trabalho (20%), que o colocaria num fundo a ser empregado em ações, supostamente, em favor da própria classe. Os recursos dessa contribuição involuntária deveriam ser empregados pelos dirigentes sindicais em agência própria de emprego, assistência à saúde dos sindicalizados, em escola de alfabetização e cursos profissionalizantes, em cooperativas, colônias de férias, bibliotecas, atividades esportivas, dentre outras. Os investimentos nessas atividades ampliaram o assistencialismo nas entidades sindicais, desvirtuando completamente a sua finalidade original e levando à expansão do número de funcionários remunerados.

⁶ O imposto sindical foi criado pelo decreto 2.377, de 8 de julho de 1940. Depois, foi regulamentado na CLT em 1943.

Os recursos do imposto sindical possibilitaram, também, a ascensão econômica e social de vários dirigentes, cujo modo de vida mais se aproximou do das classes privilegiadas e se afastou do modo de vida da classe que deveria representar – o proletariado. De organizadores dos trabalhadores em luta contra a exploração da sua força de trabalho, os dirigentes se converteram em administradores especializados da entidade sindical e representantes formais de uma determinada categoria profissional junto à burocracia do Estado (Ministério e Justiça do Trabalho). Nessa condição, os interesses dos dirigentes se tornam cada vez mais distintos dos interesses dos representados. Assimilam novos gestos, alteram a linguagem (vocabulário, pronúncia, sotaque), os valores, as referências sociais, os hábitos de consumo, tudo para se assemelharem aos interlocutores, isto é, às burocracias empresarial e estatal. Enfim, adotam um modo de vida distinto do modo de vida dos representados.

Nas entidades de nível superior (federações e confederações), símbolos máximos do verticalismo da estrutura sindical oficial, os dirigentes se tornam mais independentes dos dirigidos. De posse do dinheiro das contribuições compulsórias, os sindicalistas se viram menos obrigados a “mostrar serviço” (mobilizar a categoria) para se justificarem nos cargos de direção, inclusive porque seu acesso e permanência neles não dependem de eleição direta dos trabalhadores, mas da escolha pelos dirigentes das entidades de base. Essa estrutura confederativa verticalizada, conforme definida na CLT – sindicatos na base, federações em posição intermediária e confederações no topo –, constitui um verdadeiro espaço de reprodução da burocracia sindical e estimula o carreirismo, propicia o desenvolvimento do formalismo, aprofunda o colaboracionismo com o Estado e induz à aproximação com as organizações patronais. O “peleguismo” se tornou mais acentuado.⁷ De acordo com avaliação de Aziz Simão, o imposto sindical se constituiu na condição fundamental da burocratização da organização sindical no Brasil

⁷ O termo “peleguismo” deriva de “pelego”, que é o nome dado ao forro colocado entre o dorso do animal de montaria e a cela para amortecer o impacto desta nas suas costas. No âmbito do sindicalismo, é utilizado em sentido simbólico depreciativo para expressar (criticamente) a postura conciliadora e imobilista dos líderes, principalmente, os dirigentes. Segundo Rodrigues, “O ‘pelego’ se comporta como uma subclasse do funcionalismo [do Estado] pois, sem pertencer aos quadros ministeriais, age de conformidade com os padrões mais convenientes ao Ministério do Trabalho. É, além disso, o elemento que dialoga com os patrões usando uma linguagem cordata, paternalista e submissa e chega mesmo a agir mais em função dos interesses patronais do que da categoria que formal e ocasionalmente representa” (RODRIGUES, 1979, p. 19).

(SIMÃO, 1966, p. 183). De igual modo, Ângela de Castro Gomes afirma que “o imposto sindical tornou-se o principal responsável por um processo de burocratização dos sindicatos” (GOMES, 2008).

Inspirada na concepção de Weber, Heloisa de Souza Martins associa a ação do Estado brasileiro na burocratização dos sindicatos, a partir de 1930, à necessidade de conferir racionalidade à relação capital-trabalho, da perspectiva capitalista, com vistas a criar condições para a aceleração do processo de expansão do capitalismo no país. De “marginalizado e perseguido”, o sindicato operário “passa a ser concebido como um elemento importante no sistema de relações empregatícias”, conforme justifica a autora:

Isto porque, para que a integração e a funcionalidade do sistema fossem possíveis, deviam ser eliminados todos os motivos de conflito e tensão. E o sindicato surge, assim, como uma instituição ao lado do quadro burocrático em constituição, cuja função definida pelo Estado, é a de canalizador dos diferentes interesses, nem sempre e nem necessariamente convergentes, de categorias das classes sociais. Como um dos executores das metas ou objetivos das relações de trabalho, tem o sindicato também determinadas as maneiras pelas quais deve desempenhar as suas funções. Nessa atuação, deve-se organizar racionalmente, procurando reproduzir, na estrutura sindical, a racionalidade que é constitutiva da sociedade (SOUZA MARTINS, 1979, p. 3).

Segundo ela, a estrutura sindical oficializada pela ação regularizadora do governo comandado por Getúlio Vargas passou a se definir, “exteriormente, a partir dessa racionalidade” (*ib.*).⁸ Assim, a legislação trabalhista condensada na CLT consumou a burocratização da organização sindical no Brasil. Mas, de acordo com essa autora, esse processo não se encerrou com o fim do regime do Estado Novo, prosseguiu durante a ditadura militar instalada em 1964.

No período que antecedeu ao golpe de Estado o Partido Comunista Brasileiro contribuiu para legitimar a burocratização da organização sindical. Segundo Heloisa de Souza Martins, enquanto um agrupamento de sindicalistas conservadores e reformistas, reunido no “Movimento de Renovação Sindical”⁹, defendia o contrato coletivo de

⁸ Heloisa de Souza Martins, referenciada em Weber, identifica a racionalização da função do sindicato, mediante legislação, com a sua burocratização.

⁹ O referido movimento surgiu a partir do 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores (1960) (SOUZA MARTINS, 1979, p. 82-87).

trabalho em oposição ao contrato individual previsto na legislação trabalhista, pediam o fim do imposto sindical e propugnavam a pluralidade sindical no lugar da unicidade estabelecida em lei, os comunistas consideravam mais prático aplicar o contrato individual garantido pelo Estado por meio da legislação e se posicionavam a favor do imposto e da unicidade sindical (SOUZA MARTINS, 1979, p. 87-88).¹⁰

Orientados pela aspiração a uma revolução democrático-burguesa, antilatifundiária e anti-imperialista, os militantes do PCB aprovavam a legislação trabalhista, em geral, e a sindical, em particular, apenas defendendo que fosse adequada conforme as resoluções dos congressos de trabalhadores. Essas resoluções começaram a surgir no final do regime ditatorial do Estado Novo, quando foi formado o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), em 1945. Desde então, até o golpe de Estado de 1964, os comunistas se bateram pela autonomia da organização sindical em relação ao Estado e pela formação e reconhecimento de uma central sindical que integrasse as entidades da estrutura oficial. Esse esforço, que se iniciou com a criação do MUT, passou pela formação de várias organizações intersindicais regionais e nacionais, culminando com a fundação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) em 1962, extinto em decorrência do golpe de Estado de 1964 (DELGADO, 1986). Mas a luta pelo fim do controle do Estado sobre os sindicatos não significava o rompimento com a estrutura burocratizada e a construção de uma organização horizontal e autodeterminada pelos próprios trabalhadores.

Mais do que agente legitimador, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) atuou como um dos construtores do sindicalismo burocrático. Fundado no último ano do Estado Novo, sob orientação do então ditador Getúlio Vargas para atuar como meio de arregimentação política da classe operária, o PTB abrigou um dos mais importantes executores da política sindical burocrática: o ministro do trabalho do governo eleito de Vargas (1951-1954) e, posteriormente, presidente da República, João Goulart. Os militantes da tendência reformista do PTB atuaram no poder executivo, no parlamento e

¹⁰ Numa obra em que analisa a crise do sindicalismo europeu, a partir da década de 1970, Alain Bihr afirma que, na concepção da socialdemocracia reformista ou "revolucionária" (leninista), o Estado ocupa papel central na garantia dos direitos dos trabalhadores. Essa ideologia reproduz o "fetichismo do Estado" (BIHR, 2010; particularmente, cap. 1).

fora dele para expandir o modelo de organização operária definido na legislação sindical. Goulart, quando era ministro do Trabalho, tentou levar adiante uma campanha nacional de sindicalização, em 1954 (STEIN, 2008, p. 58). Frustrado pela resistência dos capitalistas, articulados com os militares, pôs esse plano em prática a partir de 1962, junto aos trabalhadores rurais, com apoio do PCB, da Igreja Católica e de outras organizações reformistas.

Em conclusão desta seção, pode-se afirmar que a legislação sindical criada nas décadas de 1930 e 1940 regularizou, fundamentalmente, o sindicalismo operário urbano, mas tornou-se a base da burocratização da organização sindical dos trabalhadores na agricultura, que tomou forma e conteúdo definitivos com a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963, antecedido pelas portarias nº 209-A/1962, e 355-A, de 20 de novembro do mesmo ano, baixadas pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Percurso da burocratização do sindicalismo rural no Brasil

A origem dos sindicatos de trabalhadores rurais no Brasil – STRs – ainda gera controvérsia entre os estudiosos do tema. No livro de síntese histórica dos movimentos sociais rurais no Brasil – *História dos movimentos sociais no campo* – Medeiros reproduz a informação de que o primeiro sindicato de trabalhadores rurais criado no Brasil foi o do município de Campos (RJ) (MEDEIROS, 1989, p. 27). A autora não apresenta outros dados ou fatos do surgimento dessa entidade. Diferentemente disso, Clifford Andrew Welch afirma que “até o fim de 1931, outros seis sindicatos rurais já haviam sido reconhecidos pelo governo” (WELCH, 2006, p. 60-61). Este autor também não fornece nenhuma informação adicional sobre esses sindicatos, nem mesmo a sua localização.

Contrariando as indicações de Medeiros e Welch, Luiz Flávio Carvalho Costa diz que “O início do moderno sindicalismo rural brasileiro pode ser identificado no ano de 1954” (COSTA, 1996, p. 1). Ele atribui ao então Partido Comunista do Brasil (PCB), cujo nome foi alterado para Partido Comunista Brasileiro em 1961¹¹, mantendo a mesma sigla,

¹¹ Nessa mesma época, da dissidência do PCB, surgiu o PC do B, que, reivindicando a continuidade do partido fundado em 1922, manteve a denominação Partido Comunista do Brasil.

papel decisivo na formação do sindicalismo rural. Conforme argumenta, as características apresentadas pela organização sindical naquele momento permitem “considerar esta data como o início da primeira fase da organização sindical rural que se estende até o ano de 1964, ainda que embrionariamente remonte a 1945” (COSTA, *ib.*). E mais, “A origem do nosso moderno sindicalismo rural, tal como o conhecemos hoje, encontra-se precisamente nessas primeiras tentativas dos comunistas de organizar as massas camponesas em 1945” (*ib.*, p. 2).

Como já indicado, Costa aborda a história da organização sindical no campo no Brasil dando ênfase à “relação entre sindicatos rurais e Partido Comunista Brasileiro” nesse processo, apresentando como justificativas o papel mais destacado dos militantes comunistas do que os seus concorrentes e o condicionamento das fontes utilizadas na pesquisa (*ib.*). Dada a posição favorável do autor à atuação do PCB junto aos trabalhadores na agricultura, ele não aborda a história da organização sindical rural procurando identificar o papel dos comunistas no seu processo de burocratização.

Depois da tentativa do governo Vargas de criar um “Código Rural” em 1937, bloqueada pela pressão dos fazendeiros, o sindicalismo rural só passou a ter uma nova legislação no penúltimo ano do “Estado Novo”. Trata-se do Decreto-Lei nº 7.038/1944. Mais uma vez, a regularização da organização sindical rural antecedeu o reconhecimento dos direitos econômicos e sociais dos trabalhadores na agricultura, embora alguns dos direitos previstos na CLT fossem extensivos a eles. Apesar da pressão dos fazendeiros pela instituição de sindicatos mistos, compostos por patrões e empregados, ficou estabelecido que as duas classes se organizariam em entidades separadas. Entretanto, admitia, “excepcionalmente, a organização de entidades congregando exercentes de atividades ou profissões rurais diferentes, comprovada a impossibilidade de serem organizadas entidades específicas” (art. 1º, § 1º).¹²

Para além das especificidades do trabalho agrícola, o governo do “Estado Novo” aplicou aos sindicatos de trabalhadores rurais a mesma lógica corporativista e autoritária

¹² De acordo com Medeiros, em todas as tentativas de regularização da organização sindical no campo, a partir da década de 1930, a começar pelo projeto de Código Rural de 1937, a orientação dominante era a de organizações mistas de patrões e empregados (MEDEIROS, 2002, p. 153-154).

que norteou a legislação sindical do proletariado urbano, impondo-lhes a obrigação de “colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade social” e “promover a conciliação nos dissídios de trabalho”. Essa orientação deveria constar dos estatutos das entidades, como condição para o seu reconhecimento pelo MTIC. O caráter assistencialista dos sindicatos foi reforçado com a obrigação de “manter serviços de assistência para seus associados”. A garantia de controle total sobre os STRs era complementada pela possibilidade de o ministro neles intervir, em casos de “dissídio ou circunstâncias” que perturbassem o “funcionamento da entidade” (art. 17). A decisão de intervir cabia ao próprio Ministério.

As extensas exigências para o reconhecimento oficial dos sindicatos de trabalhadores na agricultura, contidas na Portaria MTIC nº 14/1945, tornavam a criação dessas entidades quase inviável (MEDEIROS, 2002, p. 154-155). Segundo dados do IBGE, na década de 1940 foi criado e reconhecido apenas um sindicato de trabalhadores rurais, o que demonstra que o decreto 7.038/1944 não foi um facilitador da criação de sindicatos. Além das imposições formais, a oposição dos patrões rurais à existência de entidades só de trabalhadores foi um grande obstáculo à fundação de novos sindicatos. A pressão dos fazendeiros levou o governo a baixar um decreto que autorizava a criação de associações rurais mistas, compostas por “pessoas naturais ou jurídicas” que exercessem, “profissionalmente atividades rurais, em qualquer das suas formas, agrícola, extrativa, pastoril, ou industrial e, também, profissionais ligados a essas atividades” (Decreto-Lei nº 7.449/1945). Esse decreto considerava que exercia “profissão rural” todo indivíduo que fosse “legalmente proprietário de estabelecimento rural”.

No mesmo ano de 1945, o Decreto-Lei nº 8.127 ampliou a base social dessas associações, somando aos proprietários os arrendatários ou parceiros de estabelecimentos rurais, mantendo o município como sua base territorial. Neste último decreto, as “sociedades rurais”, que possuíam abrangência estadual ou dos “territórios nacionais”¹³, e a União Rural Brasileira foram substituídas, respectivamente, pelas

¹³ Os territórios nacionais ou federais constituem unidades administrativas especiais criadas com a finalidade de promover a ocupação de áreas do território nacional com reduzido índice de povoamento ou por outras razões estratégicas. Os territórios federais não possuíam o mesmo grau de autonomia dos estados da federação nem governador eleito pelo sufrágio direto, embora possuíssem representantes no parlamento nacional eleitos diretamente.

Federações das Associações Rurais e Confederação Rural Brasileira (CRB). Mas esta, segundo Carolina Ramos, só passou a existir concretamente em 1951 (RAMOS, s/d, p. 3).¹⁴ Ambos os decretos previam que os prefeitos municipais podiam fundar associações, caso as entidades criadas antes nos municípios não se enquadrassem na nova legislação ou se os interessados não as criassem no prazo estipulado. Mas os prefeitos estavam impedidos de exercerem cargos nas suas diretorias.

Uma característica das associações rurais é que, diferentemente dos sindicatos, elas “seriam tuteladas pelo Ministério da Agricultura e não mais pelo Ministério do Trabalho” (MEDEIROS, 2002, p. 155).¹⁵ Independente desse modelo, alguns grupos de pequenos agricultores, especialmente arrendatários, passaram a se organizar em associações civis, sem a participação de grandes proprietários, constituindo-se, por vezes, em oposição a eles. Algumas dessas associações receberam o nome de “ligas camponesas”.¹⁶ Legalmente, a criação da nova estrutura organizativa baseada nas associações não implicou na extinção dos sindicatos.

A organização sindical dos trabalhadores rurais só voltaria a ser alvo de novas leis específicas por meio das portarias do Ministério do Trabalho e Previdência Social nº 209-A, de 25 de junho de 1962, e nº 355-A, de 20 de novembro do mesmo ano. Quanto aos direitos especificamente econômicos e sociais, só foram contemplados no Estatuto do Trabalhador Rural (Lei 4.214, de 2 de março de 1963). Tendo em conta que o conteúdo daquelas portarias foi reunido no ETR, ainda que com algumas alterações, convém deixá-las de lado e tratar diretamente deste documento. Cabe registrar, entretanto, que a

¹⁴ Carolina Ramos afirma que a CRB era uma entidade vinculada ao Ministério da Agricultura, composta pelas associações rurais e não dependia do imposto sindical, recebia subvenções do governo (RAMOS, s/d, p. 3).

¹⁵ Conforme se lê no art. 9º, “A associação rural instalada remeterá, ao Ministro da Agricultura, por intermédio da União, cópia autêntica da ata da sua fundação, rubricada pelo presidente da sessão em que forem aprovados os estatutos, a fim de ser instaurado o processo de reconhecimento”, e no parágrafo 2º, “O Ministro da Agricultura, por despacho no processo mencionado mandará expedir à associação o título de reconhecimento, que levará a sua assinatura”.

¹⁶ Embora as associações de lavradores tenham surgido ainda na década de 1940, foi a partir da criação da Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPP), em 1954, que a denominação “ligas camponesas” se tornou comum. Sobre essa forma de organização camponesa, ver, por exemplo, Francisco Julião (1962); Fernando Antônio Azevêdo (1982); Elide Rugai Bastos (1984). Sobre associações de lavradores e ligas camponesas em Goiás, consultar: Walderês Nunes Loureiro (1988); Maria Tereza Canesin Guimarães (1988).

classificação das categorias de trabalhadores rurais da portaria 209-A foi alterada pela portaria 355-A cinco meses depois, reflexo da diversidade das relações de trabalho no campo. Na primeira, eram distinguidos os seguintes “grupos”: “Trabalhadores na lavoura” (os assalariados, os autônomos e os parceiros); “Trabalhadores na pecuária e similares”; “Trabalhadores na produção extrativa rural” e “Empregados na administração”. Na segunda, as três primeiras categorias foram mantidas e a quarta foi substituída pela categoria dos “Produtores autônomos” (pequenos proprietários, arrendatários e trabalhadores que explorassem atividade rural sem empregados em regime de economia familiar ou coletiva). Na portaria 209-A este último grupo foi incluído na classe dos patrões, ainda que não explorassem a força de trabalho de terceiros.

O ETR foi aprovado num momento de acirramento dos conflitos sociais no campo, decorrentes das lutas dos trabalhadores assalariados por direitos e dos sem-terra por reforma agrária. Entre 1949 e 1963, Medeiros identifica inúmeras greves de trabalhadores rurais – assalariados, colonos, camaradas, tarefeiros e “camponeses”¹⁷ – motivadas por diversas reivindicações: aumento salarial, pagamento de salários atrasados, contra redução do valor dos salários, por melhores remunerações pelas tarefas, pelo cumprimento de contratos por parte dos patrões, por férias remuneradas, pelo pagamento do salário mínimo, descanso semanal remunerado, contra descontos nos salários, contra a opressão dos fiscais agentes dos patrões, pelo pagamento de horas extras, pela redução da taxa de moradia, etc. (MEDEIROS, 1989, p. 19-23, 44-46, 72-74; tabelas). Os registros se limitam às greves ocorridas nas regiões Sudeste (principalmente no estado de São Paulo), Nordeste e Sul, nas áreas de monoculturas como cana-de-açúcar, café, cacau e algodão. A quantidade de paralisações variou de um ano para o outro, tendo o último ano do período apresentado maior número de ocorrências. Essas greves expressam, por um lado, o aumento da proletarização dos camponeses, principalmente posseiros, arrendatários, meeiros, parceiros e agregados, por outro, revelam o elevado grau de exploração dessa força de trabalho.

¹⁷ A autora reproduziu o termo camponês conforme se encontrava nas fontes pesquisadas, o que não significa que se tratasse realmente dessa categoria em sentido estrito. Na verdade, o termo foi empregado nas publicações consultadas para designar diversas categorias de trabalhadores do campo, inclusive assalariados ou diaristas, tarefeiros, empreiteiros e vários outros.

Em outras frentes, as lutas de pequenos arrendatários pela redução das taxas de arrendamento, particularmente no estado de Goiás, além de posseiros contra a expropriação (grilagem), nesse mesmo estado e no Paraná, e a resistência de “foreiros”¹⁸ nordestinos que impulsionou a expansão das “ligas camponesas”, convulsionaram o campo brasileiro. Inúmeros outros movimentos e conflitos, gerados pela irrupção autônoma dos trabalhadores rurais sem terra e camponeses no cenário social e político, ocorreram nesse período. De modo geral, essas lutas convergiram para um amplo movimento por reforma agrária, que culminou na realização do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em novembro de 1961 em Belo Horizonte (MG). Esse encontro foi convocado pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas Brasileiros (ULTAB), controlada pelo PCB (MEDEIROS, 1989, p. 48-60). O acirramento da luta pela terra refletiu nos debates e nas deliberações do congresso, cuja maioria se posicionou pela “reforma agrária radical”. Foi nesse clima que os dirigentes do Estado decidiram intervir nas relações sociais no campo brasileiro por meio do ETR. Nele, o Estado ocupa lugar central, primeiro, como seu instituidor e único detentor das prerrogativas de sua execução e modificação; segundo, como mediador da relação entre os trabalhadores do campo e respectivos empregadores; terceiro, como provedor dos direitos sociais nele previstos. Por todas essas atribuições do Estado, o ETR aparece como uma dívida dos seus instituidores. Essa aparência é de fundamental importância para reforçar a sua legitimidade perante os trabalhadores do campo, assim como ocorreu em relação à legislação que oficializou os direitos dos operários urbanos.

Claudinei Coletti afirma que o ETR “é quase uma cópia do Decreto-Lei nº 7.038”, admitindo a diferença formal de que “este último fora promulgado por iniciativa do poder executivo”, enquanto que “o primeiro era uma iniciativa do Congresso Nacional” (COLETTI, 1998, p. 37). Aponta também uma diferença histórica, que considera “fundamental”: o mencionado decreto não produziu “nenhum resultado prático expressivo no que se refere à constituição de sindicatos de trabalhadores no campo”, já o ETR surgiu “em meio à emergência de centenas de sindicatos de trabalhadores agrícolas espalhados por várias regiões do país” e estimulou a sua expansão (COLETTI, *op. cit.*, p.

¹⁸ O “aforamento” consiste no aluguel da terra pelo camponês cujo pagamento, o *foro*, era feito em dinheiro, no último mês do ano (BASTOS, 1984. p. 49-50).

38). De fato, a expansão foi vertiginosa: segundo levantamento do IBGE, de um total de dezoito entidades fundadas e reconhecidas na década de 1950, saltou para 1.060 na década de 1960. Embora deva-se fazer a ressalva de que vários deles foram formados antes da promulgação do Estatuto, os dados confirmam que a esmagadora maioria surgiu depois da sua entrada em vigor. Outra observação a fazer é a de que menos do que os próprios trabalhadores, os militantes dos partidos (PCB e PTB/governo) e da Igreja Católica foram os principais responsáveis por esse crescimento. Isto significa que contribuíram com o processo de burocratização dos sindicatos de trabalhadores rurais, constituindo-se em *agentes externos da mediação burocrática*.

Uma outra diferença é patente entre ambos os documentos. Trata-se da abrangência dos temas neles contidos: o decreto 7.038/1944 se limita à regularização da organização sindical, enquanto que o ETR, além desse ponto, normatiza as relações de trabalho (contrato e jornada de trabalho, estabilidade no emprego, etc.) e fixa os direitos econômicos e sociais dos trabalhadores (salário mínimo, previdência e assistência social). Com algumas adaptações e restrições, o ETR reproduz, não só os temas básicos presentes na CLT mas também a sua orientação ideológica, apesar de esta última ser originária de um regime político autoritário de tendência fascista e aquele ter sido fruto de um regime considerado democrático e até “popular”.

Na sua primeira parte, o ETR continha as definições de trabalhador e empregador rurais. Conforme se lê no seu art. 2º, trabalhador rural “é toda pessoa física que presta serviços a empregador rural, em propriedade rural ou prédio rústico, *mediante salário pago em dinheiro ou ‘in natura’, ou parte ‘in natura’ e parte em dinheiro*” (grifo meu). Por esta definição, o que caracteriza o trabalhador rural é a relação assalariada estabelecida com o comprador da sua força de trabalho. Porém, no país em geral, predominavam no campo relações não assalariadas de trabalho (arrendamento, meação, agregação, parceria, etc.). Em 1960, de acordo com dados do censo demográfico havia 2.986.867 empregados (assalariados) na agropecuária, correspondendo a 35,48% da população ocupada remunerada no setor, incluindo-se nesta os trabalhadores autônomos

(4.611.002) e os parceiros (820.025).¹⁹ Se somarmos a estes as pessoas “não remuneradas” (3.180.646) que se ocupavam das lides agrícolas na época sem serem empregadoras, a proporção de assalariados fica ainda mais reduzida. A imensa maioria ou quase totalidade desses mais de três milhões de não remunerados era mão-de-obra familiar que trabalhava ao lado dos trabalhadores daquelas categorias. Além de garantir a reprodução da relação de exploração entre os patrões e os trabalhadores, ao legitimar o pagamento do salário em mercadoria, o Estado contribuía para aumentar a extorsão econômica praticada pelos compradores da força de trabalho.

Quanto à regularização da organização sindical no campo, a característica fundamental do ETR é a negação da autonomia dos trabalhadores rurais para constituírem suas entidades de classe, da mesma forma que ocorreu com os trabalhadores urbanos. Ao reproduzir o modelo corporativista burocrático de sindicalismo da CLT e do Decreto-Lei 7.038/1944, o ETR consolidou os mecanismos que permitiriam aos dirigentes do regime ditatorial militar controlar as organizações sindicais dos trabalhadores na agricultura sem destruí-las, da mesma forma que fizeram com as entidades dos trabalhadores urbanos.

Repetindo o primeiro preceito do decreto de 1944, o ETR reconhecia que a associação de trabalhadores e patrões rurais em sindicatos era lícita “para fins de estudo, defesa [e] coordenação de seus interesses econômicos ou profissionais” (art. 114). No que concerne a este ponto, vale observar que a licitude da associação oficialmente reconhecida pressupunha que a liberdade estivesse condicionada por determinações de interesses que não eram os da classe trabalhadora. Portanto, buscar o reconhecimento por parte do Estado significava entregar em suas mãos o controle dessa liberdade.

Mantendo a orientação do decreto 7.038/1944, o ETR repete a prescrição das prerrogativas dos sindicatos, destacando-se a de “representar, perante as autoridades

¹⁹ O IBGE definiu assim essas categorias: *empregados* – “os que trabalhavam mediante remuneração em dinheiro, espécie ou utilidade”; *autônomos* – “os que exerciam suas atividades por conta própria, individualmente ou com auxílio de pessoas da família, que não recebiam remuneração”; *parceiros* – “pessoas diretamente subordinadas ao responsável, que executavam tarefas mediante recebimento de uma cota-parte da produção obtida com seu trabalho (meia, terça, quarta, etc.) e dos seus familiares que o ajudavam na execução das suas tarefas”. Antes da unificação de todas estas categorias sob o termo “trabalhadores rurais”, que ocorreu após o golpe militar de 1964, era possível criar sindicatos de quatro categorias diferentes num mesmo município.

administrativas e judiciárias, os interesses gerais das classes que os integram” (art. 115, alínea *a*). A representação perante o Estado, e não diante da classe que explora os trabalhadores diretamente, transforma o poder institucionalizado em algo mais do que mero mediador, leva-o a ser reconhecido como o único sujeito capaz de responder às suas demandas. Daí, a exigência de colaboração das entidades com o Estado aparecia como decorrência lógica, ao mesmo tempo em que se tornava condição indispensável da sua existência legal. Desse modo, fecha-se o círculo da subordinação, elemento constituinte da relação burocrática.

A usurpação da autonomia da classe para definir as funções e a forma das suas organizações se ampliou pela imposição de “manter serviços de assistência a seus associados”, dentre outras obrigações sociais; pela impossibilidade de os trabalhadores deliberarem sobre a duração do mandato e do número de componentes da diretoria da entidade, bem como acerca da maneira como deveriam ser preenchidos e desocupados seus cargos; pela prescrição do conteúdo e da forma dos seus estatutos; por meio da exigência de reconhecimento e pela possibilidade de intervenção e até cassação do mandato dos dirigentes da entidade por parte do Ministro do Trabalho, fundamentalmente, por motivos políticos; e, ainda, pela prerrogativa do ministro de estabelecer a base territorial dos sindicatos. O “imposto sindical”, conforme já se verificava nas organizações dos trabalhadores urbanos, assegurou as condições para viabilizar a sobrevivência das entidades dos trabalhadores rurais, independentemente da participação ativa dos seus representados.

Tal como ocorreu com os trabalhadores da cidade, a verticalização burocrática da organização se materializou na formalização da relação entre dirigentes e dirigidos e na estrutura federativa hierarquizada e centralizada. Após a aprovação do ETR, a quantidade de federações estaduais de trabalhadores na agricultura mais do que triplicou, culminando na formação de uma única Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, a CONTAG, em dezembro de 1963. Uma primeira tentativa de criação dessa entidade foi feita pelas federações dos estados de Sergipe, Pernambuco e Rio Grande do Norte, todas de orientação católica. Negado o seu reconhecimento pelo Ministério do Trabalho, a Comissão Nacional de Sindicalização Rural (CONSIR), numa demonstração clara de usurpação da autonomia dos trabalhadores, convocou um congresso com a

participação de 26 federações oficializadas em que foi fundada a CONTAG. Dos três principais cargos executivos da sua primeira diretoria, dois foram ocupados por militantes do PCB – presidente e tesoureiro. Os concorrentes católicos ficaram apenas em cargos não efetivos.

Por fim, o ETR legitimou a Justiça do Trabalho (burocracia judiciária) como instância responsável pelo julgamento dos dissídios de natureza trabalhista, ocorridos entre patrões e empregados. Essa medida e as demais prescrições nela contidas reforçaram a institucionalização das lutas dos trabalhadores rurais. Antes da ampla extensão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores assalariados do campo, a Justiça do Trabalho havia tido pouca ou nenhuma relevância para a grande maioria deles. A partir de então, a atuação dos dirigentes sindicais passou a ser orientada, progressivamente, para a luta pelo cumprimento da legislação trabalhista e agrária (Estatuto da Terra, 1964), o que reforçou o setor de assessoria jurídica das entidades. Essa tendência se mostrou mais evidente após o arrefecimento das lutas pela reforma agrária, em decorrência da repressão imposta pelo regime ditatorial instalado em 1º de abril de 1964. O legalismo se disseminou na organização sindical dos trabalhadores agrícolas, mais acentuadamente nas federações e na CONTAG (MEDEIROS, 1989).

Além dos direitos trabalhistas previstos no ETR, as entidades sindicais incluíam em suas demandas legalistas o cumprimento dos direitos de arrendatários e parceiros estabelecidos no Estatuto da Terra, aprovado pelo primeiro governo do regime militar em 30 de novembro de 1964 (lei nº 5.504). Dentre as prescrições que beneficiavam os arrendatários e parceiros, esta última lei proibia ao proprietário da terra exigir prestação de serviço gratuito, exclusividade da venda da colheita, obrigatoriedade do beneficiamento da produção em seu estabelecimento, obrigatoriedade da aquisição de gêneros e utilidades em seus armazéns ou barracões, aceitação de pagamento em “ordens”, “vales”, “borós”²⁰ ou outras formas regionais substitutivas da moeda (art. 93,

²⁰ ‘Boró’ é uma espécie de ficha com valor monetário emitida informalmente por particulares, portanto, sem reconhecimento oficial. Por esta razão, essa forma de “pagamento” restringia as opções de compras dos trabalhadores rurais, mantendo-os dependentes de um número muito restrito de fornecedores, cobrando preços mais elevados do que a média do mercado. Geralmente, o fornecedor era um comerciante que tinha a garantia verbal dos patrões rurais de fazer a permuta dos ‘borós’ recebidos dos trabalhadores por dinheiro. As ‘ordens’ e os ‘vales’ são meios de troca de natureza igual à dos ‘borós’.

itens I-V).

Um outro ponto que, até então, gerava os mais acirrados conflitos entre arrendatários e proprietários também foi regularizado por esse código de terras: nele, ficou estabelecido que a taxa de arrendamento não poderia ser superior a 15% do valor cadastral do imóvel. Durante décadas, o desrespeito dos fazendeiros a essas determinações legais continuou quase inalterado. Segundo Coletti, “Tanto o Estatuto do Trabalhador Rural quanto o Estatuto da Terra, em termos de conquistas dos trabalhadores do campo, transformar-se-iam rapidamente em letra morta” (1998, p. 64). A persistência dessa situação se constituiu numa importante justificativa para a ação dos sindicatos no âmbito institucional.

Certamente, as leis não são dotadas de força própria capaz de mudar a realidade, mas podem ser instrumentos úteis na justificação da ação dos detentores do poder do Estado. Numa avaliação do significado político do ETR, o sociólogo José de Souza Martins concluiu que ele serviu “para esvaziar ainda mais as Ligas Camponesas”, cujos militantes convulsionavam o campo brasileiro empunhando a bandeira da ‘reforma agrária radical’ (MARTINS, 1995, p. 90). O esvaziamento daquelas organizações mais autônomas do que os sindicatos foi impulsionado pela priorização da reivindicação dos direitos trabalhistas dos assalariados do campo em detrimento da luta dos camponeses posseiros contra a expropriação de suas glebas e dos sem-terra pela reforma agrária. Nesse sentido, Martins afirma que, “A rigor, o Estatuto foi uma vitória dos que davam prioridade e importância ao trabalhador assalariado rural em relação aos camponeses” (*ib.*).

Embora o julgamento de Martins corresponda à tendência geral dos que propugnavam a organização dos trabalhadores agrícolas em sindicatos, é necessário ressaltar que nas regiões do país em que havia uma reduzida proporção de assalariados rurais e a demanda principal era por terra, como em Goiás, por exemplo, a reforma agrária foi incorporada à pauta de lutas da organização sindical como reivindicação prioritária. Isso pode ser comprovado nas resoluções do Congresso Camponês de Goiás realizado em outubro de 1963 na capital do estado. Para Martins, o governo de João Goulart, tido como o último populista, pretendia ampliar suas bases eleitorais com a aprovação do ETR, estendendo direitos até então exclusivos dos operários urbanos aos trabalhadores rurais e impondo o controle sobre sua organização.

O caráter burocrático e intervencionista do ETR legitimou a ação dos governos militares sobre as entidades sindicais dos trabalhadores rurais, assim como a CLT proporcionou aos ditadores os meios formais para a depuração política das direções dos sindicatos urbanos. O ETR foi revogado pela Lei nº 5.889, de 1973, que unificou na CLT toda a legislação trabalhista. A sua extinção em nada alterou a situação jurídica das relações de trabalho no campo nem possibilitou a autonomização da organização sindical no setor. Um código a menos nem piorou nem melhorou as condições de existência dos trabalhadores rurais.

Conforme se verifica nesta descrição do processo de burocratização da organização sindical no Brasil, o Estado desempenhou o papel mais importante na sua concretização, por meio da formalização do direito de organização em sindicatos, mediante legislação específica. Para tanto, o Estado contou com a reduzida resistência dos trabalhadores, resultante da coerção e da cooptação, e com a legitimação de agentes externos ao proletariado e aos trabalhadores do campo, especialmente os Partidos Comunista e Trabalhista Brasileiros. Em termos formais, a CLT e o ETR representaram a síntese desse processo.

Referências

COLETTI, Claudinei. *A estrutura sindical no campo: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto*. Campinas, SP: Editora da Unicamp: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1998. 312p. (Coleção Tempo & Memória, 5).

COSTA, Luiz Flávio Carvalho. *Sindicalismo rural brasileiro em construção*. Rio de Janeiro: Forense Universitária; UFRRJ, 1996.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil (1961-1964)*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

GOMES, Ângela de Castro. “Imposto sindical sobrevive há setenta anos”. In: Revista de História. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/angela-de-castro-gomes-1> Acesso: 21/11/2010.

GUIMARÃES, Maria Tereza Canesin. *Formas de organização camponesa em Goiás (1954-1964)*. Goiânia: Centro Editorial e Gráfico da UFG, 1988. (Col. Teses Universitárias, 47).

LOUREIRO, Walderês Nunes. *O aspecto educativo da prática política*. Goiânia: Centro Editorial e Gráfico da UFG, 1988.

LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou revolução?* Tradução de Livia Xavier. – São Paulo: Expressão Popular, 1999.

_____. *Textos escolhidos*. Vol. I. Tradução de Stefan Klein. – São Paulo: Editora Unesp, 2011.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 4ª ed. – Petrópolis: Vozes, 1990.

MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. – São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Sindicalismo*. Tradução de José Roberto Marinho. – São Paulo: CHED, 1980.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

_____. “Os trabalhadores do campo e desencontros nas lutas por direitos”. In: CHEVITARESE, André Leonardo (org.). *O campesinato na história*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; FAPERJ, 2002; p. 151-181.

PANNEKOEK, Anton. *A revolução dos trabalhadores*. S/L: Barba Ruiva, 2007.

RAMOS, Carolina. “A construção do sindicalismo rural brasileiro”. In: Núcleo de Pesquisas sobre Estado e Poder no Brasil. S/D. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/GT1/GT1-CAROLINA.pdf> Acesso: 11/10/2012.

RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Símbolo, 1979.

SIMÃO, Aziz. *Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo*. São Paulo: Dominus; Editora da Universidade de São Paulo, 1966.

SOUZA MARTINS, Heloisa Helena Teixeira de. *O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1979.

STEIN, Leila de Menezes. *Trabalhismo, círculos operários e política: a construção do sindicato de trabalhadores agrícolas no Brasil (1954-1964)*. São Paulo: Anablume; Fapesp, 2008.

TRAGTENBERG, Maurício. *Burocracia e ideologia*. 2ª ed. – São Paulo: Ática, 1977.

TROTSKY, Leon. *Escritos sobre sindicato*. Tradução de Vera Corrêa de Sampaio e Maria Emília Sedeh Boito. – São Paulo: Kairós, 1978.

VIANA, Nildo. *A teoria das classes sociais em Marx*. Florianópolis: Bookess, 2012.

WELCH, Clifford Andrew. “Movimentos sociais no campo até o golpe militar de 1964: a literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores rurais do século XX”. In: *Lutas & Resistências*. Londrina, PR, set. 2006; v.1, p. 60-75. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/revista1aeducacao/lr60-75.pdf> Acesso em: 30/08/2011.

“AUTÔNOMO, INDEPENDENTE, HORIZONTAL...”: A REEMERGÊNCIA DAS LUTAS AUTÔNOMAS NO BRASIL

Lucas Maia*

Introdução

As palavras não são isentas de sentido político. Há que se distinguir entre palavras simples, que expressam conteúdos simples e palavras complexas, que expressam conteúdos complexos. Por exemplo, o termo “cadeira”. Ninguém coloca em xeque o objeto que esta palavra expressa. Pode-se levantar dúvidas sobre o tipo de cadeira: se de metal, madeira, se confortável, se bonita etc. Mas cadeira é cadeira. Algo diverso se passa com a palavra “ideologia”, por exemplo. Há um conjunto de definições possíveis, de usos políticos possíveis. Para os positivistas clássicos, tinha o sentido de saber maculado por juízos de valor, para alguns anarquistas contemporâneos, significa uma forma de conhecimento, que expressa determinados valores, bem como práticas políticas. Para os marxistas, ideologia é falsa consciência sistematizada. Para o chamado “senso comum”, seria um conjunto de ideias etc. Vê-se com facilidade que “cadeira” é uma palavra simples e que “ideologia” é uma palavra complexa.

Este debate é perfeitamente cabível aos termos *autônomo*, *independente*, *horizontal...* As reticências servem a nós para demonstrar que há outras expressões que aparecerão ao longo do texto. Estas são palavras complexas, que expressam conteúdos complexos e são objeto de disputa política por grupos, movimentos e classes sociais.

O que significam cada uma destas palavras, ou melhor, destes conceitos, no contexto das lutas sociais contemporâneas no Brasil? Por que adquiriram a importância que tem hoje nas lutas sociais, sobretudo após as Jornadas de Junho de 2013? O que cada um destes termos e eles em seu conjunto significam e a que termos (e conteúdos) eles se opõem?

* Professor do Instituto Federal de Goiás. Militante do Movimento Autogestionário.

Novas palavras, velhos conteúdos

Junho de 2013 no Brasil ainda não acabou. Na verdade, as lutas sociais empreendidas naquele período colocaram as lutas de classe no país em novo patamar. As chamadas “manifestações coxinhas” que aconteceram, sobretudo, em fins de 2014 e primeiro semestre de 2015 não adquiriram a importância que os meios oligopolistas de comunicação e setores conservadores da sociedade lhe deram. Contudo, as lutas sociais de setores mais empobrecidos da sociedade permanecem, não com a visibilidade de 2013, mas com a pertinência comum às lutas dos trabalhadores.

Como demonstramos em Maia (2014), as manifestações de Junho de 2013 não se iniciam neste ano. Remontam ao início dos anos 2000. Da mesma feita, tais manifestações não são um exclusivo produto tupiniquim, pois características semelhantes podem ser evidenciadas em outros países. O Movimento Antiglobalização, que adquiriu grande importância em fins dos anos de 1990 em sua luta contra o neoliberalismo e as corporações transnacionais colocou em cena um conjunto de grupos políticos, bem como recuperou concepções que estavam esquecidas desde Maio de 1968 (comunismo de conselhos, anarquismo, luxemburguismo, situacionismo etc.). Este conjunto de ideias políticas associadas a uma série de práticas em protestos marca, em certa medida, o início dos processos de contestação mais amplos à atual etapa do capitalismo, o regime de acumulação integral¹.

O regime de acumulação integral estabelece-se como forma de organização dominante do capitalismo transnacional a partir de 1980. Caracteriza-se pela reestruturação produtiva (implantação das técnicas toyotistas de exploração da força de trabalho, caracterizando um aumento da exploração à escala global). Tal reestruturação exige uma reformulação na esfera estatal, momento em que se começa a implantação do neoliberalismo: Margaret Thatcher (1980) na Inglaterra, Ronald Reagan (1981) nos EUA, Helmut Kohl (1982) na Alemanha etc. À escala das relações internacionais há um aprofundamento do “oligopolismo transnacional”, bem como uma intensificação do

¹ Para uma discussão sobre isto, cf. Viana (2003; 2009). Para este autor, o modo de produção capitalista passou pelos seguintes regimes de acumulação: *extensivo* (da revolução industrial até fins do século XIX; *intensivo*: de fins do século XIX até a segunda guerra mundial; *conjugado*: da segunda guerra mundial até a década de 1980; *integral*: da década de 1980 até os dias atuais).

capitalismo de guerra em regiões periféricas do capitalismo (Afeganistão, Iraque, Síria etc.) caracterizando o que Viana denomina de “neoimperialismo”.

Este novo regime de acumulação significa, portanto, uma ofensiva do capital, à escala mundial, sobre as classes trabalhadoras: retirada de direitos, aumento da exploração, taxações sobre os trabalhadores etc. se ampliam em todos os lugares nos quais se dá a moderna produção capitalista. A década de 1980 é o período de implantação deste novo modelo, sobretudo nos países imperialistas (EUA, Europa etc.). A década de 1990 é o momento de expansão e consolidação deste regime de acumulação, que coincide com sua implantação nos países latino-americanos, africanos e asiáticos. Os anos 2000 são o de consolidação à escala global desta nova etapa, que já delinea a partir daí dificuldades de reprodução.

Já na segunda metade da década de 1990 começam as primeiras resistências a este novo regime de acumulação e as consequências danosas que trás às classes trabalhadoras. O início do Movimento Piqueteiro na Argentina, o levante de Chiapas no México (EZLN) são a demonstração de que o centro de gravidade das lutas de classes, na década de 1990 e início dos anos 2000 deslocou-se para a América Latina. É na esteira destas lutas que se ergue nos países imperialistas o Movimento Antiglobalização que aglutina em si uma plêiade enorme de movimentos, concepções e práticas políticas.

A internet que no início dos anos 2000 já começava a se tornar uma prática comum de comunicação e sociabilidade (isto antes da invenção das redes sociais) passa a cumprir papel importante em mobilizações. O Centro de Mídia Independente no Brasil – CMI configura-se como uma primeira experiência de produção alternativa, independente e digital de informações, adquirindo caráter militante e mobilizador de ações políticas contestadoras.

É dentro deste contexto mais amplo que em 2003 começa um grande movimento de contestação ao aumento da tarifa de ônibus na cidade de Salvador/BA, movimento este que ficou conhecido como a Revolta do Buzu. Este movimento de caráter *autônomo, independente, horizontal, mas também descentralizado, espontâneo, marcado pela ação direta* fez tremer a cidade de Salvador por algumas semanas, bem como mostrou ao poder estatal municipal que algo novo estava a surgir nas lutas sociais no Brasil.

Esta ascensão não se restringe a Salvador. Em 2004 faz tremer a cidade de Florianópolis/SC. Nesta cidade, o movimento ficou conhecido como a Revolta da Catraca². Em 2005, na ocasião da realização do 5º Fórum Social Mundial em Porto Alegre, vários movimentos sociais, indivíduos, organizações realizaram um encontro para a criação de um movimento unificado que tinha como pauta o transporte coletivo (passe livre estudantil, meia passagem, redução da tarifa, desmercantilização do transporte etc.).

Do que nos interessa deste encontro, são os princípios ordenadores do Movimento Passe Livre – MPL. Na Resolução tirada na Plenária Nacional Pelo Passe Livre, ocorrida em 29 de janeiro de 2005, definiu-se como princípios do MPL: “O Movimento pelo Passe-Livre é um movimento autônomo, independente e apartidário, mas não antipartidário” (MPL apud VINÍCIUS, 2005, p. 63) (grifos meus).

No site do MPL, na guia Princípios, encontra-se o seguinte:

O Movimento Passe Livre é um movimento horizontal, autônomo, independente e apartidário, mas não antipartidário. A independência do MPL se faz não somente em relação a partidos, mas também a ONGs, instituições religiosas, financeiras etc. (MPL, 2015) (grifos meus).

A partir de 2005, vários grupos se formaram em diversas cidades brasileiras tendo como fio condutor os princípios organizativos defendidos pelo MPL. Durante os anos de 2005, 2006, 2007 e 2008³ houve uma ascensão, à escala nacional de coletivos e manifestações puxadas por estes coletivos lutando pelo passe-livre estudantil, contra o aumento de tarifa, por melhor qualidade do sistema de transporte etc. Nestes anos, houve um esforço consciente de criar uma luta nacional cuja pauta fosse o transporte coletivo. Estas lutas aconteceram e o esforço de criação de uma onda nacional de lutas realizou-se de modo precário. Nos anos seguintes, embora continuasse a existir militantes do MPL e de coletivos próximos em algumas cidades brasileiras, o fato é que o movimento perdeu força e intensidade.

² Leo Vinícius publicou um relato sobre este evento, dando-lhe o nome de *Guerra da Tarifa* (VINÍCIUS, 2005).

³ Uma compilação de todas as manifestações no Brasil neste período, bem como uma análise histórica deste movimento de ascensão de lutas no país ainda está por ser feita.

Em 2013, o projeto do MPL realizou-se plenamente, mas agora não por suas mãos, mas sim nun caráter de ascensão espontânea de manifestações. Naturalmente que o MPL, bem como outros coletivos que se aproximam muito do MPL em termos de tática e organização, como a Frente de Lutas em Goiânia, o Bloco de Luta pelo Transporte em Porto Alegre etc. foram os principais responsáveis para que se eclodissem as manifestações de Junho de 2013⁴. Agora a luta assumiu o caráter massivo, nacional, autônomo, descentralizado, apartidário (e muitas vezes antipartidário), horizontal etc. pelo qual o MPL sempre lutou.

Os limites das Jornadas de Junho são vários, sendo um dos principais a incapacidade daquela mobilização ir além dos protestos⁵, ou seja, de ir além de si mesma. Contudo, aquela mobilização colocou efetivamente o Brasil em um novo patamar da luta de classes. O que antes eram palavras de ordem e formas de organização do MPL e coletivos congêneres converteram-se em palavras de ordem e práticas de um número incalculável de pessoas que não tinha nenhuma experiência com militância política organizada. Termos como “autônomo”, “horizontal”, “apartidário”, “antipartidário”, “espontâneo”, “independente”, “ação direta”, “movimento descentralizado” etc. começaram a povoar o cenário político brasileiro, indo, inclusive, além dos círculos militantes.

Estes termos, contudo, não são mera criação de palavras novas, prática muito comum dentro dos círculos acadêmicos. Estas palavras são expressão de uma busca de novas práticas políticas, de novas formas de ação, de novas formas de organização, de novas formas de diálogo. As palavras aqui tem um peso político significativo. Quando um determinado movimento se diz autônomo, independente, horizontal, apartidário e que prima pela ação direta e pela combatividade, ele está demarcando um espectro político específico, bem como está delineando o modo como vai atuar, como vai fazer política.

Esta delimitação cria problemas para os partidos políticos, que historicamente sempre se aproximaram das mobilizações populares para angariar votos e prestígio

⁴ Para uma análise detalhada deste processo, cf. nosso estudo (MAIA, 2014).

⁵ Analisamos isto também em Maia (2013).

político para futuros candidatos a vereador, deputado etc. Estes partidos encontram hoje em dia dificuldades para agir assim. Cria dificuldades também para os sindicatos, que são nos dias correntes seguidas vezes superados por suas “bases”. Os trabalhadores, das mais diversas categorias (professores, garis, rodoviários, metroviários etc.) deram inúmeros exemplos nos anos de 2014 e 2015 que é necessário superar as direções sindicais se quiserem efetivamente defender seus interesses de classe e categorias profissionais⁶. Da mesma feita, criou para a instituição estatal e seu organismo de repressão uma dificuldade insolúvel até o momento: “quem são os líderes do movimento?”, perguntam-se as autoridades estatais. Como estes não existem, o estado ainda não encontrou uma forma de criminalizar⁷ o movimento a não ser com prisões arbitrárias e agressão generalizada nas manifestações convocadas por tais movimentos⁸. Ao contrário dos partidos políticos, sindicatos e demais organizações institucionalizadas, estes movimentos não tem cargos, lideranças, embora possa ser verificável algumas pessoas que tenham mais envolvimento, mais comprometimento com a luta do que outras. Contudo, estas pessoas não representam as demais e nem falam em seu nome.

⁶ Sobre isto, fizemos um estudo desta relação entre categorias profissionais auto-organizadas contra suas direções sindicais, analisando a luta dos professores do Município de Goiânia contra o Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Goiás – SINTEGO e da Comunidade acadêmica (estudantes, professores e técnico-administrativos) da Universidade Estadual de Goiás – UEG. Os primeiros criaram no curso de muitas lutas uma organização autônoma, independente, horizontal à qual denominaram Comando de Luta. A segunda, da mesma forma, criou um movimento organizado chamado Fórum de Defesa da UEG, que foi, depois, substituído para Mobiliza UEG. Para uma análise destes movimentos, cf. Ataídes & Maia (2014).

⁷ Uma tentativa nesta direção está sendo executada pelo legislativo. O Projeto de Lei n. 2.016/2015, da maneira como está redigido, tipifica como “terrorismo” as ações, os indivíduos e grupos que lutam. Se o projeto for aprovado, já foi votado no Senado e aguarda votação na Câmara, esta dificuldade de tipificação jurídica destes movimentos sociais estará grandemente revolvida. Uma perda inestimável para os movimentos que começam a se consolidar desde os anos 2000. Para uma discussão sobre a natureza deste projeto, cf. Marchado & Gonçalves (2015).

⁸ Conferir sobre isto a repressão que as polícias militares de todos os estados, bem como o governo federal vem fazendo em todo o país contra militantes e apoiadores de movimentos. Um caso extremo disto foi a decisão do judiciário em Goiás, no ano de 2014, em expedir mandato de prisão contra quatro estudantes alegando que eles eram as lideranças das manifestações em 2013. O nome desta comédia encenada pelo Judiciário e pelas polícias civil e militar em Goiás é “Operação 2,80”, em referência ao preço da passagem de ônibus antes das Jornadas de Junho de 2013. O processo era completamente esdrúxulo e tinha como único objetivo criminalizar os manifestantes. Os nomes foram escolhidos mais ou menos aleatoriamente e foram imputados a eles todos os atos de depredação ocorridos em 2013. Acusação completamente infundada. Isto, contudo, demonstra o que estamos discutindo: o estado ainda não encontrou uma forma legal, dentro do chamado “estado democrático de direito”, de enquadrar a ação destes coletivos.

Assim, a prática política expressa nas palavras autônomo, independente, horizontal, apartidário, ação direta, combatividade, descentralizado, espontâneo é uma negação concreta da prática política comum à institucionalidade burguesa. Desta forma, a política dos partidos, dos sindicatos, das ONG's, dos políticos profissionais e do estado não é mais aceita como forma de ação política por tais movimentos. As manifestações de Junho de 2013 deram uma mostra muito clara deste ambiente político: foram rechaçados das ruas partidos políticos (PSTU, PT, PCB, PMDB, PDT etc.) de todo espectro político, da esquerda à direita⁹. Contudo, tais ações de negação da política burguesa são verificáveis ainda hoje. Veja, por exemplo, as ocupações de escolas feitas por secundaristas em São Paulo, que se iniciaram em novembro de 2015 e algumas prosseguem até a data em que escrevo (dezembro de 2015). Em várias destas escolas não é aceitável o hasteamento de bandeiras de organizações estudantis (UNE, UMES etc.), nem de partidos políticos. Muitas vezes, a própria presença de indivíduos vinculados a estas instituições é negada dentro de algumas ocupações. O mesmo ocorre com as ocupações de escolas no estado de Goiás, que vem ocorrendo desde fins de novembro e prossegue até o momento (dezembro de 2015). Isto demonstra que um lastro político, em termos de prática e consciência, está presente nas lutas sociais hoje no Brasil. É este lastro que temos que dar atenção se quisermos compreender adequadamente os rumos que tomam as lutas de classe hoje no país.

Portanto, estes termos não são meros signos, palavras simples. São, isto sim, expressão ao nível da consciência de um novo conteúdo político expresso nas lutas concretas no Brasil, sobretudo a partir de 2003. Contudo, a rigor, este conteúdo não é tão novo como somos levados a crer, nem algumas palavras, também, são tão novas assim.

⁹ Alguns intelectuais, bem como militantes descreveram este fenômeno nas Jornadas de Junho de 2013 como sendo expressão de fascismo. Isto, contudo, é um equívoco. Houve sim alguns grupos de neonazistas que criaram problemas em alguns dos atos. Estes grupos sempre foram, contudo, minoritários, como são até hoje. O que ocorreu, de fato, foi uma negação espontânea, por parte da população mobilizada nas ruas, da organização partidária em geral, dos políticos profissionais e do parlamento (identificado no contexto como sinônimo de corrupção). Neste aspecto, a população foi muito mais radical do que os próprios militantes que se dizem apartidários, mas não antipartidários. A população, espontaneamente, assumiu a postura antipartidária. Não podemos compactuar, portanto, com intelectuais e militantes que querem desqualificar esta prática política dos manifestantes como sendo fascismo, pois o que ocorreu efetivamente foi antipartidarismo. Debateremos isto com mais profundidade em Maia (2014).

Citarei aqui alguns exemplos, escolhidos mais ou menos ao acaso, para ilustrar que o conteúdo expresso nestas palavras remonta a outros momentos de ascensão das lutas populares. É necessário reconhecer que a divisão de classes na sociedade capitalista é algo bastante complexo. Nem os esquemas ideológicos da estratificação social, nem as deformações leninistas da teoria marxista das classes sociais dão conta de explicar tal complexidade.

Em estudo que realizamos (MAIA, 2011), analisando a obra *O Capital* de Marx, demonstramos como neste texto o autor alemão identifica e analisa um conjunto de classes sociais que estabelecem entre si relações variadas e complexas. Viana (2012), fazendo uma análise mais ampla da obra de Marx, evidencia toda uma teoria complexa, mas apenas esboçada nos escritos de Karl Marx. A contribuição de Viana, nesta obra, é demonstrar que a concepção de Marx das classes sociais é muito mais complexa do que a maioria de seus críticos e epígonos afirmam (sobretudo os de matriz leninista), bem como apresentar uma concepção que atualiza, em certa medida, vários dos apontamentos deixados por Marx.

Seguindo esta trilha, percebemos que o estudo das classes sociais nos remete imediatamente ao conflito de classes. O que Viana demonstra a partir dos estudos deixados por Marx é que a cada modo de produção, um conjunto de classes se articula e se desenvolve com base numa divisão social do trabalho histórica e socialmente determinada.

Cada modo de produção engendra as classes fundamentais deste modo de produção. No caso da sociedade capitalista, que é a que nos interessa por agora, as classes fundamentais são a classe capitalista (detentora dos meios de produção e apropriadora do mais-valor produzido pela classe operária) e classe operária (aquela que é expropriada dos meios de produção, bem como a produtora, mas não apropriadora, do mais-valor global por ela produzido). Estas duas classes, por se posicionarem no cerne do modo de produção capitalista, conflitam entre si necessariamente, pois tem interesses opostos, tanto a curto, quanto a médio e longo prazo. Por exemplo, a curto prazo, a classe operária tem interesse em aumentar seu salário, melhorar suas condições de trabalho e de vida etc. A classe capitalista, pelo contrário, tem interesse em aumentar lucros. Este conflito de interesses implica numa luta cotidiana em torno destas questões.

Da mesma feita, a médio e longo prazo, a classe capitalista tem o interesse em garantir e expandir sua dominação e a classe operária, devido seu *ser de classe*, tem o interesse histórico de abolir o modo de produção capitalista.

Mesmo a classe capitalista também não é homogênea. Em seu interior existem várias frações (burguesia industrial, financeira, agrária, construção civil, comercial, educacional etc.), bem como alguns extratos, como, por exemplo, a pequena burguesia, que se define por ter um capital pequeno e abrangência de mercado de seus produtos também limitada. O grande capital, ou seja, a burguesia acionista das grandes transnacionais etc. tem interesses diferentes e às vezes opostos ao da pequena burguesia. Da mesma forma, a burguesia financeira conflita com a burguesia industrial etc. Com a classe operária, também a mesma complexidade se apresenta. Algumas frações são facilmente perceptíveis: operário industrial, agrícola, construção civil, de minas etc. Bem como extratos melhor e pior remunerados: operários terceirizados e operários diretamente contratados em uma mesma empresa são estratos distintos, bem como aqueles bem remunerados e aqueles extremamente precarizados etc.

Como se vê, a luta de classes não é uma escolha dentro desta sociedade. Pelo contrário, é uma necessidade imanente a toda e qualquer sociedade dividida em classes sociais. Contudo, para além das classes *fundamentais* do modo de produção, existem também as classes *subsidiárias*, que são aquelas que não se relacionam diretamente no processo produtivo e vivem de parcelas do mais-valor extraído da classe operária. Um conjunto numeroso de classes se apresenta aqui e se diversifica quanto mais diversa for a divisão social do trabalho. Para cada modo de atividade, há que se constituir um grupo de indivíduos especializados em fazer aquela atividade. Por exemplo, da necessidade de direção surge a classe social burocrática, que controla, dirige as instituições (fábricas, lojas, bancos, estado, partidos, igrejas etc.). Dentro de algumas destas instituições se desenvolve uma camada mais ou menos extensa de trabalhadores subalternos (limpeza, segurança patrimonial, expedição de documentos etc.). Assim, a atividade de direção demanda a classe burocrática para realizá-la. A necessidade de limpeza, segurança e expedição de documentos gera a necessidade dos subalternos.

Há ainda classes sociais que não são diretamente produto do modo de produção capitalista, mas que se desenvolvem em seu interior, sempre de modo subordinado

(camponeses e artesãos). Bem como outras classes: trabalhadores domésticos (porteiros, motoristas, jardineiros, empregados e empregadas domésticas em geral). Há também um conjunto de indivíduos que vivem às margens da divisão social do trabalho. Melhor, vivem às margens do trabalho, o lumpemproletariado (desempregados, subempregados, mendigos etc.). A sociedade capitalista produz também uma classe social especializada no trabalho intelectual e que vive deste trabalho. O modo de atividade (pesquisa científica, filosófica, trabalho em sala de aula, escrever livros, relatórios etc.) dentro de instituições específicas (universidades, escolas, hospitais, centros de pesquisa etc.) desenvolve uma classe social específica que podemos qualificar de classe intelectual¹⁰.

Não é objetivo aqui realizar extensa análise de cada uma destas classes, bem como discutir o inter-relacionamento entre elas. A luta de classes não é um processo exclusivo das fábricas, tal como uma visão tacanha da teoria marxista das classes sociais visa reforçar. Onde há classes, há conflitos de interesse e, portanto, luta de classes. Tal luta ocorre nas fábricas, na mineração, construção civil, nas lojas, bancos, escolas, universidades, no bairro, em todo o lugar. Esta é uma questão que ninguém dentro da sociedade capitalista pode escapar. Você pode fingir que ela não exista, não ter consciência que ela ocorra ou querer efetivamente acreditar que tal não aconteça. Contudo, os processos reais de existência dentro desta sociedade necessariamente o colocam em uma ou outra das classes sociais existentes. O indivíduo, enquanto indivíduo, é membro de uma ou outra classe social, tendo ele consciência disto ou não, gostando ele disto ou não.

Sendo burguesia e proletariado as classes fundamentais do modo capitalista de produção, uma outra classe que passa, sobretudo no século XX, a ter importância capital é a burocracia. Seu locus de existência primordial é o estado. A burocracia estatal divide-se em duas frações: a *burocracia governamental* (do executivo e legislativo, que em regimes democráticos é eleita de quatro em quatro anos e em regimes ditatoriais é

¹⁰ Esta descrição das classes sociais no capitalismo feita aqui é um resumo quase caricatural da análise feita por nós acerca da obra *O Capital* de Marx (MAIA, 2011), mas sobretudo do estudo mais amplo e mais completo feito por Viana (2012).

perene e às vezes hereditária) e *burocracia permanente* (magistrados, concursados efetivos de toda ordem etc.).

Esta burocracia estatal foi evidenciada por Marx já no século XIX, sobretudo em seus escritos: *O 18 Brumário de Luiz Bonaparte* (MARX, 1986) e *A Guerra Civil na França* (MARX, 1978). Contudo, na primeira metade do século XX há uma considerável ampliação da burocracia civil com a legalização dos partidos políticos e sindicatos de trabalhadores, com a consolidação da democracia partidária (regime de acumulação intensivo), mas sobretudo com a democracia partidária-burocrática (regime de acumulação conjugado), com a concentração e centralização de capitais formando os grandes oligopólios (crescimento da burocracia empresarial etc.). É, sobretudo após a segunda guerra mundial, que a burocracia civil se amplia em número e em poder¹¹. Lefebvre (1991) denomina esta sociedade que emerge em Europa e Estados Unidos de “Sociedade burocrática de consumo dirigido”, evidenciando os dois elementos centrais das sociedades do capitalismo imperialista: mercantilização e burocratização¹².

A passagem do regime de acumulação extensivo para o intensivo¹³, sobretudo com a mudança da forma de democracia censitária para a democracia partidária (sendo esta implantada nos países imperialistas já em fins do século XIX, mas sobretudo na primeira metade do século XX) na qual o reconhecimento das organizações dos trabalhadores (partidos políticos e sindicatos) teve papel central. Estas organizações que ficaram durante todo o século XIX, bem como, no caso dos sindicatos, durante grande parte do século XVIII lutando para serem reconhecidas, ao se verem agora recolhidas dentro das tramas legais do estado, perderam em grande medida seu potencial contestador.

Como atesta Pannekoek (1977), os sindicatos, de pequenas organizações de trabalhadores durante o regime de acumulação extensivo, converteram-se em poderosas

¹¹ Nos países de regime soviético ou influenciados por ele, a burocracia, enquanto classe social e enquanto organização se estende a toda a sociedade. Sendo estas sociedades seu maior exemplo.

¹² Este fenômeno é estudado por Viana (2002).

¹³ Para um estudo aprofundado do desenvolvimento capitalista a partir dos regimes de acumulação cf. Viana (2003; 2009).

e gigantescas instituições durante o regime de acumulação intensivo. Tal situação dos sindicatos só se agrava nos regimes de acumulação conjugado e integral, colocando definitivamente estas instituições na lixeira da história das lutas sociais. Os sindicatos foram legalizados e cresceram em recursos e em número de filiados. Os partidos políticos cresceram em número e em importância dentro dos parlamentos.

À necessidade de fazer funcionar a máquina destas instituições, partidos e sindicatos, ampliou a divisão social do trabalho, criando mais frações da classe burocrática: as burocracias sindical e partidária. A esta burocracia cabia, como ainda cabe, a função de gerir recursos, pessoas, imprensa, clubes de recreação, assistência médica, odontológica, jurídica aos trabalhadores etc. Estas frações da classe social burocrática falam em nome dos trabalhadores, afirmam que defendem os interesses destes trabalhadores. Contudo, o que a experiência histórica demonstra ao mais desatento dos observadores é que os grupos dirigentes destas instituições acumulam funções, cargos, salários e, portanto, poder, passando a adquirir interesses próprios, distintos dos trabalhadores aos quais afirmam representar.

Deste modo, os sindicatos, de pequenas organizações de trabalhadores, converteram-se em grandes instituições burocráticas, aprofundando a divisão social do trabalho e criando uma nova classe social que tem interesses muito particulares, embora fale em interesses universais. Falam em nome dos trabalhadores da mesma forma como a burguesia falava em nome de todo o terceiro estado durante as revoluções burguesas do século XVIII.

Damos destaque aqui à classe social burocrática, sobretudo seus extratos mais inferiores (burocracia sindical, partidária, ONG's, cooperativas, organizações estudantis etc.), pois as lutas que começam a emergir a partir de 2003 no Brasil e se consolidam ao longo da década de 2010 evidenciam uma clara negação destas organizações burocráticas e, portanto, da burocracia que as dirige. Este é um ponto de inflexão ao qual as lutas sociais no Brasil estão chegando. Em verdade, este processo não é homogêneo, nem muito menos retilíneo. Há avanços na superação de tais organizações e burocracias em alguns momentos, em outros há um recuo e novamente estas burocracias assumem a dianteira dos processos de luta. Algumas categorias rompem definitivamente com sua burocracia sindical em um dado momento da luta e no seguinte cedem espaço

novamente ao seu sindicato. Outras categorias ainda nem conseguiram romper definitivamente com suas estruturas sindicais etc. A realidade concreta é, portanto, um dado extremamente complexo. Não é salutar enquadrá-la dentro de um esquema analítico pré-estabelecido. O correto é acompanhar *pari passo* seu desenvolvimento, atentando para sua diversidade e contradições.

As classes trabalhadoras desprivilegiadas estão a sós em sua luta. Os seguimentos da juventude (estudantes, lutadores das periferias etc.) que se opõem ao estabelecido e ao poder também estão a sós em sua luta. Não podem contar com ninguém do outro lado da trincheira. Um jargão muito comum nas áreas periféricas das grandes cidades é: “nóis por nóis”. Este jargão popular expressa, na verdade, um conteúdo da luta de classes. Os trabalhadores e grupos oprimidos não podem contar com aqueles que estão do outro lado do conflito (burocracia, burguesia, intelectualidade enquanto classe social, forças repressivas do estado). Estas classes e setores da sociedade, cada um a seu modo, estão no campo oposto, são inimigos. O “nóis por nóis” se afirma aqui como autodeterminação e auto-organização de classe.

Isto, contudo, não é novo nas lutas sociais. Marx, na sua polêmica com Proudhon, apresenta a seguinte tese, que já consta em escritos anteriores à *Miséria da Filosofia* de 1846/47:

As condições econômicas tinham a princípio transformado a massa da população do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. *Por isso, essa massa é já uma classe diante do capital, mas não o é ainda para si mesma. Na luta, de que só assinalamos algumas fases, essa massa reúne-se, constitui-se em classe para si mesma.* Os interesses que defende tornam-se interesses de classe. Mas a luta de classe com classe é uma luta política (MARX, 1976, p. 136) (grifos meus).

Marx está aqui a advogar que o capital produz a classe operária. Ao colocar uma massa de indivíduos na mesma posição na divisão social do trabalho cria nessa mesma massa um conjunto de interesses comuns conformando-os em membros de uma mesma classe. Contudo, enquanto organizada pelo capital, esta classe ainda é uma *classe em si*, determinada por outros. Quando em luta, defendendo seus interesses comuns, esta classe converte-se em movimento político e passa, segundo expressão de Marx, tomada de empréstimo a Hegel, de *classe em si* a *classe para si*, ou seja, classe autodeterminada.

Em *Miséria da Filosofia*, Marx está a relatar o papel das coalizões operárias, das greves, das *tradeunion's* e do Movimento Cartista na evolução da luta da classe operária a se tornar classe autodeterminada. Em 1871, esta proposição assume seu caráter de maior concretude com a experiência da Comuna de Paris. Esta revolução operária, ocorrida em Paris, foi a primeira experiência de autodeterminação de classe do proletariado. A Comuna, segundo expressão de Marx, foi a forma política enfim descoberta de por fim à exploração econômica do trabalho, ou seja, uma demonstração de que o “impossível” comunismo não só é possível, mas foi demonstrado que é tendência dentro desta sociedade.

Em uma frase lapidar, ele afirma:

A Comuna de Paris havia obviamente de servir de modelo a todos os grandes centros industriais da França. Uma vez estabelecido o regime comunal em Paris e nos centros secundário, o antigo governo centralizado teria de dar lugar, inclusive nas províncias, ao *autogoverno dos produtores* (MARX, 2011, p. 18) (grifos meus).

Não é espaço aqui para desenvolver todo o significado desta experiência de luta do proletariado, bem como do significado da análise que Marx fez, mas só ressaltar que a Comuna de Paris foi uma experiência histórica, concreta, na qual o proletariado, como classe autodeterminada tomou os rumos de sua luta e da sociedade em suas mãos. Não houve intermediários (políticos profissionais, magistrados, estado, representantes etc.) a dirigirem os trabalhadores. Pelo contrário, numa forma de auto-organização extremamente vasta e complexa, todos os trabalhadores de Paris participavam da gestão da cidade e da atividade produtiva através dos organismos políticos da Comuna.

A Comuna de Paris, contudo, foi uma experiência muito localizada. A repressão burguesa, através do assassinato, da mentira e da desfaçatez pôs fim a esta experiência antes que ela começasse a se alastrar para as demais cidades francesas. Com mais de 20 mil assassinatos (alguns falam em 30 mil), foi assim que o estado francês conseguiu eliminar esta experiência revolucionária do proletariado enquanto *classe para si*, ou seja, enquanto classe *autodeterminada*.

A lista de autores que analisaram as várias experiências de revoluções proletárias no século XX é demasiado extensa. Não nos interessa aqui uma antologia disto. Para ilustrar um pouco mais a tese que estamos a defender, ou seja, de autodeterminação de

classe, trazemos à cena um dos principais autores Comunistas Conselhistas: Anton Pannekoek. Em seu mais famoso livro *Os Conselhos Operários*, publicado em 1946, ao fazer uma síntese do processo de ascensão das lutas proletárias e do significado político que tal desenvolvimento tem para as lutas sociais, Pannekoek nos fornece importantes elementos ao entendimento da organização, luta e consciência de classe proletária. O mérito do livro é justamente o de ter apreendido, após toda uma jornada de lutas (revoluções russa – 1917/1921, alemã – 1918/1921, húngara – 1919, italiana – 1919, espanhola – 1936/1939 etc.), o significado da potência escondida no seio do proletariado. O laboratório de estudos à disposição de Pannekoek é muito mais equipado do que o que estava à disposição de Marx e demais revolucionários do século XIX.

As conclusões do revolucionário holandês são também devastadoras para o pensamento burguês e burocrático. Ao criticar os sindicatos, alegando que estas instituições já não mais representam os interesses dos trabalhadores, nem tem as condições concretas, nem o interesse de superarem as relações burguesas de produção, afirma:

La tarea primordial de la clase obrera es la de tomar en sus manos la producción y organizarla. Para continuar la lucha, es del todo necesario ver claramente el objetivo buscado. Pero la principal y más difícil parte sigue siendo el combate, es decir, la conquista del poder sobre la producción. En el curso desta lucha se crearán los Consejos Obreros (PANNEKOEK, 1977, p. 97) (grifos meus).

Para lograr tal êxito é necessário que a classe operária assumira ela própria suas lutas. Deve eliminar todos os intermediários (diríamos hoje: partidos políticos, intelectuais, sindicatos, estado, ministério público do trabalho, políticos profissionais etc). Se os sindicatos são instituições burguesas, o que resta, então, ao proletariado que luta? Pannekoek defende a Ação Direta do proletariado através das greves selvagens (ou seja, aquelas que não são deflagradas nem controladas pelos sindicatos) e sua ampliação e generalização. Sobre isto, afirma que os operários:

Comprenderán entonces que la lucha por la libertad exige no solamente su adhesión sino también que desarrollen su actividad autónoma y su confianza en si misma. Superando de este modo las formas intermedias de la autodeterminación parcial, el progreso emprenderá definitivamente el camino que lleva a la organización en Consejos (PANNEKOEK, 1977, p. 110) (grifos meus).

O que Pannekoek está a registrar é a autodeterminação de classe. É necessário superar a “autodeterminação parcial”, ou seja, o controle da classe operária pelo capital, pelos sindicatos e pelos partidos políticos. É necessário, para lembrar os termos de Marx, que o proletariado passe de *classe em si* a *classe para si*, ou seja, que passe de classe *determinada* pelo capital a classe *autodeterminada*. Marx viu nas coalizões operárias, nas greves esta possibilidade. Após a experiência da Comuna de Paris, afirmou cabalmente que aquela era a forma de autoemancipação do proletariado, a forma finalmente descoberta de realização do Comunismo, da Autogestão Social. Pannekoek, por ter vivido até a década de 1960, teve à sua disposição um conjunto de revoluções muito mais amplas do que foi a experiência da Comuna de Paris. Ao analisar criticamente estas revoluções e tendo um espírito e uma concepção política que considera a autoatividade de classe como condição para a emancipação humana, conseguiu perceber ali as potências transformadoras (do ponto de vista econômico, político, moral, ético, consciência etc.) destes eventos históricos chamados revoluções. Marx identificou na Comuna a forma de “autogoverno dos produtores”. Pannekoek viu nos Conselhos Operários esta possibilidade. Estamos, pois, a falar exatamente da mesma coisa: o proletariado assumir suas lutas, tomar em suas próprias mãos os destinos de seus combates. Em uma palavra, o proletariado como classe *autodeterminada*. Para fazer isto, tem de superar suas burocracias: partidária e sindical. Tem de superar as instituições estatais: governos, polícias, parlamentares etc. Tem de superar seus patrões, bem como a burocracia empresarial, os lacaios do capital: chefes, gerentes, encarregados etc.

A autodeterminação de classe é, portanto, um processo amplo e radical de múltiplos rompimentos. O proletariado e demais classes exploradas e grupos oprimidos tem que ter a coragem, a força e, sobretudo, a organização para realizar tal tarefa¹⁴.

¹⁴ Poderia estender a lista aqui a respeito disto. O número de experiências concretas de luta, bem como o volume de páginas escritas descrevendo e analisando tais experiências é deveras numeroso. Para o leitor interessado, segue aqui algumas indicações: sobre a Comuna de Paris: Viana (2011), Marx (1978), Lissagaray (1991); sobre a revolução russa: Brinton (1975), Arvon (1984); sobre a revolução alemã: Authier (1972); sobre a revolução dos Cravos em Portugal: Mailer (1978); sobre as comissões de fábrica no Brasil: Ibrahim (1986), Maroni (1982), Brito (1983); sobre o Movimento Piqueteiro na Argentina nos anos 1990 e 2000: Ferreiro (2007), Vitullo (2007), Braga (2013); sobre as lutas pelo transporte e as Jornadas de Junho em 2013 no Brasil: Vinícius (2005), Maia (2013; 2014), Viana (2013), Marques (2013). Para análises mais amplas, enfocando a questão da auto-organização e da autogestão, bem como experiências de luta do proletariado: Pannekoek (1977), Guillerm & Bourdet (1976), Mattick (1978; 1977), Tragtemberg (1986), Arvon (1980) entre outros.

Assim, como se vê, o que vem ocorrendo hoje no Brasil com estas ações e organizações autônomas, independentes, horizontais, apartidárias, que primam pela ação direta e se colocam contra as relações sociais estabelecidas não são algo novo nas lutas sociais. Pelo contrário, compõem o cerne da luta de classes anticapitalista. Contudo, há especificidades? Há características que são singulares em relação ao que já se demonstrou ao longo da história? Se sim, quais?

Novas lutas, velhas formas: um olhar sobre o contemporâneo

Estudar os fenômenos que ainda estão em processo é mais difícil do que compreender aqueles que já se encerraram. Isto não é uma realidade gratuita. Quando envolvidos ainda pelo caminhar das coisas, a análise dos fenômenos está nublada por um conjunto de acontecimentos, de ideologias, de representações cotidianas, de informações díspares que mudam à medida que o fenômeno se desenvolve, de mudanças concretas no próprio fenômeno em análise etc. que dificultam o acesso ao cerne, à estrutura, ou seja, à essência. Isto, contudo, não nos habilita a afirmar que é impossível a realização de tal estudo. O contemporâneo é passível sim de análise, é sim objeto de investigação teórica. É justamente uma compreensão adequada dos processos em curso, que nos permite uma melhor tomada de decisão nos momentos precisos. Quanto melhor compreendemos a realidade presente em movimento, identificando sua estrutura e suas tendências, melhor será nossa capacidade de julgamento nos momentos decisivos.

Deste modo, um olhar sobre o contemporâneo é fundamental para melhor julgarmos nossas ações dentro dos processos de luta. Kosik (1976) nos apresenta a seguinte tese, que nos ajuda a melhor desvendar a realidade em processo:

Para nos aproximarmos da coisa e da sua estrutura e encontrar uma via de acesso para ela, temos de nos distanciar delas. É sabido como é cansativo elaborar cientificamente os acontecimentos contemporâneos, enquanto a análise dos acontecimentos passados é relativamente mais fácil porque a própria realidade já se incumbiu de fazer uma certa eliminação e “crítica”. A ciência deve “reproduzir” artificialmente e experimentalmente este caminho natural da história. Sobre o que se funda este experimento? Sobre o fato de que a ciência alcança um distanciamento conveniente e motivado, em cuja perspectiva as coisas e os acontecimentos se mostram de maneira adequada e isenta de falsificações (KOSIK, 1976, p. 28).

Não é possível concordar com tudo o que está aí afirmado. Por exemplo, é completamente equivocado advogar qualquer “distanciamento” metodológico da realidade. Nós estamos atolados até os olhos no mar de lama que é a sociedade capitalista. Nenhum analista tem as condições e nem o direito de se pronunciar afastado da realidade. O que é importante de tal citação é a consideração que Kosik faz do método como instrumento analítico que nos permite ter uma aproximação correta da essência dos fenômenos. Enquanto ainda tomados pelas representações cotidianas e pelo número avassalador de informações que existem a respeito da realidade, fica bastante difícil ao analista identificar as forças motrizes do processo, não conseguindo, portanto, acessar adequadamente a essência dos fenômenos em análise. O método, ou como afirma Kosik, a ciência, são os instrumentos necessários para se chegar à “coisa mesma”, ou seja, à essência dos fenômenos.

O que estamos aqui a denominar de contemporâneo é o estabelecimento do regime de acumulação integral, etapa atual do modo de produção capitalista que começa a se concretizar na década de 1980. Seu período de constituição se dá na década de 1980. Seu período de generalização e consolidação se dá nos de 1990 e 2000. Ao que tudo indica, as décadas seguintes serão de crises e reajustes neste regime de acumulação. Isto já pode ser evidenciado nas crises financeira e imobiliária nos países centrais (2008), no desemprego estrutural em Europa e Estados Unidos, na crise migratória provocada, sobretudo, pelo capitalismo de guerra no Oriente Médio, nos ajustes estruturais que os estados vêm fazendo para desviar recursos para o capital financeiro (por exemplo: situação da Grécia em Europa; corte orçamentário nas áreas sociais no Brasil em 2015 para orçamento de 2016) etc.

Assim, para entendermos adequadamente as lutas sociais que se operam hoje no Brasil, é necessário avaliar que elas estão dentro de um movimento global, que envolve muitos processos: precarização das condições de trabalho, piora da qualidade de vida nas cidades, papel das redes sociais na comunicação e mobilização política, existência de coletivos autônomos, independentes, horizontais em várias cidades brasileiras, descrédito da população à política tradicional (políticos profissionais, partidos políticos, sindicatos, ONG's etc.), avanço do estado na retirada de direitos das classes desprivilegiadas, avanço das empresas em aumentar lucros, portanto, em precarizar as

condições de trabalho, destruição ambiental generalizada, ocorrência de movimentos sociais semelhantes em outras partes do mundo (Ocuppy Wall Street, Primavera Árabe, Indignados na Espanha...) etc.

No Brasil, velhos problemas permanecem e se agravam: reforma agrária que não acontece, reforma urbana que não acontece, mudanças nas leis trabalhistas que prejudicam os trabalhadores (aumento do fator previdenciário, aumento do tempo de trabalho para ter acesso ao seguro desemprego etc.), vários projetos em tramitação na Câmara e no Senado que beneficiam as classes dominantes (projeto das terceirizações, lei antiterrorismo, código florestal etc.). Assim, o que se observa é uma ofensiva do capital e da burocracia estatal sobre o conjunto das classes desprivilegiadas (operários, camponeses, trabalhadores domésticos, lumpemproletários, subalternos etc.), bem como de setores das chamadas “classes médias” (intelectuais, extratos inferiores da burocracia, pequenos capitalistas etc.).

O que é novo é a resposta que vem sendo dada pelas classes desprivilegiadas e setores aliados a esta ofensiva do capital e do estado. Desde a Revolta do Buzu em 2003, a Revolta da Catraca em 2004, da ascensão do MPL à escala nacional (2005 a 2007), até as Jornadas de Junho de 2013, um novo tipo de luta se estabelece no país. Naturalmente que as lutas de categorias profissionais também sofreram alterações no curso deste período, sobretudo nos anos 2000. Assim, aliado ao surgimento deste movimento social, MPL, cuja base social é a juventude, continua-se as lutas setoriais das mais variadas categorias profissionais (ora rompendo, ora capitulando ante seus sindicatos), bem como movimentos sociais tradicionais (os vários movimentos de luta pela terra dos quais o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra é o exemplo mais característico; movimentos de luta pela moradia: MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, MLB – Movimento de Luta do Bairros e Favelas etc.).

Não é intenção deste ensaio analisar todo o conjunto de manifestações e resistências dadas nas últimas décadas. Objetivo aqui registrar os elementos novos na ação política presentes em alguns destes movimentos sociais e de categorias profissionais. Pois são estas formas novas, cujos conteúdos são deveras antigos, como demonstramos, que nos permite apontar as tendências para as quais caminham as lutas sociais hoje no Brasil.

Os termos *autônomo, independente, horizontal, apartidário* (às vezes *antipartidário*), *ação direta, combativo, espontâneo, descentralizado* são uma *negação clara da forma institucional de se fazer política*. Estes termos expressam práticas que negam as práticas sindicais, partidárias e parlamentares. É no conteúdo destas formas que podemos encontrar um vislumbre que aponte para lutas autenticamente revolucionárias, ou seja, que tendam para uma superação global e radical da atual sociedade capitalista. Não que elas agora estejam apontando para isto, mas seu desenvolvimento, radicalização e generalização tende para tal.

Algumas categorias profissionais demonstraram que é condição necessária para o desenvolvimento de suas lutas a superação de suas burocracias sindicais (que incluem as partidárias, visto estas estarem aquarteladas naquelas instituições), inclusive para defenderem seus interesses imediatos (salários, condições de trabalho etc.), pois nem isso os sindicatos vem fazendo na contemporaneidade. Por exemplo, no caso da luta dos trabalhadores da educação, só houve, nos últimos anos, efetiva radicalidade de ação desta categoria, quando efetivou-se rompimento ou atropelamento da “base” em relação à “direção” dos sindicatos: Goiás, São Paulo, Paraná (só pra citar alguns exemplos).

Os trabalhadores da educação de cada um destes estados enfrentaram lutas homéricas contra suas direções sindicais e a radicalização do movimento implicou em rompimento definitivo (caso dos trabalhadores da educação municipal de Goiânia em Goiás¹⁵) ou atropelamento por parte da “base” sobre a “direção” sindical durante os movimentos de greve (casos de Paraná e São Paulo¹⁶).

¹⁵ Sobre isto recomendamos nosso já citado trabalho: Maia & Ataídes (2014).

¹⁶ Sobre as lutas dos trabalhadores da educação destes dois estados nas últimas greves, pelo que me consta, ainda faltam estudos sistemáticos, mas informações sobre os conflitos entre professores da “base” e “direção” (burocracia sindical) podem ser encontrados no portal Passa Palavra: <http://www.passapalavra.info>. Durante a greve dos trabalhadores da educação de 2013 em São Paulo surge o MAE – Movimento Autônomo pela Educação. As únicas informações de que disponho são as disponíveis no blog do Movimento: <http://movimentoautonomopelaeducacao.blogspot.com.br/>. Tal coletivo, ao que parece, atua nas greves dos professores do Estado de São Paulo em oposição à APEOESP – Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, bem como realiza atividades nas escolas da rede estadual e junto aos professores. Há que registrar aqui não o volume e relevo de suas ações, mas sim sua própria existência, que já denuncia a tendência de questionamento da política oficial dos sindicatos e partidos políticos.

Uma outra categoria profissional que também deu exemplo de luta foram os garis do Rio de Janeiro, que em 2014 realizaram uma *greve selvagem*, ou seja, sem controle e mediação do sindicato da categoria. Na verdade, no dia 1º de março de 2014, em assembleia geral, a categoria decide entrar em greve e forma uma “Comissão de Greve”, pois não reconhecia no sindicato uma estrutura organizacional que os representasse. A greve dos garis coincidiu com as festividades de carnaval o que ocasionou bastante transtornos à população e foliões. No meio das festividades, os garis realizaram manifestações, bem como assembleias e conduziram as lutas eles próprios. As reivindicações (aumento salarial, melhores condições de trabalho, garantia de estabilidade para os grevistas) foram conseguidas pelos grevistas sem e, na verdade, contra a instituição sindical.

A Comissão de Greve escreve um comunicado intitulado “Carta da Comissão de Greve à População do Rio de Janeiro” na qual declara o seguinte:

1- A culpa da greve é do prefeito Eduardo Paes, do presidente da COMLURB e do presidente do Sindicato que não vem representando a nossa categoria.

2- Sofremos há muito tempo com péssimas condições de trabalho, banheiros insalubres, não temos equipamentos de segurança adequados, e baixos salários. A situação é tão absurda que no café servido pela COMLURB já encontramos baratas no pão e leite estragado. Há ainda assédio moral contra os trabalhadores. Estamos sendo coagidos a realizar um trabalho.

3- A direção do sindicato abandonou a pauta de reivindicação da categoria quando aceitou as imposições do Prefeito Eduardo Paes sem o consentimento dos trabalhadores trazendo indignação dentro de toda a categoria aonde se iniciou o processo da greve.

4- A direção do sindicato traiu a categoria também quando recuou da greve de advertência de um dia no dia 1º de março, mostrando que não está ao lado da categoria. O maior absurdo é que isso ocorreu em meio ao nosso dissídio e sem que os advogados do sindicato e a estrutura de nossa entidade fosse colocada a serviço de nossa luta¹⁷.

A greve foi, portanto, contra o prefeito, a COMLURB e o sindicato da categoria. Trata-se aqui, mais uma vez, de luta autônoma na qual os trabalhadores rompem com seus opositores (patrões) e com seus pretensos representantes (sindicatos) e criam organizações às quais eles próprios controlam (Comissão de Greve).

¹⁷ Disponível em: <http://www.passapalavra.info/2014/03/92684>, acesso em 28/12/2015.

O exemplo, contudo, de maior radicalidade nas lutas sociais no Brasil vem sendo realizado não por uma classe social, nem por uma categoria profissional em específico, mas sim pela juventude. A juventude é um grupo social policlassista em fase de ressocialização (VIANA, 2004), ou seja, saindo da infância e se preparando para as responsabilidades da vida adulta.

Um dos principais elementos de ressocialização da juventude é a escola. A Revolta do Buzu em 2003 foi totalmente protagonizada por estudantes secundaristas. Com o prosseguimento das lutas em Salvador em 2003, também os estudantes universitários entraram em apoio, mas o grupo social que engrossou aquelas ações foram essencialmente os estudantes do ensino médio. Algo semelhante se passa com a Revolta da Catraca em 2004, mas agora já com maior presença de estudantes universitários. O delineamento do MPL a partir de 2005 foi conduzido basicamente por estudantes universitários. Contudo, as manifestações convocadas e organizadas por este Movimento eram engrossadas, sobretudo, pelos estudantes das escolas secundárias. Tratou-se, então, de uma espécie de unificação entre os dois estratos estudantis.

Contudo, é incorreto afirmar que tanto a Revolta do Buzu, quanto a Revolta da Catraca, bem como o MPL e demais coletivos congêneres sejam movimento estudantil. As pautas típicas do movimento estudantil não compõem as bandeiras de luta do MPL e demais coletivos congêneres. O MPL¹⁸ acabou por confirmar-se como mais um movimento social organizado dentro das médias e grandes cidades brasileiras. Sua base social é basicamente composta por estudantes. Há também alguns professores bem como demais militantes não vinculados a instituições educacionais. Suas pautas de luta giram em torno da questão do transporte de massas, daí não ser possível enquadrá-lo

¹⁸ Não é espaço aqui para uma análise detalhada deste Movimento Social. A diversidade de posições, de grupos que compõem o MPL em cada cidade onde o Movimento se sedimenta ainda é uma pesquisa a ser feita. Embora existam os princípios gerais que norteiam a organização, ação e pautas do MPL, sua efetivação concreta nas mais variadas cidades é diversa e cheia de contradições. Em algumas, há hegemonia de grupos e indivíduos anarquistas, autônomos, autogestionários etc. em outras, há o predomínio de indivíduos ligados a partidos políticos, organizações estudantis burocratizadas etc. Tal hegemonia em cada caso específico irá determinar a maior ou menor radicalidade do Movimento nesta cidade em particular. Não se trata, também, de supervalorizar o lugar ocupado por este Movimento nas lutas sociais contemporâneas. É necessário, contudo, registrar que o modo de organização e estratégias de lutas realizadas por ele trouxeram às lutas sociais uma nova força.

como sendo movimento estudantil na medida em que suas reivindicações atingem a totalidade da população trabalhadora usuária do sistema de transporte de massa.

Foi justamente esta juventude que apresentou uma nova prática política a movimentos e organizações no Brasil. A generalização dos termos “independente, autônomo, horizontal...” são, em grande medida, de responsabilidade desta juventude aglutinada, organizada em coletivos como o MPL e outros da mesma natureza. Não estou aqui supervalorizando o significado deste Movimento nas lutas sociais no Brasil contemporâneo. Pelo contrário, estou unicamente apresentando o lugar que ocupou na recriação de uma nova prática política no país. *Todos os esforços enredados por tais coletivos na segunda metade dos anos 2000 criaram um lastro político que culminou com as Jornadas de Junho de 2013.* Também, não estou aqui afirmando que o MPL seja o responsável por aquelas manifestações, pois há muito mais atores e processos envolvidos do que a militância deste Movimento. Contudo, há que se ressaltar que grande parte da prática de organização e ação típicas das manifestações convocadas e dirigidas pelo MPL se reproduziram à escala nacional em 2013 e, inclusive, à revelia deste Movimento.

Por exemplo, era incomum no Brasil, antes de 2003 a rejeição aos partidos políticos, o emprego de expressões como: espontâneo, autônomo, horizontal, apartidário, ação direta etc. Tais eram muito mais comuns em pequenos coletivos anarquistas, autonomistas, autogestionários. Estas teses, que estes pequenos coletivos defendem há décadas começaram a ser pauta de toda e qualquer reunião de movimento social no Brasil a partir da Revolta do Buzu. Depois das Jornadas de 2013, estas se tornaram lugar comum na emergência de ações políticas em quase todos os lugares.

A crítica aos sindicatos, aos partidos, aos parlamentares (políticos profissionais) faz agora parte do léxico comum dos círculos militantes no país. Os partidos políticos de esquerda estão, em todo movimento que ganha evidência, encontrando grandes dificuldades de realizarem práticas que comumente faziam: a) apoiar o movimento; b) procurar dirigir o movimento, lançando nomes do partido como lideranças; c) lançar estas lideranças como candidatos; d) angariar votos para a liderança candidata junto ao movimento. Este procedimento está agora sendo cerceado pelos próprios movimentos que ao surgirem se declaram apartidários, horizontais, não aceitam lideranças etc.

Um exemplo disto é o que vem ocorrendo com as ocupações de escolas em São Paulo (iniciadas em novembro) e Goiás (iniciadas em dezembro). Estas ocupações, ainda em processo, merecem uma análise detalhada, a qual faremos em outro trabalho já em andamento. Interessa-nos, para os objetivos do estudo que aqui fazemos, registrar: a) novamente o papel ativo e protagonista da juventude como sujeito político organizado; b) a tentativa de construção de um movimento, novamente vamos repetir as palavras: autônomo, independente, horizontal, descentralizado, marcado pela ação direta etc. Ou seja, esta prática política vem se consolidando no Brasil na última década. As tradicionais organizações estudantis (UNE, UBES, UMES, UEE etc.) não são mais aceitas como organizações que representam os estudantes. Quando os estudantes se organizam em movimento político, a primeira coisa que fazem é delimitar seu campo de atuação e perspectivas. O que, desde a Revolta do Buzu, passando pelas Jornadas de Junho de 2013, até as ocupações de escolas em São Paulo e Goiás vem demonstrando, é que este campo de atuação passa ao largo e contra as instituições burocratizadas.

Da mesma forma que em alguns movimentos de professores há o rompimento com seus sindicatos, tal como ocorrido também com os garis no Rio de Janeiro, a juventude estudantil organizada em movimento autônomo rompe com suas estruturas “sindicais”. Da mesma forma que os sindicatos de trabalhadores, os “sindicatos” estudantis são controlados pelas juventudes dos mesmos partidos políticos que controlam os sindicatos trabalhistas. *Como se vê, existe no Brasil uma tendência a um rompimento definitivo com estas estruturas organizacionais hierárquicas e institucionalizadas.* Como tendência, não quer dizer, portanto, que tenha se confirmado. Parte da estratégia do bloco revolucionário é justamente reforçar em todas as instâncias esta tendência.

Este é um caminho que os vários grupos, classes e categorias profissionais estão trilhando hoje no Brasil. Trata-se de um movimento histórico. *A luta de classes no Brasil está neste patamar.* Contudo, as lutas sociais não são algo retilíneo e pré-estabelecido. Não existem leis gerais e naturais na evolução das lutas sociais. Estas são marcadas pela escolha humana dentro de dadas circunstâncias históricas. Por serem escolhas, não escolhas individuais, mas resultado de um período de lutas de classe, não há como

determinar o caminho que trilharão. O que nos resta é identificar as tendências e lutar para que se confirmem as tendências à liberdade, à revolução, à emancipação humana.

Uma pequena amostra de como as lutas sociais são contagiantes e tendem a generalização pode ser evidenciada na tabela abaixo.

**Total de greves nas esferas pública e privada
Brasil, 2012 e 2013**

Esfera	2012		2013		Taxa de crescimento (%)	Variação da participação (pp)
	Nº	%	Nº	%		
Esfera Pública	410	46,8	933	45,5	127,6	-1,2
Funcionalismo público	381	43,4	796	38,8	108,9	-4,6
Empresas estatais	29	3,3	137	6,7	372,4	3,4
Esfera privada	464	52,9	1.106	54,0	138,4	1,0
Esfera pública e privada ¹	3	0,3	11	0,5	266,7	0,2
Total	877	100	2.050	100	133,8	-

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Nota: (1) Greves empreendidas conjuntamente por trabalhadores das esferas pública e privada

Esta tabela não dá conta da natureza das greves, mas demonstra que em 2013 há uma retomada das mais variadas categorias de trabalhadores de seus processos de luta. Na esfera estatal e privada, conjuntamente, houve um aumento de quase 134% de greves de 2012 para 2013, ou seja, aumentou de 877 para 2050 registros de greves. Na esfera privada, o número é considerável, aumentando de 464 para 1106. Sem querer generalizar estas informações, que demandam uma análise mais detalhada, quero registrar com isto que a luta de classes no Brasil está a avançar. A questão é: para onde?

Para onde?

Toda uma jornada de lutas vem sendo construída no Brasil a partir dos anos 2000. Tal jornada não tem uma liderança, um partido, uma grande organização que possa arrogar a si a propriedade de tais lutas. Tal jornada de lutas não tem uma cara só, é um mosaico contraditório de muitos vai-e-véns, de rompimentos, reconciliações, disputas encarniçadas, de algumas vitórias, muitas derrotas, várias perdas, alguns ganhos, tentativas de apropriação por oportunistas etc. É a luta de classes em estado bruto.

Existem pelo menos três tendências que disputam os rumos políticos das lutas hoje no Brasil: a) *a tendência burguesa*, ou seja, aquela que declaradamente está no outro lado da trincheira. Esta tendência se afirma hoje nas chamadas “manifestações coxinhas” convocadas por organizações como “Brasil Livre”, “Movimento Vem pra Rua” etc. A ligação destas organizações com os partidos políticos burgueses é clara e nem merece uma consideração séria em termos de lutas sociais. Contudo, registro aqui que esta é uma tendência existente na atualidade de capturar as insatisfações sociais e o movimento popular para o palco da política burguesa-parlamentar (isolar a questão corrupção, defesa despolitizante de *impeachment* etc.). É necessário ficar atento à sua dinâmica e desdobramentos; b) *a tendência burocrática* (sindical, partidária, parlamentar) que ainda teima em existir, embora hoje não seja mais a única como já foi em outros momentos históricos. Esta tendência se confirma nos partidos políticos de esquerda, nos sindicatos controlados por tais partidos políticos, nos políticos profissionais que tentam angariar prestígios junto aos movimentos sociais, nos coletivos de orientação ideológica burocrática (trotskistas, maoistas, guevaristas, prestistas etc.). Muitas vezes, no bojo das lutas, se confundem com a tendência autônoma e, nas manifestações, não é incomum estarem lado a lado com esta tendência. Daí a necessidade de distinção entre ambas; c) *a tendência autônoma*, que vem buscando se afirmar, encontrar suas formas de atuação, seus locais de ação, o discurso adequado às suas práticas, sua relação com o estado, com as instituições etc. Mas é esta, com certeza, aquela que verdadeiramente vem arrepiando a moral política dos espíritos burgueses e burocráticos de todas as cores políticas e bandeiras partidárias.

Dentro de cada uma destas tendências há divergências. Por exemplo, dentro da via burguesa, as tendências que defendem intervenção militar e as tendências que defendem a via democrática. Dentro das concepções burocráticas de “esquerda”, as variações se dão de acordo também com os grupos políticos mais moderados ou mais radicais, mas uma moderação e uma radicalidade dentro do quadro burocrático e institucional, sobretudo sindical e partidário.

Interessa-nos aqui, naturalmente, a que estou chamando de *tendência autônoma*. É unicamente nesta tendência que se apontam elementos novos em termos de ação política, de sociabilidade, de defesa real de interesses imediatos etc. As demais

tendências devem, portanto, ser constantemente colocadas em xeque, questionadas e rechaçadas concretamente nos mais variados fóruns de discussão e decisão dos movimentos existentes.

Karl Jensen (2001)¹⁹, ao analisar o desenvolvimento da luta operária, identifica três estágios pelos quais regularmente os trabalhadores em luta passam: *espontâneo*, *autônomo* e *autogestionário*. Estes estágios da luta operária são observáveis no curso da luta de classes ao longo da história, não é um modelo dentro do qual se possa enquadrar os movimentos. Contudo, a observação histórica nos permite identificar tais estágios de desenvolvimento da luta operária.

As lutas *espontâneas* são aquelas realizadas no cotidiano do capitalismo. Quando um operário “mata” serviço sem nenhuma razão aparente que justifique tal ato, quando o trabalhador “cozinha galo”, trabalha devagar, enrola no banheiro etc. ele está rejeitando o trabalho alienado, mas tal rejeição não se configura como uma ação coletiva e organizada. Ela é cotidiana, ocorre todos os dias e não é transfigurada em discurso e, sobretudo, não se realiza de forma coletiva.

As lutas *espontâneas* tendem a se desenvolver à medida que se radicalizam as disputas entre as classes. Desta rejeição espontânea surge o diálogo entre os trabalhadores, surge o panfleto, a greve, a comissão de greve, o piquete etc. Neste estágio, os trabalhadores já superaram suas burocracias sindicais e partidárias, já agem coletivamente e autonomamente, conformando as lutas *autônomas*. Aqui já se manifesta a “greve selvagem”, a recusa das direções sindicais, os conflitos inerentes entre “base” e “direção” dos sindicatos etc.

Neste estágio das lutas, os trabalhadores já agem revolucionariamente, mas ainda não vislumbram nada além das meras reivindicações (salários, planos de carreira, condições de trabalho, às vezes a exigência de reconhecimento das comissões de greve criadas, moradia, melhoria no transporte coletivo etc.). Contudo, as lutas *autônomas*, quando se desenvolvem, apontam para situações cada vez menos passíveis de serem recuperadas pela institucionalidade burguesa. Quando os trabalhadores além de

¹⁹ Este artigo foi republicado também pela **Revista Marxismo e Autogestão** e pode ser acessado no seguinte link: <http://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/2jensen2/108>.

reivindicarem, começam a criar formas novas de sociabilidade, produção, quando apontam para a necessidade de superação do capital, da burocracia, do estado etc. aponta-se no horizonte histórico aquelas convulsões sociais tão assustadoras aos espíritos burgueses chamadas revoluções. Quando os trabalhadores auto-organizados atingem tal nível de desenvolvimento de suas lutas, as lutas *autogestionárias*, é porque além de terem desenvolvido uma prática radical e revolucionária, desenvolveram também, devido a este mesmo processo de luta, uma consciência radical e revolucionária, ou seja, autogestionária.

Segundo Jensen,

O último estágio é o das lutas operárias autogestionárias. Aqui se revela uma luta que garante a recusa do capital e da burocracia e a afirmação da autogestão. O proletariado não só recusa o domínio do capital e da burocracia, mas também assume a direção revolucionária da fábrica e da sociedade. *Aqui não só se realiza uma ação revolucionária como também se manifesta uma consciência revolucionária.* Esta consciência significa não somente a compreensão do processo de exploração capitalista, da burocracia enquanto forma de dominação, mas também da necessidade de constituição de uma nova sociedade autogerida. A recusa do capital e da burocracia vem acompanhada pela associação coletiva que passa a autogerir as relações de trabalho e o conjunto das relações sociais. *O combate ao capital e ao estado é acompanhado da consciência de que eles devem ser destruídos e que em seu lugar somente a autogestão pode garantir novas relações sociais, igualitárias.* Nasce a consciência de um objetivo: a revolução social, o que pressupõe uma visão da totalidade das relações sociais e da articulação do movimento operário no sentido de generalizar o processo autogestionário. *É imprescindível a percepção disto, pois o comunismo, tal como colocou Marx, não surge da mesma forma que o capitalismo, através do desenvolvimento da propriedade, e sim do domínio consciente dos seres humanos sobre sua vida social, ou seja, sem consciência revolucionária não é possível uma sociedade autogerida* (Jensen, 2001, p. 26) (grifos meus).

Este é, em verdade, o projeto político do movimento operário revolucionário e dos coletivos revolucionários que expressam os interesses do proletariado. Não devemos ficar no nível das lutas autônomas, tal como as já alcançadas pelas lutas sociais no Brasil. Devemos, enquanto militantes revolucionários, intervir nas lutas existentes de caráter autônomo e tensionar para que saiam deste estágio e avancem para um ainda mais irrecuperável, ainda mais radical, as lutas autogestionárias. *Isto quer dizer que o papel dos indivíduos, coletivos, grupos revolucionários na atualidade não é somente o de acompanhar*

e apoiar as lutas autônomas existentes, mas sim, de contribuir para que elas avancem para além de si mesmas.

Um das principais razões das Jornadas de Junho de 2013 terem se dissolvido foi sua incapacidade de criar outras coisas para além dos protestos. A exceção dos coletivos autônomos que já estavam em nível mais avançado do que o conjunto da população que caiu nas ruas em 2013, aquelas grandes passeatas foram incapazes de se reinventar, de criar laços mais profundos nos locais de trabalho, moradia, estudo. As lutas autônomas que tomam o cenário político hoje no Brasil devem ter consciência dos limites das Jornadas de Junho, mas sobretudo, devem olhar para si mesmas e identificar que é necessário radicalizar ainda mais, que é necessário avançar ainda mais, que é necessário galgar mais um patamar e alcançar o estágio autogestionário, ou seja, revolucionário.

Esta é, na verdade, a condição de garantia de sua vitória ou de manutenção de suas conquistas. Como é perceptível, há hoje em dia no Brasil um avanço radical das políticas neoliberais em todas as esferas (educação, saúde, direitos trabalhistas, moradia, questão agrária etc.). As pequenas conquistas, por exemplo, de 2013, como a revogação do valor das tarifas, foram, nos anos de 2014 e 2015, compensadas por aumentos ainda mais abusivos. O que se configurou como grande vitória em 2013, conformou-se como derrota em 2015. Assim, não se deve ficar no nível e no elogio das lutas autônomas. As lutas travadas hoje devem ser radicalizadas, aprofundadas. *Se há uma estratégia revolucionária para os nossos dias, esta estratégia consiste em os revolucionários atuarem nos movimentos e organizações autônomas existentes no sentido de fazerem avançar para o estágio autogestionário²⁰.*

A única forma de garantir que as pequenas vitórias de hoje (o caso dos estudantes de São Paulo, por exemplo, que ocuparam as escolas obrigando o governador Geraldo Alckmin a recuar do projeto de reorganização) não sejam engolidas pela reação do estado amanhã é generalizando as lutas autônomas para as demais esferas e,

²⁰ Obviamente este não é o único elemento da estratégia revolucionária. Também a luta cultural: crítica rigorosa das ideologias dominantes; produção artística de caráter crítico-revolucionário; divulgação das ideias e concepções revolucionárias junto às classes trabalhadoras via internet, panfletagens e outras formas possíveis também são importantes momentos da estratégia revolucionária hoje.

sobretudo, fazendo-as avançar para o estágio autogestionário. Isto colocaria os patrões e o estado em uma condição defensiva, fazendo com que os direitos conquistados fossem mantidos e, sobretudo, ampliados.

Alguns setores já deram mostras de que não só é possível, como é necessário arrancar aos sindicatos e aos partidos políticos o controle das lutas. Os garis do Rio de Janeiro, os professores de Goiás, Paraná e São Paulo, a juventude do MPL e coletivos da mesma natureza, os secundaristas de São Paulo e Goiás que ocupam suas escolas etc.²¹ Contudo, o proletariado, ou seja, a classe social que produz o mais-valor nas fábricas, no campo, na mineração, na construção civil, na extração de petróleo etc. ainda não entrou como classe autodeterminada. Não estamos aqui excluindo que existam lutas espontâneas no cotidiano do trabalho. Estas são inerentes ao modo capitalista de produção, nem que não haja greves, sobretudo sob controle e domínio das instituições sindicais, nem que momentaneamente não se formem comissões de greve, manifestações autônomas dentro dos locais de produção, por exemplo, as revoltas dos operários das Usinas de Jirau e Belo Monte, que incendiaram dormitórios e parte do canteiro de obras das Usinas em protesto contra as péssimas condições de trabalho e atraso no pagamento de salários.

Refiro-me aqui ao aparecimento do proletariado no cenário político nacional. Isto ainda não aconteceu. *Eis aí mais um aspecto da estratégia revolucionária de nossos dias, colocar em evidência a necessidade de ascensão das lutas proletárias, inclusive para fortalecer estas várias lutas autônomas que explodem pelo país.* Somente com a entrada em cena do proletariado como classe autodeterminada, afetando a produção de mais-valor, é que se tornará possível a entrada do Brasil em um momento revolucionário,

²¹ Abre-se aqui um leque de pesquisa que demandaria uma colaboração entre revolucionários e pesquisadores de todos os estados do Brasil a fim de se fazer um levantamento rigoroso e detalhado das lutas dos trabalhadores e demais seguimentos da sociedade, averiguando o tipo de organização e ação política que desenvolvem. Uma tal pesquisa colaborativa possibilitaria a produção de material informativo para desenvolvimento de pesquisas mais aprofundadas, bem como criaria condições de produção de um memorial das lutas populares no Brasil. As iniciativas que já existem, geralmente são enquadradas em pressupostos quantitativos pouco eficientes para uma avaliação política mais detalhada (DIEESE, por exemplo), ou então são laboratórios acadêmicos que estão mais interessados em levantar, catalogar etc. sem se atentar para os objetivos políticos, que é o que interessa ao revolucionário.

portanto, de questionamento global e radical do modo de produção capitalista e da totalidade da sociedade burguesa.

Uma última palavra

À guisa de conclusão, quero ressaltar mais um último aspecto. Ao longo desta análise, ressaltai várias vezes o caráter das lutas autônomas no Brasil a partir dos termos que foram sendo cunhados nas próprias lutas: autônomo, independente, horizontal, apartidário/antipartidário, ação direta, combatividade, espontaneidade, descentralizado. Estes termos transcrevem ao nível discursivo, da consciência, o conteúdo das lutas que estão sendo travadas por vários setores da sociedade brasileira: juventude, professores, garis etc. Quero aqui acrescentar mais um: *autogestionário*. Obviamente que a entrada do Brasil em um momento revolucionário depende de muitas determinações: condições econômicas, estabilidade do capitalismo internacional, capacidade de mobilização e atuação das mais variadas classes trabalhadoras desprivilegiadas, engajamento de setores progressistas no processo revolucionário, atuação dos movimentos sociais, auto-organização do proletariado e demais classes trabalhadoras etc. Uma destas determinações é a questão da consciência e do projeto político. Ter a devida conta de que é necessário avançar das lutas autônomas para as autogestionárias já é em si processo que mobiliza a ação para atos mais avançados e mais radicais. *Esta é, verdadeiramente, a estratégia revolucionária de nossos dias.*

Referências

ARVON, H. **A Revolta de Kronstadt**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. **La Autogesion**. Mexico, DF. Fondo de Cultura Econômica, 1982.

AUTHIER, D. **Para a história do movimento comunista na Alemanha de 1918 1921**. In: _____ (org.). *A esquerda alemã (1918-1921)*. Porto: Afrontamento, 1975.

BRAGA, L. **A classe em farrapos: acumulação integral e expansão do lumpemproletariado**. São Carlos: Pedro & João, 2013.

BRINTON, M. **Os Bolcheviques e o Controle Operário**. Porto: Afrontamento, 1975.

BRITO, J. C. A. **A tomada da Ford: o nascimento de um sindicato livre**. Petrópolis: Vozes, 1983.

FERREIRO, R. **La Lucha de Clases en Argentina: Entre la Revolución Proletária y la Recuperación Burguesa**. Florianópolis: Barba Ruiva, 2007.

GUILERM, A. & BOURDET, Y. **Autogestão: uma mudança radical**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

IBRAHIM, J. **Comissões de fábrica**. São Paulo: Global, 1986.

JENSEN, Karl. **A luta Operária e os Limites do Autonomismo**. Revista Ruptura. Ano 8, número 7, agosto de 2001. Goiânia, Movimento Autogestionário, 2001.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LISSAGARAY, P-O. **História da Comuna de 1871**. São Paulo: Ensaio, 1991.

MAIA, L. As Jornadas de Junho de 2013 no Brasil. **Revista Enfrentamento**. Goiânia: ano 9, N. 15, jan/jun. 2014.

_____. Para além dos protestos. **Revista Enfrentamento**. Goiânia: ano 8, Edição Especial, jul. 2013.

_____. **As classes sociais em O Capital**. Pará de Minas: VirtualBooks, 2011.

MAILER, P. **Portugal: a revolução impossível?**. Porto: Afrontamento, 1978.

MARONI, A. **A estratégia da recusa: análise das greves de maio/78**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MARX, K. **A Comuna de Paris**. In: VIANA, N. (org.). Escritos revolucionários sobre a Comuna de Paris. Rio de Janeiro: Rizoma, 2011.

_____. **Miséria da filosofia**. Porto: Publicações Escorpião, 1976.

_____. **La guerra civil en Francia**. Pikin, 1978.

_____. **O 18 Brumário e cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

MATTICK, P. **Rebeldes y renegados: la función de los intelectuales y la crise del movimient obrero**. Barcelona: Icaria, 1978.

_____. **Integração capitalista e ruptura operária**. Porto: Afrontamento, 1977.

PANNEKOEK, A. **Los Consejos Obreros**. Madrid: Zero, 1977.

TRAGTENBERG, M. **Reflexões Sobre o Socialismo**. São Paulo: Moderna, 1986.

VIANA, N. **Estado Democracia e Cidadania: a Dinâmica da Política Institucional no Capitalismo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003a.

_____. **O Capitalismo na Era da Acumulação Integral**. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2009.

_____. Universo psíquico e reprodução do capital. In: *Psicanálise, capitalismo e cotidiano*. Goiânia: Edições germinal, 2002.

_____. **A dinâmica da violência juvenil**. Rio de Janeiro: BookLink, 2004.

_____. **A teoria das classes sociais em Karl Marx**. Florianópolis: Bookess, 2012.

VINÍCIUS, L. **A guerra da tarifa**. São Paulo: Faísca, 2005.

VITULLO, Gabriel Eduardo. **Teorias da Democratização e Democracia na Argentina Contemporânea**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2007.

PRÁXIS REVOLUCIONÁRIA: EXPERIÊNCIAS DE AUTOGESTÃO

A COMUNA DE PARIS DE 1871

Edmilson Marques*

O que foi a Comuna de Paris de 1871? Existem diversas interpretações sobre o que foi este evento. O objetivo aqui não é apresentar mais uma interpretação sobre a mesma. Por representar uma das mais marcantes experiências de luta do proletariado revolucionário, então, buscaremos neste pequeno texto ressaltar o seu significado para a perspectiva proletária. É, portanto, à teoria da luta revolucionária da classe operária que recorreremos com o objetivo de abordar de forma breve o que foi e o que representa atualmente a Comuna de Paris de 1871.

Em meados de março de 1871, a classe operária e as demais classes oprimidas de Paris e de alguns centros secundários da França já viviam sob o abominável poder e o ínfimo interesse da classe burguesa. A burguesia encontrava no estado um escudo que a protegia e ao mesmo tempo impedia a radicalização da luta de classes. Trata-se aí do contexto em que o capitalismo já demonstrava como outrora a sua face mais nua e perversa. Como colocou Marx ainda naquele período:

A “sociedade atual” é a sociedade capitalista, que existe em todos os países civilizados, mais ou menos livre de complementos medievais, mais ou menos modificada pelas particularidades do desenvolvimento histórico de cada país, mais ou menos desenvolvida (MARX, 1961, p. 223).

Era neste contexto que se encontrava a classe operária de Paris em março de 1871, ou seja, submetida à repressão estatal e à exploração burguesa. A única alternativa que lhe restava para se livrar daquela situação era assumir a responsabilidade de gerir sua própria vida tomando em suas mãos o controle da sociedade. Assim, “em meio às fraquezas e traições das classes governantes, os proletários da capital compreenderam que chegara sua hora de salvar a situação, tomando nas mãos a direção das questões públicas” (LISSAGARAY, 1991, p. 100). A classe operária, então, se coloca declaradamente à luta aberta e declarada contra seus opressores e exploradores. Marx (1986, p. 63) observa que “a gloriosa revolução operária de 18 de março apoderou-se

* Professor do curso de história da Universidade Estadual de Goiás. Militante do Movimento Autogestionário.

indiscutivelmente de Paris”. Não pestanejaram em assumir o controle de sua própria vida e imediatamente desenvolveram uma nova forma de organização social.

No dia seguinte ao 18 de março foi constituído o Comitê Central, que segundo os próprios comunardos, como eram chamados os integrantes da Comuna, não se tratava propriamente de um governo mas de uma:

Sentinela do povo, como o Comitê de vigilância e organização, encarregado de velar para que não retirasse ao povo, por surpresa ou por intriga, o fruto de sua vitória; encarregado de organizar a manifestação definitiva da vontade popular, isto é, a eleição livre de uma assembleia que represente não apenas as ideias, mas também os interesses da população parisiense (DUNOIS, p. 62)

O Comitê Central seria inferiorizado oito dias depois ao ser submetido à Comuna¹, que seria formada por delegados eleitos por sufrágio universal em cada um dos 20 distritos da grande Paris. O Comitê Central decretara que haveria um conselheiro para cada vinte mil habitantes e fração de dez mil (LISSAGARAY, 1991, p. 111). No dia 26 de março, as eleições são realizadas e Paris passa a ser reorganizada segundo os princípios da Comuna. A partir daí os operários - como expressaram em uma publicação no dia 29 de março, através da qual anunciaram a constituição da Comuna - passaram a ser “os senhores de vossos destinos” (DUNOIS, 1968, p. 64).

A eleição dos integrantes da Comuna por sufrágio universal foi um processo radicalmente distinto do processo eleitoral estabelecido pela democracia burguesa, uma vez que os eleitos “eram responsáveis e substituíveis a qualquer momento” (MARX, 2011, p. 17). Segundo Viana,

O sufrágio universal, aparentemente, é semelhante ao processo da democracia burguesa, representativa, mas possui, no caso da auto-organização comunal, um caráter totalmente distinto. Não se trata de eleições parlamentares, com períodos de mandatos fixos, com os eleitos recebendo salários privilegiados e adquirindo poder e estabilidade. Na verdade, o sufrágio universal significa a supremacia da população sobre os delegados eleitos, cabendo a ela a escolha. Porém, esta escolha remete aos demais princípios – e são estes que mostram a diferença radical em relação à democracia representativa. O princípio da *removibilidade* coloca que qualquer delegado pode ser removido a qualquer momento e o princípio da *substitubilidade* deixa claro que pode

¹ Segundo Marx (2011, p.17), a Comuna foi integrada em sua maioria por operários ou representantes reconhecidos da classe operária.

ser substituído por outro. A decisão sobre a remoção e substituição é realizada pela população e assim esta escolhe, remove, substitui sempre que for necessário, sempre que o delegado não corresponder ao esperado e não seguir as diretrizes às quais deve se submeter. Daí vem o princípio da *responsabilidade*, o mais importante de todos, o que significa que o delegado escolhido não tem autonomia e nem pode criar interesses próprios, tal como na democracia burguesa, e é o que garante a decisão coletiva das assembleias em substituição à autonomização dos eleitos (VIANA, 2011b, p. 09) (grifos meus).

A revogabilidade dos delegados eleitos a qualquer momento era uma forma de impedir o desenvolvimento de relações de dominação, da burocracia, pois eram submetidos aos interesses coletivos, sendo seu papel o de executar as medidas indicadas pelos operários em assembleias. Eram poucos os que acreditavam que a classe operária poderia mostrar para a humanidade o caminho para se efetivar a supressão das classes sociais, “e sua notável atuação política e militar parecia levar a Europa à dúvida sobre se o que via era uma realidade ou simplesmente os sonhos de um passado remoto” (MARX, 1986, p. 63).

Não se tratava de um sonho, era a mais pura realidade aquilo que os operários estavam efetivando, ou seja, o esboço de uma sociedade na qual definitivamente se concretizava a emancipação humana, “a abolição da própria dominação de classe” (MARX, 1986. p. 72). Na luta contra os seus rapinadores, buscaram destruir a expressão mais poderosa da opressão, o estado. Como colocou Bakunin (2011, p. 37) o ato histórico empreendido pela Comuna “foi uma negação audaz, bem pronunciada, do Estado”. A Comuna, ao abolir o exército permanente, a polícia, a burocracia e a magistratura, além do seu aliado, o clero, realizou a abolição do Estado (VIANA, 2011a, pp. 64-65). Com isso, a Comuna destruiu “os dois grandes fatores de gastos: o exército permanente e a burocracia do Estado” (MARX, 1986, p. 75). Não temos muito espaço aqui para apresentar ao leitor com detalhes todas as ações empreendidas pela Comuna² mas apresentaremos algumas das formas sociais que assumiu a sua atuação que nos possibilita ter uma ideia de como se configurou.

² Para um aprofundamento sobre as especificidades da Comuna de Paris de 1871, entre diversas publicações sobre o assunto, sugiro a leitura das seguintes obras: *A Guerra Civil da França*, de Karl Marx (1986); *História da Comuna de 1871*, autoria de Prosper-Olivier Lissagaray (1991); os documentos organizados por Amedée Dunois, publicados na coletânea *A Comuna de Paris* (1968); As obras *A Comuna I* e *A Comuna II*, de Louise Michel (1971) e o livro *Escritos Revolucionários sobre a Comuna de Paris*, coletânea organizada por Nildo Viana (2011).

A pós a supressão do estado e instituição do *autogoverno dos produtores*, os Comunardos trataram de iniciar a reorganização de Paris segundo princípios pautados pelo interesse coletivo da classe operária. A segurança nacional passou para as mãos dos próprios operários ao abolirem o exército permanente e a polícia; empreenderam a abolição da concepção burguesa de estrangeiro, admitindo todos que queriam integrar a Comuna; decretaram a separação entre a igreja e o estado e expropriaram seus bens devolvendo-os aos produtores de Paris, obrigando os padres a voltarem, como faziam os seus antepassados, a viverem das esmolas de seus fiéis; apesar da Comuna não ter tido tempo de avançar com o seu projeto de ensino, foi estabelecido que as escolas fossem abertas à população através da instituição do ensino público sem a interferência da igreja e do estado, e pautada pelo caráter essencialmente socialista e de instrução integral; os funcionários judiciais foram despojados de sua independência e convertidos em funcionários eletivos, responsáveis e demissíveis a qualquer momento; estabeleceu-se que qualquer servidor público, incluindo os membros da Comuna, recebesse salário igual ao de um operário; suprimiram o trabalho noturno para os padeiros; suprimiram os impostos sobre as classes oprimidas e exploradas; instituíram aos patrões a proibição de baixarem os salários e impor multa sobre qualquer que fosse o pretexto; todas as oficinas e fábricas fechadas foram entregues aos operários; realizaram a queima de guilhotinas em praça pública. Em síntese, a Comuna estabeleceu uma transformação radical nas relações sociais, incluindo, inclusive, uma profunda mudança cultural, de consciência, valores, sentimentos etc., como pode ser notado como exemplo na decisão de se demolir a coluna imperial da Praça Vendôme³.

Já não havia cadáveres no necrotério nem assaltos noturnos, nem simples furtos. Pela primeira vez desde os dias de fevereiro de 1848, podia-se andar com segurança pelas ruas de Paris, e isso sem que existisse polícia de qualquer espécie. Já não se ouve falar – dizia um membro da Comuna – de assassinatos, roubos e agressões” (MARX, 1986, p. 83).

³ Os Comunardos defendiam que a Coluna Vendôme, assim também denominada, estátua erigida pela primeira vez em 1810 por Napoleão Bonaparte, era “um monumento de barbárie, um símbolo de força bruta e de falsa glória, uma afirmação do militarismo, uma negação do direito internacional, um insulto permanente dos vencedores aos vencidos” (VINOI, 1968, pp. 74-75), isto é, uma representação da dominação exercida pela classe dominante sobre as demais classes dominadas.

A Comuna foi, portanto, a primeira experiência de luta revolucionária levada a cabo pela classe operária; a manifestação política mais acabada desta classe através da qual demonstrava concretamente o seu projeto de sociedade, cujas características se fundamentaram no autogoverno dos produtores, na autogestão social. Segundo Marx, “a Comuna era, essencialmente, um governo da classe operária, fruto da luta de classe produtora contra a classe apropriadora, a forma política afinal descoberta para levar a cabo a emancipação econômica do trabalho” (MARX, 1986, p. 76).

Esta experiência perdurou entre 18 de março e 28 de maio. A sua destruição foi realizada pelo estado em apoio à burguesia através de um massacre que teve início no dia 21 de maio e terminou no dia 28 daquele sangrento mês⁴. Ali foi destruída uma experiência que estava caminhando para sua realização a nível nacional. Apesar daquele massacre, o projeto político de organização social apresentado pela classe operária não foi abolido e continua vivo na teoria do proletariado. Os ensinamentos da Comuna vêm se perpetuando até os dias atuais como referência na luta por um mundo novo, por uma sociedade destituída de luta de classe. Sobre isto, Marx assim se expressa:

A Paris dos operários de 1871, a Paris da Comuna será para sempre celebrada como a precursora de uma sociedade nova. A memória de seus mártires viverá, como num santuário, no âmago do coração da classe operária. Seus exterminadores, a História já os pregou a um pelourinho eterno e todas as preces de seus padres não bastarão para resgatá-los (MARX, 1986, p. 97).

O significado histórico da Comuna de Paris de 1871 não ficou no passado, é parte do presente; deve ser lembrado enquanto o objetivo da classe que a gerou não seja efetivado. E seu objetivo continuará como um espectro a assombrar o capitalismo enquanto este existir, até o dia em que este venha ruir pelas mãos das classes exploradas e oprimidas e finalmente, como foi no dia 18 de março de 1871, possamos acordar em uma nova sociedade com o grito “Viva a Autogestão Social!” nos encontrando definitivamente com a liberdade. Em síntese, a Comuna deixou para a humanidade o projeto de uma nova sociedade pautada na autogestão social. A sua construção depende única e exclusivamente da luta revolucionária da classe operária. Isso impõe a aqueles que

⁴ As execuções continuaram após o dia 28 de maio de 1871. Segundo Dunois (1968, p. 52) estima-se que foram mais de 30 mil mortos entre a população operária, 38 mil presos, incluindo mulheres e crianças, e cerca de 28 mil enviados para cárceres das costas do oceano.

almejam a emancipação humana se inserir na luta e contribuir para que o proletariado inicie o mais rápido possível a sua missão histórica.

Referências

BAKUNIN, Mikhail. A Comuna de Paris e a Noção de Estado. In: VIANA, Nildo (org.). *Escritos Revolucionários sobre a Comuna de Paris*. Rio de Janeiro: Rizoma, 2011.

DUNOIS, Amedée. Textos e Documentos. Compilados e Comentados. In: TROTSKY, L. et al. *A Comuna de Paris*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.

LISSAGARAY, Prosper-Olivier. *História da Comuna de 1871*. São Paulo: Ensaio, 1991.

MICHEL, Louise. *A Comuna I*. Lisboa: Presença, 1971b.

_____. *A Comuna II*. Lisboa: Presença, 1971a.

MARX, Karl. *A Comuna de Paris*. In: VIANA, Nildo (org.). *Escritos Revolucionários sobre a Comuna de Paris*. Rio de Janeiro: Rizoma, 2011.

_____. *A Guerra Civil na França*. São Paulo: Global, 1986.

_____. Crítica ao Programa de Gotha. In: MARX, K. e ENGELS, F. *Obras Escolhidas*, vol. 2. Rio de Janeiro: Vitória, 1961.

VIANA, Nildo (org.). *Escritos Revolucionários sobre a Comuna de Paris*. Rio de Janeiro: Rizoma, 2011a.

_____. *O Significado Político da Comuna de Paris*. Florianópolis: Revista Em Debate, ISSN 1980-3532, jul. dez, p. 60-82, 2011b.

MAIO DE 1968

Marcus Vinícius Costa da Conceição*

A França foi o berço de importantes revoluções que transformaram a configuração do mundo contemporâneo. Indo da Revolução Francesa ao Maio de 1968, a França viveu quase 200 anos de intensos conflitos sociais que foram responsáveis por influenciar de forma decisiva a contemporaneidade.

A Revolução Francesa foi responsável por espalhar os ideais iluministas pelo mundo e tornar a França um país em que os movimentos revolucionários se tornaram importantes pontos de contraponto à política oficial do Estado, como pode ser visto na Comuna de Paris e no Maio de 1968.

A especificidade da sociedade francesa é marcada por essa onda revolucionária¹, sendo que a última é justamente o Maio de 1968. Pensar nessa especificidade é a grande questão que se remete a compreender como a França foi o berço de tantas revoluções e como as lutas sociais encontram tão grande respaldo dentro desta sociedade.

O olhar será voltado, especialmente, para o período pós- Segunda Guerra Mundial, onde as bases sociais que eclodiram no Maio de 1968 foram formadas, em especial pela dinâmica política que a França vivia naquele período, com a presidência de Charles de Gaulle, a Guerra da Argélia, a Guerra do Vietnã, a própria crise do regime de acumulação intensivo-extensivo.

Os estudantes foram os grandes responsáveis pelo início das manifestações e por uma presença maciça nas grandes manifestações e na ocupação da Sorbonne, durante os dias de Maio. A grande questão a ser levantada é: por que esse protagonismo dos estudantes?

* Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás. Militante do Movimento Autogestionário.

¹ Compreende-se aqui que o Maio de 1968 não foi uma simples revolta como alguns autores, por exemplo Lefebvre (1968), defendem. Na verdade, a junção entre estudantes e operários, a criação de conselhos operários, a recusa das instituições políticas tradicionais e a defesa da autogestão provocaram uma situação revolucionária.

Para Frédéric Bon², a crise que se instala na França, mas precisamente em Paris (mas não somente nela) é uma crise da autoridade e do poder. É justamente por isso, que esses estudantes serão os responsáveis pelo seu início, pois são neles que “os mecanismos de integração são mais fracos, que a autoridade do mestre é a menos justificada, por que é aí que ela é mais atingida pelas mutações científicas e técnicas” (BON in LEFEBVRE, 1968, 30).

A problemática abordada por Bon expressa esse não lugar através do qual esses estudantes estão inseridos: não são crianças, mas também não são plenamente adultos. Devido a esse fator, a autoridade (expressa até o início da fase adulta pelos pais) era transportada para o professor. No entanto, esse não reconhecimento pelo estudante da autoridade do professor, fez que com as relações se dissolvessem e entrassem em conflito. Não é por acaso, que um dos primeiros alvos das manifestações foi justamente a universidade com suas estruturas arcaicas e os exames escolares.

Os professores são professores, ponto. Naquela época, o mundo universitário vivia em plena Idade Média.

Por exemplo: um antigo direito datado da Idade Média proíbe os policiais de entrar na faculdade.

Há um monte de coisas fáceis de transgredir: era proibido afixar cartazes nas paredes, por exemplo. Assim, o poder universitário é completamente desconcertado pelo que acontece. Sente-se profundamente fraco. Não tem os meios de negociação ou de integração dessas repetidas “violações” das proibições. Resta-lhe apelar à força (DUTEUIL, 2008, 111-112).

A Internacional Situacionista tinha abordado a problemática da juventude e dos estudantes, em 1966, no que ficou conhecido como “Escândalo de Estrasburgo³”. O panfleto produzido procura discutir justamente qual o papel da juventude e como essa

² Cientista Político, membro da Fundação Nacional de Ciência Política e pesquisador do CNRS.

³ Em 1966, alguns estudantes próximos das ideias situacionistas candidatam-se ao diretório acadêmico da Universidade de Estrasburgo com o programa de destruição de diretório, ou seja, ele deixaria de existir enquanto órgão representativo dos estudantes, pois para estes estudantes esse órgão não cumpria mais a sua função e tinha se tornado apenas uma máquina burocrática. Após ganharem as eleições e não sabendo como concretizar a sua ideia, entram em contato com os situacionistas que escrevem o texto *Da miséria do meio estudantil* e que o diretório publica, acabando assim com todas as suas finanças e tendo seu fechamento decretado por um juiz pelo motivo de falência.

revolta juvenil poderia ser utilizada para a crítica contestatória e o combate à sociedade espetacular.

A revolta da juventude contra o modo de vida que lhe é imposto é apenas o sinal precursor de uma subversão mais ampla que englobará o conjunto daqueles que se sentem cada vez mais impossibilitados de viver. É o prelúdio da próxima época revolucionária. (INTERNACIONAL SITUACIONISTA, 2001, 41)

Os estudantes já buscavam se organizar de uma maneira autônoma e autogerida nos anos de 1960. Isso ocorria em parte devido à crise organizativa das instituições políticas tradicionais (como partidos e sindicatos) atenderem às demandas que foram sendo criadas ao longo da década de 1960. Um dado interessante que o *Solidarity* (2003) traz é a taxa de filiação dos funcionários da Renault em Billancourt, a maior e mais antiga fábrica da montadora, segundo o qual não passava de 25%.

O PCF e a “sua” central sindical CGT (Confederação Geral do Trabalho) devido ao fato de estarem ligadas profundamente à URSS e às suas políticas tanto no âmbito interno, quanto no externo, práticas essas, consideradas muitas vezes autoritárias, acabavam afastando os militantes mais novos, que iam em busca de organizações que tivessem uma estrutura mais horizontal e que suas decisões não se baseassem em políticas engessadas.

A Universidade de Nanterre⁴ foi o palco das primeiras mobilizações estudantis de massa em 1968. Desde 1966 em Nanterre já começa a ocorrer um movimento estudantil que procurava livrar-se das amarras das organizações que dominavam o movimento estudantil, como a União Nacional dos Estudantes da França⁵ (UNEF) e as organizações de juventude União dos Estados Comunistas (juventude do PCF) e a Juventude Comunista Revolucionária (de tendência trotskista).

⁴ A Universidade de Nanterre só vai se constituir como um corpo universitário autônomo em 1970. Neste momento o que existia eram duas faculdades – Letras e Ciências Humanas (inaugurada em 1964) e Direito e Economia (inaugurada em 1966) – que funcionavam como uma extensão da Universidade de Sorbonne com o intuito de desafoga-la. A faculdade é construída em uma antiga base militar desativada em um subúrbio operário.

⁵ Fundada em 1907, sua organização estava baseada em uma visão de sindicalismo estudantil: tinha como objetivo organizar os estudantes para defender seus interesses materiais e morais, independentemente da sua política, filosófica ou religiosa, buscando assim melhores condições de estudo, melhor qualidade e uma Universidade que fosse aberta a todas as pessoas.

É nesse contexto de luta que o Movimento 22 de Março – de tendência libertária – é criado. A sua criação tem como estopim a prisão de 6 estudantes em uma manifestação para comemorar a vitória do Vietnã sobre os Estados Unidos realizada no dia 20 de Março de 1968. A partir desse fato, uma reunião é marcada para o dia 22 de Março e ali é criado o respectivo grupo. A maioria dos integrantes desse novo grupo – que tem como nomes mais conhecidos Daniel Conh-Bendit e Jean-Pierre Duteuil – já estavam mobilizados por diversas pautas em momentos anteriores na faculdade de Nanterre. Essas pautas incluíam desde a possibilidade dos homens frequentarem o alojamento feminino (que acabou ocasionando a ocupação desse alojamento por parte dos alunos em março de 1967), os problemas sexuais da juventude, a própria estrutura autoritária universitária.

Esses embates acabam levando a vários incidentes em Nanterre, como uma greve estudantil no final de 1967, o fechamento da faculdade com a ocupação da polícia em 27 de janeiro de 1968 e a ocupação do prédio da administração em abril de 1968. Não podendo mais permanecer em Nanterre, pois a faculdade é novamente fechada, esses estudantes migram para Sorbonne com o objetivo de continuarem os debates que eram realizados em Nanterre.

Ao chegarem na Sorbonne, no dia 02 de Maio, esses estudantes contam com um terreno fértil para a discussão de todas as pautas que já vinham sendo discutidas em Nanterre porém, não era do interesse da Universidade que aquele ambiente de ocupação e debates democráticos horizontais ocorresse ali.

No dia 3 de maio, sexta-feira, a CRS fez a sua visita à Sorbonne. Eles foram convidados por Paul Roche, reitor da Universidade de Paris. É quase certo que o reitor tenha agido com a conivência de Alain Peyrefitte, ministro da Educação, se não com a do próprio Elysée. Muitos estudantes foram sumariamente condenados (SOLIDARITY, 2003, 12-13).

Essa decisão fez com que se passasse de apenas uma mobilização estudantil para uma mobilização geral. As ruas do Quartier Latin – bairro que localiza-se a Sorbonne – são ocupadas, é convocada uma greve geral pelos sindicatos ligados a universidade (tanto o estudantil como o de professores) e a assim começa-se a mobilização de massas.

O confronto que ocorre entre a polícia e os estudantes no Quartier Latin amplia a dimensão da luta que estava sendo travada. Neste momento, tentando capitalizar o

processo, as principais centrais sindicais francesas convocam uma greve geral de 24 horas para o dia 13 de maio. A greve era para ter duração de somente um dia e assim conseguirem pressionar o governo de De Gaulle para obter alguns benefícios.

O que as centrais sindicais não esperavam era a insurreição da base operária que ocorre nas fábricas. Na Sud-Aviation jovens operários ocupam a fábrica e logo o processo segue em dezenas de fábricas por toda Paris. O interesse não era meramente salarial ou de benefícios, esses operários contestavam a própria dinâmica na qual estavam inseridos, da divisão do trabalho, do capitalismo, da sua própria alienação. Quattrocchi ao analisar o embate entre os sindicalistas e os trabalhadores deixa claro a posição dos operários diante das negociações sindicais: “O dinheiro não basta. Porque as fábricas são campos de concentração. Porque os homens descobriram a força que têm. Porque eles querem mais” (QUATTROCCHI, 1998, 136).

Além dessa recusa, nesse momento começa-se a se esboçar uma aliança operário-estudantil, que tanto amedrontava as centrais sindicais. Essas faziam de tudo para que os estudantes não tivessem contato com os operários que ocupavam as fábricas, pois tinham medo de que esses estudantes inflassem aqueles e com isso seus sindicatos perdessem mais ainda o controle.

É neste momento, que as ideias ligadas à autogestão começam a ganhar espaço entre os jovens (tanto operários como estudantes), tornando-se aos poucos uma das principais bandeiras de organização defendidas durante o Maio. Além disso, vários grupos que buscavam romper com o modo de fazer política tradicional e que defendiam a autogestão, começam a ganhar mais visibilidade na linha de frente das ações: O Noir et Rouge, Movimento 22 de Março, os *enragés*, a Internacional Situacionista, entre outros.

Esses pequenos grupos buscam uma saída à esquerda, em que o discurso, contra o capitalismo não seja apenas uma retórica, mas que a ação contra este seja efetiva. Tanto é que a maioria de todos esses grupos atuam diretamente nas ações do Maio de 1968 como forma de radicalizar as posições e de defender uma postura revolucionária diante do conservadorismo da esquerda tradicional e de suas pautas sindicais.

As ocupações da Sorbonne e do Censier fizeram com que naquele momento os estudantes discutissem e ampliassem as suas percepções sobre o que realmente se

passava em Paris e como a articulação entre operários e estudantes era fundamental para a construção da revolução que apontava no horizonte.

Quais eram as suas ideias? Basicamente, elas se concentraram em algumas proposições. O que era preciso, nesse exato momento, era um rápido e autônomo desenvolvimento da luta da classe trabalhadora, a organização de comitês de greve eleitos que fizessem a ligação entre os sindicalizados e não sindicalizados em todas as empresas e indústrias em greve, reuniões regulares dos grevistas de modo que as decisões fundamentais permanecessem nas mãos do trabalhador comum, comitês de defesa dos trabalhadores para defender os piquetes das intimidações da polícia, um diálogo constante com os estudantes revolucionários com o objetivo de restituir à classe trabalhadora sua própria tradição de democracia direta e sua própria aspiração à autogestão, que foi usurpada pelos burocratas dos sindicatos e dos partidos políticos (SOLIDARITY, 2003, 65-66).

Apesar de toda a luta dos estudantes e trabalhadores durante os meses de Maio e Junho, a contrarrevolução desencadeada pelo Estado francês e pelos partidos e principalmente pelas centrais sindicais francesas acabou levando ao fim dessa experiência. Como demonstra Viana (2015), a partir da derrota de Maio, uma reapropriação dos interesses dos estudantes e operários é realizada, mas buscando despolitizar esses temas, como a autogestão, e buscando assim torná-los compatível com os anseios do capitalismo.

O Maio de 1968 marca a explosão de uma luta contra o capital que já vinha sendo posta em prática desde o final da Segunda Guerra Mundial. A ação dos estudantes e trabalhadores durante aqueles dias foram cruciais para se criar uma nova frente de luta que influenciou e ainda influencia revolucionários por todo o mundo.

Referências

DUTEUIL, Jean-Pierre. O Movimento 22 de Março: entrevista com Jean Pierre-Duteuil. In: JOYEUX, Maurice *et alli*. *Maio de 68: os anarquistas e a revolta da juventude*. São Paulo: Imaginário; Faísca, 2008.

INTERNACIONAL SITUACIONISTA. A miséria do meio estudantil. In: INTERNACIONAL SITUACIONISTA. *Situacionista. Teoria e prática da revolução*. São Paulo: Conrad, 2002.

LEFEVRE, Henri *et alli*. *A irrupção: a revolta dos jovens na sociedade industrial: causas e efeitos*. São Paulo: Editora Documentos, 1968

QUATTROCCHI, Angelo. O que aconteceu. In: NAIR, Tom; QUATTROCCHI, Angelo. *O Começo do Fim: França, Maio de 68*. Rio de Janeiro: Record, 1988.

SOLIDARITY. *Paris: Maio de 1968*. São Paulo: Conrad, 2003.

VIANA, Nildo. Juventude, contestação e autogestão. In: *Juventude e Sociologia: ensaios sobre a condição juvenil*. São Paulo: Giostri, 2015.

A EXPERIÊNCIA DE AUTO-ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES CHILENOS NOS CORDÕES INDUSTRIAIS [1972-1973]



Gabriel Teles Viana*

Porque esta vez no se trata
de cambiar un presidente
será el pueblo quien construya
in Chile bien diferente...

Ya nadie puede quitarnos
el derecho de ser libres
y como seres humanos
podremos vivir em Chile.

**Canción del Poder Popular
Inti-Ilлимани.**

O período de governo (1970-1973) de Salvador Allende, ancorado na política da Unidade Popular, aparece como uma grande experiência histórica no seio das lutas políticas latino americanas ao longo do século XX. Os latentes embates políticos, as especificidades da via institucional para o “socialismo”, a “participação” popular em assuntos governamentais e a reação de alguns setores da burguesia ante a um governo que não atendia alguns de seus interesses imediatos, são elementos que chamaram a atenção de numerosos estudiosos, pesquisadores e militantes de diversas matizes teóricas e expressões políticas. Muito destes, bem intencionados ou não, criam

* Formado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás. Militante do Movimento Autogestionário.

verdadeiras apologias do governo Allende, analisando toda uma experiência histórica, rica e complexa, tão-somente a partir daqueles que estão na cúpula do poder institucional; como se um processo de transformação socialista, que objetiva criar novas formas de sociabilidade e organização dos seres humanos, pudesse ser feito a partir de uma minoria dirigente alocada em formas de organização hierarquizadas e essencialmente capitalista. Enfim, dentro do estado capitalista em suas velhas instituições e velhas práticas dominantes.

À vista disso, análises que partam da perspectiva do movimento operário e demais classes e setores explorados chilenos daquela época, radicalizados e auto-organizados em sua luta, são poucas e negligenciadas por grande parte dos pesquisadores e militantes. Diante deste cenário, as nossas contribuições vão ao sentido de resgatar as experiências dos trabalhadores em suas lutas contra o capital e contra aqueles que dizem representá-los. Nesse sentido, apresentaremos brevemente a experiência de auto-organização dos trabalhadores chilenos conhecida como *Cordões Industriais*.

II

A experiência dos cordões industriais não pode ser compreendida negligenciando o histórico de lutas do movimento operário chileno e sua relação com a totalidade das relações sociais do modo de produção capitalista. Nesse sentido, empreender a análise da forma como o capitalismo assume em terras chilenas e sua ontológica relação com o movimento operário é apreender a dinâmica das lutas de classes e a correlação de forças entre as classes sociais, sobretudo a classe operária e a burguesia, na esfera da produção.

O Chile, bem como os demais países latino americanos, desde o início da acumulação primitiva de capital a partir de saques da Europa sobre as colônias (MARX, 2013), faz parte do processo da constituição e ampliação do capitalismo. Inicialmente enquanto colônia e posteriormente como um país inserido na divisão internacional do trabalho, o Chile se conforma ao bloco de países de capitalismo subordinado. Isto significa que com a crescente ampliação e expansão do domínio do capital. Os países

capitalistas europeus que se industrializaram inicialmente, devido à acumulação primitiva de capital, conseguem manter uma subordinação dos países capitalistas retardatários, como é o caso do Chile.

Portanto, o capitalismo chileno é subordinado e dependente, concatenado às formas de exploração internacional que a cada regime de acumulação constitui. É a partir do regime de acumulação intensivo, que inicia-se no final do século XIX e vai até a II Guerra Mundial (VIANA, 2009), que o neocolonialismo dá lugar para a nova dinâmica de exploração internacional: o imperialismo, calcado na exportação de capital-dinheiro (BENAKOUCHE, 1980). Este processo irradia-se em toda América Latina e reconfigura a forma como é engendrada a produção capitalista nos países latino americanos, sendo o Chile uma experiência notória deste processo.

É neste bojo de múltiplas determinações que o movimento operário chileno se confronta ao longo de seu desenvolvimento histórico no século XX. Logo após a Guerra do Pacífico (1879-1884), o Chile se insere e se integra efetivamente no capitalismo internacional a partir de sua massiva produção de salitre, sendo o único produtor do mundo. Durante muito tempo a produção de salitre será o grande dinamizador do conjunto da economia chilena (CURY, 2013), desenvolvendo, aos poucos, grande contingente de força de trabalho operária que culmina, posteriormente, em sua cristalização a partir da exploração de minérios em várias regiões do país.

Progressivamente, ao longo da primeira metade do século XX, o cenário econômico chileno vai se reconfigurando, na medida em que ocorre um grande impulso para a industrialização, o que significou um exponencial aumento de estabelecimentos manufatureiros, de indústrias e fábricas. Do ponto de vista populacional, em 1926 havia 84.991 trabalhadores operários alocados em diversas áreas de produção. Já em 1940 este número sobe para 287.872 e culmina, em 1949, com 389.700 (CORREA; FIGUEROA, 2001, p. 162). A condição de superexploração (MARINI, 2000) a que foram relegados os países de capitalismo subordinado (ou dependentes), cria condições precárias e intensas jornadas de trabalho, provocando resistência por parte dos explorados e oprimidos.

Nesse sentido, o movimento operário chileno, ao longo de sua luta de resistência e, em alguns casos, de negação do capital em vias de transformação social, reflete a correlação de forças entre as classes sociais, o desenvolvimento das contradições

capitalistas e as possibilidades de emancipação. Algumas experiências são marcantes para a história do movimento operário chileno, tais como algumas greves e mobilizações como a Domingo Rojo (1905), Santa María de Iquique (1907), San Gregorio (1921) e entre outras.

Entre os países latino americanos até meados da década 70, o Chile se apresentou como o país com maior tradição democrática consolidada, respeitando a dinâmica institucional capitalista, sem muita fissura em sua coerência interna. Mas é com a vitória da coalização da Unidade Popular (UP) nas eleições presidenciais de 1970 que ocorre um processo de intensificação das luta de classes, onde cada classe social (burguesia, burocracia, campesinato, proletariado e etc.) manifesta sua correlação de forças e seus interesses.

Allende ganhou as eleições presidenciais do Chile em 1970 com apoio da Unidade Popular¹. A Unidade Popular visava a “construção do socialismo” pelos moldes institucionais, congregando uma maior participação política dos trabalhadores (porém, em seu programa, não havia propostas concretas da efetivação desta participação). Apostava também na tomada do poder legislativo e executivo, além de visar o desenvolvimento da economia por meio da nacionalização de áreas econômicas tais como o setor de minérios, comércio exterior, sistema financeiro, monopólios de distribuição, monopólios industriais, distribuição de energia elétrica, bancos, etc.

Esta política de nacionalização das indústrias deu-se a partir da lógica de combate à dependência econômica do capital multinacional. Nesse sentido, após as eleições vitoriosas da Unidade Popular, foi instituído um programa para a divisão dos setores da economia em áreas de gestão específicas. A Área Social seria controlada pelo Estado, a Área Mista jungia o Estado e setores privados, e a Área Privada que coligava pequenas e médias empresas, sendo estas últimas protegidas de possíveis tentativas de expropriação por parte do operariado. É neste programa que aparece a questão da participação política dos trabalhadores. No entanto, esta participação só se deu nas áreas sociais e em algumas indústrias e empresas das áreas mistas, onde o Estado tinha maior poder de

¹ Coalizão política que incluía os partidos Comunista e Socialista, Partido Radical, Movimiento de Acción Popular Unitario (MAPU), Acción Popular Independiente (API) e Izquierda Cristiana (IC).

decisão. Por consequência, o grosso da população operária, que ainda localizava-se nas áreas privadas, continuou a ter nenhum tipo de participação.

Esta participação política, entretanto, não se configurou num efetivo controle operário sobre os meios de produção das indústrias chilenas. O programa, que na verdade foi estruturado pela CUT (*Central Única de Trabajadores de Chile*) em comum acordo com o governo de Allende, relegou aos trabalhadores tão-somente uma participação nos espaços consultivos, sem poder de decisão e deliberação (sendo este poder ainda confinado nas mãos da burocracia estatal).

Este foi, sem dúvidas, um dos fatores que levaram a classe operária chilena daquela época, à medida que ia avançando suas lutas e sua consciência, a desmascarar o verdadeiro caráter burocrático da Unidade Popular e suas ações, as quais minavam qualquer tipo de autonomia e auto-organização do movimento operário. Quaisquer ações dos trabalhadores que extrapolassem as vias institucionais; qualquer tipo de radicalização (expressa inicialmente em formas de auto-organização) e tomada de suas consciências revolucionárias era combatida pelo governo de forma incisiva. A CUT, a maior central sindical da época, ligada umbilicalmente a Unidade Popular, sendo correia de transmissão dos interesses da burocracia estatal nas fábricas e indústrias, servia como um verdadeiro amortecedor da ação radicalizada dos trabalhadores e um grande vetor de desmobilização em geral.

A situação política do país se intensifica mais ainda com a greve patronal de outubro de 1972, medida dos empresários donos dos meios de circulação fundamentais do país (tanto o transporte de mercadorias quanto o transporte coletivo urbano). Os principais responsáveis pela articulação da greve patronal (além das transportadoras) foram setores dominantes do empresariado chileno: as confederações industriais e as multinacionais do setor de minérios. Tal articulação tinha como aval e patrocínio o governo estadunidense², que via (tanto nas medidas do governo de Allende em curto prazo, quanto nas crescentes e radicalizadas mobilizações dos trabalhadores a médio e longo prazo) uma ameaça aos seus interesses imediatos - no caso do Governo Allende - e

² O relatório Corvert de ação no Chile indica que a CIA introduziu três milhões de dólares no país no ano de 1972 – uns U\$135 milhões atuais.

dos interesses da própria manutenção do modo de produção capitalista em geral - no caso das mobilizações dos trabalhadores.

A paralisação do setor de transporte prejudicou todo o sistema de distribuição e abastecimento. Tal processo trouxe para a população em geral e, de forma mais profunda, para as classes exploradas, uma crise de consumo. Esta crise se estendia desde a básica alimentação até o transporte coletivo que os levavam para o trabalho. Como agravante, a SOFOFA (Sociedad de Fomento Fabril) e a confederação do comércio varejista e pequena indústria instruem as fábricas a se solidarizarem com a greve das transportadoras e paralisarem suas atividades; a Confederação da Produção e do Comércio conclama a não abertura das lojas. Muitos sindicatos, organizações autônomas e movimentos sociais tomam posição e entram em greve: donos de ônibus, Conselho de Medicina, dentistas, engenheiros, contadores, bancários, oficiais da marinha mercante, frações de associações de engenheiros e técnicos, a Ordem dos Advogados, alunos farmacêuticos, determinadas associações de técnicos da Marinha Mercante, os taxistas, os estudantes da Universidade Católica e uma parte dos estudantes secundários da Universidade do Chile. Nas ruas, grupos de extrema-direita atacam os caminhões em atividade espalhando *miguelitos*, que destruíram pneus, e cometeram 52 atentados contra torres elétricas, ferrovias e empresas estatais.

Nesse sentido, os donos de caminhões, passo a passo, obtiveram o apoio das organizações patronais bem como uma expressiva parcela da “classe média” chilena. Em síntese, a greve patronal significou a resposta da burguesia daquele momento histórico vivido no Chile³, colocando em cheque tanto o governo de Salvador Allende, sendo o seu governo representante da burocracia, quanto as iniciais formas de organização e mobilização dos trabalhadores.

A reação do governo diante da situação das greves patronais expressou de forma sistemática a sua política burocrática e posição de colaboração com a burguesia nacional. Allende adotou a conciliação com a burguesia e frações de suas classes auxiliares, o que

³ No contexto da correlação de forças entre as classes sociais, da dinâmica da exploração internacional e das relações entre os estados capitalistas. Neste momento histórico, podemos perceber as contradições e crises de acumulação de capital, colocando em cheque o próprio regime de acumulação conjugado (dando luz, posteriormente, ao regime de acumulação integral).

foi a dinâmica em praticamente todo o seu mandato. A primeira medida foi a mudança da linha econômica do governo, demitindo o ministro Pedro Vuskovic, independente, para assumir Orlando Millas, do Partido Comunista, objetivando frear as nacionalizações, congelar os salários e negociar um acordo com a Democracia Cristã (DC), partido de “oposição”, a propósito da extensão das propriedades sociais. O resultado disso foi que, das 120 empresas inicialmente previstas para passar à área de propriedade social, restariam apenas 49⁴. A segunda medida, mais dura e em franca oposição aos trabalhadores, foi outro acordo com a DC para a inclusão de comandantes das forças armadas ao gabinete no executivo. Este gabinete, cívico-militar, tinha dois objetivos: garantir as eleições parlamentares de março de 1973 e devolver as fábricas ocupadas durante a greve patronal (adiante, falaremos sobre estas ocupações). O conjunto destas medidas ficaram conhecidas como *plano Prats-Millas*, em “homenagem” aos seus articulares, o general Prats, comandante do exército, e Orlando Millas, o novo ministro da economia.

Como podemos observar, o governo da Unidade Popular preocupou-se tão-somente com a sua conservação, explicitando seus reais interesses de classe através da conciliação com a burguesia nacional. Ademais, manifestou sua oposição ao processo de aprofundamento das lutas operárias, servindo como uma importante ferramenta de desmobilização popular.

Nesse sentido, os trabalhadores estavam diante uma dupla e árdua tarefa. Responder e resistir tanto o golpe do capital internacional, com suas velhas formas de exploração e novas táticas de dominação, quanto à burocracia estatal e sindical. Estas classes, que uma vez conquistando o poder autoproclamavam um governo popular, “socialista” e representante dos trabalhadores na realidade correspondiam aos seus próprios interesses.

⁴ É preciso reiterar que as nacionalizações previstas pelo governo da Unidade Popular não representaram mais do que 20% dos trabalhadores industriais chilenos, ou seja, a política de alianças proposta deixava de fora os demais trabalhadores industriais, sem contar os trabalhadores da construção civil, os desempregados, os artesãos, e um largo percentual de trabalhadores rurais não integrados à reforma agrária.

A reação da classe operária e demais trabalhadores explorados foi a radicalização. O rompimento absoluto com a institucionalidade e o desenvolvimento, mesmo que embrionário, da auto-organização de suas lutas. A criação e o desenvolvimento dos Cordões Industriais é resposta e consequência direta desta conjuntura, tanto de ataque do capital quanto daqueles que dizem representar os trabalhadores. É esta resposta, bem como seu processo e suas consequências que veremos a seguir.

III

O esboço e criação do primeiro cordão industrial remetem ao final de junho de 1972, antes mesmo da greve patronal de outubro, onde os cordões industriais se alastram por todo o país e criam um impacto político sem precedentes na história chilena. É importante reconstituir este processo, demonstrando que a radicalização das lutas operárias chilenas é fruto de um acúmulo de experiências, imbuídas de contradições e avanços.

Em meados de abril de 1972, começa um processo de constituição de colaboração e solidariedade política organizada por diversos movimentos populares da região industrial de Cerrillos-Maipú. Esta região abarcava uma grande concentração de indústrias, bairros populares e acampamentos (sem-teto), onde todos eles apresentavam graves problemas de infraestrutura (transporte, escola, hospitais e etc.) e abastecimento. O estopim da revolta da população foi o precário serviço de transporte público oferecido pela municipalidade. O conjunto dos movimentos populares, trabalhadores e diversas direções de partidos políticos convocaram a população a tratar do problema, debater uma plataforma política e organizar um Conselho Comunal de Trabalhadores, tendo como inspiração a organização e experiência dos soviets da revolução russa. Este conselho organizou um documento a ser entregue às autoridades locais, que não compareceram à atividade. Sob a organização e mobilização (realizada fundamentalmente por operários que viviam e trabalhavam na comuna) a principal deliberação do documento foi a necessidade de *“suplantar ambos – la Municipalidad y el Alcalde – por um organismo paralelo próprio de los Trabajadores, lo Consejo Comunal.”* (PESTRANA; THEREFALL, 1974: p. 110-11).

Embora o êxito inicial do conselho, as exigências não foram acolhidas em sua totalidade por parte do governo e nem a mobilização da população em geral conseguiu se manter. No entanto, uma parte daquele conjunto de movimentos populares, que é o movimento operário, continuou a ser organizar. Em junho de 1972, com o processo de greves e de ocupação das indústrias Perlak (conserva de alimentos), Polycron (química industrial e fibras sintéticas) e El Mono (alumínios), a população da comuna de Maipú retorna a se mobilizar. De acordo com Elisa de Campos Borges,

Trabalhadores apresentaram denúncias contra os proprietários das empresas de promoverem boicote da produção, praticar vendas no mercado negro, reduzirem a compra de matérias primas e ainda de ocultar produtos aumentando o desabastecimento. A principal exigência dos trabalhadores era a intervenção do governo nas indústrias e sua incorporação na APS [Áreas de Propriedade Social]. A proximidade geográfica das empresas e o apoio fundamental da população local acabaram por estimular a criação de uma coordenação conjunta do movimento (BORGES, 2014: p. 5)

O Governo Allende, querendo manter a legalidade, cria dezenas de obstáculos para não estatizar as empresas reivindicadas pelos operários. Com isso, dá-se início ao processo de desilusão com os representantes do Estado, a partir da crise nas negociações. Este cenário contribui para a organização de um Comando de Coordenação de Lutas dos trabalhadores do Córdon Industrial Cerrillos-Maipú, durante uma reunião onde estiveram presentes delegados de quase 30 empresas, com participação massiva de trabalhadores independentes e alguns vinculados aos partidos de “esquerda” chilena, totalizando meio milhão de trabalhadores.

É criada uma plataforma do Comando de Coordenação de Lutas⁵ contendo 12 pontos, buscando articular pautas comuns a camponeses, “plobadores” e operários:

- Apoiavam o governo e o presidente na medida em que ele representasse as lutas e mobilizações dos trabalhadores;
- Exigiam a expropriação das empresas monopólicas, assim como daquelas que não cumprissem os compromissos laborais;
- Controle operário da produção por meio da constituição de Conselhos de delegados eleitos pela base;

⁵ A partir de outubro de 72, passa a se chamar Cordón Cerrillos.

- Aumento de salários;
- Dissolução do Parlamento;
- Instalação da Assembleia Popular;
- Criação da Empresa Estatal da Construção com controle de “pobladores” e operários;
- Ocupação de todos os fundos expropriados e controle camponês mediante conselho de delegados;
- Solução imediata aos moradores dos acampamentos;
- Expressavam repúdio aos patrões, à burguesia, ao poder judicial, à controladoria, ao parlamento e aos burocratas do estado.

De acordo com Cury,

O outro elemento significativo da formação deste Cordão foi a demonstração da congregação das formas de luta com os objetivos presentes na lógica de ação dos trabalhadores num claro enfrentamento aos limites estabelecidos pelo sistema. Tratou-se do primeiro cordão industrial cujo êxito de organização inspirou outros diversos movimentos por Santiago e pelo restante do país. A mobilização se deu, assim como em grande parte dos casos, devido a conflitos trabalhistas nas empresas daquele setor específico e a problemas no abastecimento. (CURY, 2013, p. 290)

Trancoso (1988) demonstra que o Comando Coordenador/Cordão Cerrillos foi o primeiro esboço de uma coordenação geográfica dos trabalhadores chilenos e que romperam com os canais e instituições sindicais. É aqui que se encontra o que o autor vai chamar de “autonomia classista”, apesar de não esclarecer o que significa esta expressão. Em nossa perspectiva, no entanto, podemos dizer de forma mais precisa que esta experiência significou um inicial rompimento com a burocracia estatal rumando para a auto-organização. Ainda nesta época existia um apoio ao governo Allende, mas só quando este contribuiu para a luta e mobilização dos trabalhadores. No entanto, mesmo com o início do rompimento com a burocracia estatal, resistia a relativa influência das burocracias partidárias no seio do movimento operário. Esta era enfraquecida à medida que a consciência de classe do movimento operário iria se aprofundando a partir de suas lutas.

Com a chegada da greve patronal de outubro de 1972, o movimento operário já havia experimentado formas de autonomia e auto-organização. Nesse sentido, a reação

às consequências da greve (desabastecimento, ataques e atentados da direita, sabotagens, mercado negro e etc.), foi imediata e surpreendente. Isso tanto para a burguesia (que percebia uma sólida organização de resistência dos trabalhadores) quanto para a burocracia estatal (que percebeu que a luta dos trabalhadores extrapolavam a dinâmica institucional capitalista).

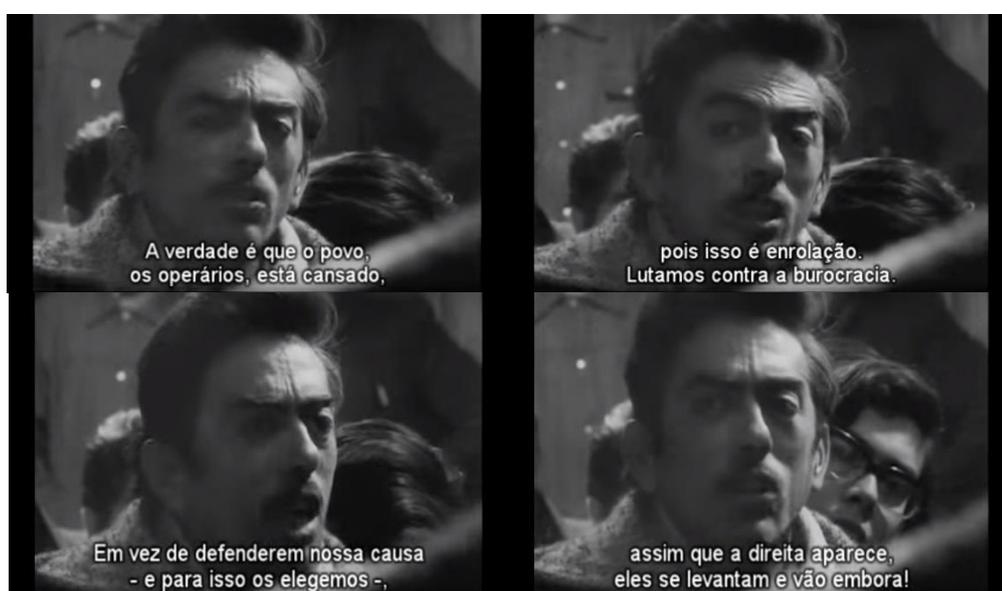
A resposta dos trabalhadores foi a massiva e generalizada tomada de fábricas e a consolidação dos cordões industriais em todo o território chileno. A tomada de fábricas não obedeceu nenhum critério utilizado pelo governo Allende; indistintamente as fábricas foram ocupadas, sobretudo as das áreas privadas, onde os trabalhadores não tinham nenhum controle sobre a produção. Por meio das ocupações se enfraquecia a posição dos patrões dentro de suas próprias fábricas e se potencializavam as coordenações de trabalhadores. Nasceram assim os cordões de Vicuña Mackenna e Estación Central em Santiago e de Hualpencillo, em Concepción, em consequência da paralisação de outubro.

Não há dúvidas que a inicial tomada e ocupação de fábricas foi fruto de uma tentativa de ajudar o governo a superar as dificuldades da greve. Contudo, o desenvolvimento das ocupações e das novas formas de solidariedade entre os trabalhadores e as populações dos cordões, ultrapassaram todas as expectativas em relação aos seus objetivos iniciais.

O plano da burguesia de criar o caos é neutralizado pelos trabalhadores e população geral que, com suas próprias mãos, colocam os meios de produção para funcionar de forma auto-organizada. Allende, como já dissemos anteriormente, busca a saída da crise a partir da conciliação com a burguesia; nesse sentido, diminui o número de fábricas a serem nacionalizadas (de 120 para 43) e coloca o exército para garantir o cumprimento dessa medida. Porém, como o grande número de apoiadores do governo era oriundo de frações da classe trabalhadora, não podia se utilizar da repressão para retomar as fábricas recuperadas e estabilizá-las frente aos acordos que firmara com a Democracia Cristã e a burguesia. Nesse sentido, o governo da Unidade Popular utiliza da burocracia sindical, a Central Única del Trabajadores de Chile (CUT), para tentar cooptar e convencer os operários a retrocederem e saírem das fábricas ocupadas. No entanto, os representantes da CUT, ao tentarem convencer os operários a desocuparem as fábricas e

voltarem a confiar no governo Allende, são recebidos com vaias e respostas expressando a recusa a burocracia e a necessidade de avanço para auto-organização do trabalhadores.

É emblemática a discussão entre um operário e um burocrata da CUT no famoso e clássico documentário *A Batalha do Chile* do cineasta Patricio Guzmán: o operário, em resposta ao burocrata da CUT, demonstra que a ocupação das fábricas não se limita à defesa do Governo Allende; significa, mais do que isso, um processo de transformação social a partir dos trabalhadores, que superou a própria institucionalidade e apoio do Estado, já que estes estão alheios aos interesses dos trabalhadores.



A ocupação das fábricas trouxe, além do controle operário, novas formas de sociabilidade e distribuição de mercadorias. A solidariedade entre as indústrias, bem como o intenso debate e intercâmbio tanto de ideias, quanto de experiências laborais, possibilitou novas formas, mesmo que embrionárias, de uma sociabilidade oposta aos valores burgueses e aos interesses capitalistas.

Com a crise de abastecimento causada pelas greves e paralisações patronais, os operários dos cordões industriais em articulação com a população de suas respectivas regiões (muitos deles organizados em comandos comunais), foram responsáveis por estruturar e organizar um novo sistema de relações comerciais para neutralizar o efeito da crise sobre a população. Assim, se incumbiram de tomar os comércios, a se responsabilizarem pela distribuição e pelo transporte; na utilização do caminhão da

fábrica para transportar leite às poblaciones, na organização das feiras populares, no intercâmbio de produtos e de matérias-primas entre as fábricas, e na formação de comitês de defesa com “pobladores”⁶ e operários contra possíveis ataques.

Com um pouco mais de um ano existência, os cordões industriais conseguiram agrupar grande parte do operariado chileno. Em Santiago, se organizaram os seguintes cordões: Cerrillos e Vicuña Mackenna, O’Higgins, Macul, San Joaquín, Recoleta, Mapocho-Cordillera, Santa Rosa-Gran Avenida, Panamericana Norte, Santiago Centro e Vivaceta. Em Valparaíso foram desenvolvidos os Cordón Puerto, Cordón Centro, Cordón Almendral, Cordón Quince Norte, Cordón El Salto, Cordón Concón e Cordón Quintero-Ventanas. Ainda se desenvolveram em cidades como Arica, Concepción, Antofagasta e Osorno (BORGES, 2011).

E como se dava a auto-organização dos trabalhadores dos cordões industriais? Após a criação e consolidação dos cordões, os trabalhadores começaram a sistematizar a forma de organização. Segundo Trancoso (1988), começa-se a adotar, a partir do primeiro semestre de 1973, um modelo orgânico, com especificidades locais de cada cordão industrial:

- Assembleia de Trabalhadores de cada indústria ou empresa por Cordón, que elegeria de 2 a 3 representantes para o seu Conselho, não necessitando ser um representante sindical;
- Conselho de delegados do Cordón;
- Direção do Cordón Industrial que era escolhida por eleição no Conselho de Delegados. Esta “direção” (com caráter executiva, não deliberativa) englobava a presidente e Secretarias de organização, agitação e propaganda, defesa cultura e imprensa.

Nesse sentido, nas assembleias que eram deliberadas as ações de cada cordão. Devido à pouca documentação e registros, é difícil analisar a dinâmica interna de cada cordão industrial. Mas podemos dizer em linhas gerais que as formas de organização

⁶ Moradores das periferias, favelas e que faziam número nas fileiras do lumpemproletariado.

variavam de região para região. Alguns cordões, mais avançados, conseguiram desatar o nó e se desvincilharam da burocracia sindical e partidária; outros, porém, mantinham uma grande influência de lideranças sindicais e partidárias (como é o caso do MIR [Movimento de Esquerda Revolucionária], com tendências trotskistas e influências da revolução cubana). Mas em ambos os casos a insatisfação dos trabalhadores com seus representantes lhe permitia eleger outro delegado. Em síntese, as reuniões dos cordões em geral eram abertas, livres, e muitas vezes contavam com a participação de moradores da região.

No primeiro dia de fevereiro de 1973, divulgado pelo jornal *Tarea Urgente*, surge a primeira plataforma de luta em conjunto dos Cordões Industriais do período, com as principais bandeiras e orientações para os trabalhadores das várias indústrias que compunham o movimento:

- 1) la lucha por el paso al área social, a manos de los trabajadores de todas las empresas que tengan que ver con la fabricación de productos de primera necesidad, alimentos y de las industrias de materiales de construcción; 2) la lucha por la expropiación inmediata de las grandes distribuidoras privadas; 3) la expropiación de todos los fundos mayores de 40 has. de riego básico; 4) construir el control obrero de la producción en el sector privado y el control popular de la distribución. Los trabajadores participan en la decisión de lo que se produce para el pueblo: qué se hace con las ganancias y donde van a parar los alimentos. Para ello llamamos a la constitución inmediata de los comités de vigilancia obrera en todas las industrias privadas; 5) que no se devuelva ninguna industria que este en manos de los trabajadores y retiro inmediato del proyecto Millas; 6) distribución directa de la canasta popular al pueblo por los Almacenes Populares. Para ello debe formarse una sola distribuidora estatal; 7) la formación de una comisión bipartita, Gobierno-Pueblo que tenga a su cargo la planificación, ejecución y control del abastecimiento; 8) poder de sanción para las JAP y los Comandos Comunales que se controle lo que se reparte a los comerciantes y se castigue a los que no venden, acaparen y especulen. No más cuotas de alimentos para estos ladrones, cierre de sus negocios y venta directa a los pobladores. Los obreros de los Cordones Industriales se movilizarán para hacer efectivo ese poder. 9) trabajo estable y seguro para los trabajadores de la construcción; 10) creación de la empresa estatal de la construcción que lleve a un sistema único de planificación de las adquisiciones aprovisionamiento y maquinarias; 11) la defensa de los medios de comunicación que apoyan la lucha revolucionaria de los organismos de poder de los obreros, pobladores y campesinos; 12) llamamos a todos los trabajadores a constituir los Comandos Industriales por Cordón y Comando Comunales, como única manera

de que la clase disponga de un organismo de acción eficaz, capaz de movilizarla y plantearle nuevas tareas (TAREA URGENTE, 1973)

Muitas dessas reivindicações iam de encontro com as políticas e propostas da Unidade Popular, demonstrando não mais uma inicial ou relativa oposição ao governo, mas uma indubitável relação de confronto.

Em 11 de outubro de 1973, o Golpe de Estado executado pelo exército chileno fez com que bruscamente o avanço dos trabalhadores parasse. A experiência dos cordões industriais durou pouco tempo. Mas neste pouco tempo, o avanço da consciência de classe, a ameaça de rompimento com as relações capitalistas, bem como o desvencilhamento com o governo e muitas das burocracias sindicais e partidárias, demonstra o caráter revolucionário desta experiência.

Enquanto o exército bombardeava o *Palácio de La Moneda* destruindo a resistência do governo Allende, tropas rumavam para os cordões industriais para reprimir e aniquilar qualquer tipo de resistência à ditadura militar que estava por vir. Mesmo com uma inicial resistência por parte dos trabalhadores, a desigualdade de forças fez com que o exército esmagasse todo e qualquer tipo de resistência. Centenas de mortos por parte dos explorados e oprimidos. Militantes e trabalhadores com maior consciência de classe foram enviados para campos de concentração que se tornaram os estádios de futebol chilenos. As lideranças do governo que sobreviveram, bem como as das demais burocracias partidárias e sindicais, fugiram em exílio para não serem perseguidos. Aos trabalhadores, que não tinham condições de fugir, restou a barbárie e o terror.

IV

À guisa de síntese, podemos dizer que os cordões industriais, como bem disse Cury (2013), podem ser caracterizados como uma organização de caráter territorial conformada por fábricas de diversos setores produtivos que visava, além da organização política, mantendo o permanente debate entre os trabalhadores locais, ações conjuntas para a manutenção da produção sob o controle dos trabalhadores⁷.

⁷ Devido ao espaço (e por não ser o objetivo do presente texto), não poderemos abordar a questão do Poder Popular. No entanto, o conjunto das ações da população em suas organizações autônomas

A sua importância está em seu avanço nas lutas operárias chilenas, buscando se auto-organizarem, criando estruturas igualitárias de ação coletiva que entram em antagonismo direto com as relações sociais existentes na sociedade atual:

A auto-organização operária é temida tanto pela repressão a serviço do status quo, como também pela esquerda tradicional, sendo que ambas pretendem, por meio da burocratização e da manipulação da informação, manobrar as organizações operárias. Daí as relações socialistas serem fruto da auto-organização operária unida à consciência social que os trabalhadores tenham de sua prática (Tragtenberg, 2008: p. 3)

Os limites desta experiência se expressam tanto pelo não rompimento com a totalidade daquilo que Tragtenberg chama de “esquerda tradicional”, ou seja, a burocracia partidária, quanto pela dualidade entre o apoio ao governo e o seu rompimento total. Acreditamos que este rompimento total seria consequência direta das próprias ações dos cordões, que a cada dia entravam em antagonismo com as medidas do governo. Infelizmente esta hipótese não pode ser verificada posto a destruição dos cordões pelo golpe do exército chileno, reprimindo os trabalhadores em sua radicalização.

Nesse sentido, podemos relegar a experiência dos cordões industriais, apesar de suas contradições e limites, como uma experiência autogestionária, onde a máxima basilar da AIT, escrita por Marx, foi posta em prática: *A emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores!*

Referências:

BENAKOUCHE, Rabah. **Acumulação Mundial e Dependência**. Petrópolis, Vozes, 1980.

BORGES, Elisa. **Con la Unidad Popular, ahora somos Gobierno. A experiência dos Cordons Industriales no Chile de Allende**. Anais do XI Encontro Internacional da ANPHLAC. Niterói, Rio de Janeiro, 2014.

do governo, ficou conhecida como Poder Popular. Há um rico e complexo debate sobre este ponto, suscitando discussões tanto no calor do momento quanto discussões teóricas acerca do significado do Poder Popular. Em outro momento, apresentaremos uma discussão sobre.

CORREA, Sofia; FIGUEROA, Consuelo (Org.) **História del siglo XX chileno: balance paradójal**. Santiago: Editorial Sudamericana, 2001.

CURY, Márcia Carolina de Oliveira. **O protagonismo popular experiências de classe e movimentos sociais na construção do socialismo chileno (1964-1973)**. Tese de doutorado, Campinas, 2013.

____. **Sindicatos e cordões industriais: a constituição de novas relações sociais na construção do socialismo chileno (1972-1973)**. Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina. Londrina, UEL. 2010.

10 Cf. Ibid., p. 113.

GAUDICHAUD, Franck. **Poder Popular y Cordones Industriales: Testemunios sobre el movimiento popular urbano 1970-1973**. Santiago: LOM, 2004.

JORNAL TAREFA URGENTE. 1978.

KORSH, Karl. **Marxismo e Filosofia**. Porto, Afrontamento, 1977.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis, Vozes, 2000.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 2º edição, São Paulo, Martins Fontes, 1983.

MARX, Karl. **O Capital**. 1ª edição, São Paulo, Boitempo, 2013.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. 1º edição. São Paulo, Expressão Popular, 2011.

PESTRANA, Ernesto; THEREFALL, Mônica. Pan Techo y Poder. **El Movimiento de Pobladores de Chile (1970-1973)**. Buenos Aires: Ed. SIAP-Planteos, 1974.

TRAGTENBERG, Maurício. **Reflexões sobre o socialismo**. 1ª edição, São Paulo, Editora Unesp, 2008.

TRANCOSO, Hugo Cancino. **Chile: la problemática del Poder Popular en el proceso de la vía chilena al socialismo – 1970-1973**. Ed. AARHUS, University Press, 1988.

VIANA, Nildo. **O Capitalismo na Era da Acumulação Integral**. 1º edição, Aparecida, Idéias & Letras, 2009.

A REVOLUÇÃO HÚNGARA DE 1956: ALGUNS APONTAMENTOS NECESSÁRIOS¹

Marcus Vinícius Costa da Conceição *

1956 é um ano emblemático para os PC's e para os movimentos operários de todo o mundo, pois ocorrem dois fatos que marcaram uma esperança de renovação nos quadros do dito "socialismo soviético"². O primeiro é o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em que o então Secretário-Geral do partido, Nikita Krushev, através do discurso feito a portas fechadas somente para os delegados, denunciou os crimes de Stálin e iniciou o processo conhecido como desestalinização. O outro é a Revolução Húngara de 1956 que esboçou um processo social no qual os operários e camponeses, através dos conselhos, pudessem decidir o seu próprio destino.

Para se entender o suposto processo de desestalinização que é ocorrido no XX Congresso, é necessário voltar a Revolução Russa e compreender a dinâmica da tomada de poder dos bolcheviques em cima dos soviets em 1917.

Os soviets se constituem enquanto prática operário-revolucionária pela primeira vez em 1905 na Rússia, quando explode a insatisfação popular contra a Guerra e as condições de vida do povo e esta acaba se transformando em uma revolução. Deste momento em diante, os soviets, apesar de toda a repressão desencadeada pelo Czar Nicolau II, se tornam o principal elemento de organização da classe operária e surgem como uma verdadeira alternativa aos sindicatos, que neste momento já não representam verdadeiramente a classe.

¹ Este texto foi publicado anteriormente nos anais da I Semana de História do IFG.

* Doutorando em Sociologia pela UFG. Militante do Movimento Autogestionário.

² Coloca-se entre aspas o termo socialismo soviético aqui por entender que o que se constituiu na URSS não foi Socialismo, mas sim Capitalismo de Estado, uma vez que as principais características deste não foram abolidas naquele Estado, como por exemplo, a produção de mais-valor e a aplicação do modelo de produção no primeiro momento taylorista e posteriormente stakhnovista nas fábricas.

Os soviets ressurgem com toda a força a partir de 1917, quando as condições de vida da população caem drasticamente devido a Primeira Guerra Mundial, o número de mortes de soldados russos atinge números alarmantes e a população começa a se questionar qual o real sentido de se permanecer em uma guerra que naquela atual conjuntura não trazia nenhum grande perigo ao território e tinha vislumbrado o seu real sentido desde o início, era uma guerra imperialista. Através de várias manobras, como a convocação da Duma, o Czar tenta se manter no poder, mas já era tarde, o golpe de misericórdia no Império Russo já tinha ocorrido. É aqui que os soviets ressurgem com toda a força e se colocam como a verdadeira vanguarda do movimento, não é por acaso que Lênin ao retornar do exílio lança a palavra de ordem: “Todo o poder aos soviets!”

Mas na verdade o que se observa é que quando o Partido Comunista começa a participar da Revolução, um dos seus primeiros objetivos como coloca Brinton (1975) é conseguir dominar os soviets e para isso eles criam um aparelho estatal separado dos trabalhadores que logo consegue distanciar a massa das decisões. Para o autor, este foi o último grande obstáculo que os bolcheviques tiveram que enfrentar para conseguirem se apossar de vez do poder na Rússia.

Muito se fala que o processo de culto a imagem e a repressão contra a oposição considerada contrarrevolucionária, mas que na verdade eram operários e camponeses que defendiam a autonomia dos soviets em relação ao partido, começou com a subida de Stálin ao governo, mas se pode observar que desde a guerra civil, o exército vermelho comandado por Trotski foi responsável por massacrar levantes populares que apoiaram na guerra contra os brancos, como no caso do exército negro de Makno e dos soldados rebelados de Kronstadt que tinham toda uma extensa pauta de reivindicações em que a principal era a volta dos soviets livres.

Porém, o período stalinista aprofunda esse processo de expurgos, a ponto de que:

Dos 1906 delegados ao XVII Congresso do PCUS, realizado em 1934, 1.108 foram presos e acusados de crimes contra a revolução; e dos 70% dos membros e candidatos eleitos para o Comitê Central, nesse Congresso, foram presos e fuzilados, a maior parte entre 1937 e 1938... Cálculos feitos pela KGB, na época de Krutchev, que estabelecem, para o período de 1930-53, um total de 3.777.380 pessoas acusadas de “crimes contrarrevolucionários”, e o número de sentenças de morte de cerca de 700.000 – correspondendo na sua maioria às purgas de 1937-1938 (BRITO, 2006).

Esses números apresentados por Brito (2006) demonstram o quanto a oposição e qualquer pessoa que desafiasse a uma ordem de Stálin fosse considerado um traidor, as suas atitudes remetem e se assemelham muito aos czares da Rússia Imperial, sendo que nem estes possuem o aparato repressor do governo stalinista. O culto à personalidade também atinge um nível extremo, chegando ao fato de cidade, aeroportos, escolas e ruas levarem o seu nome, além da construção de estátuas, exposição de fotos e monumentos em sua homenagem. A sua morte em 1953 causa um vácuo de liderança, uma vez que o seu substituto Nikita Krushev, não possui a mesma "imponência" de seu antecessor. Desde que assume o governo, este já vem tomando medidas que visavam diminuir a influência da memória do ex-governante sobre o Estado, mas nada que pudesse ser considerado um elemento de ataque aberto à figura de Stálin.

É com um governo relativamente tranquilo que o XX Congresso do PCUS é convocado. Ele ocorre entre os 14 e 25 de fevereiro de 1956 e tem entre os seus integrantes representantes de 55 PC's de todo o mundo, inclusive do Brasil. O congresso transcorre de maneira normal, sendo que durante alguns pronunciamentos são dirigidas algumas pequenas críticas a Stálin, mas nada que pudesse deixar transparecer o processo que estava sendo colocado em curso. No último dia, uma sessão extra é convocada e o então secretário-geral do PCUS lê a portas fechadas um relatório em que denuncia os erros e deturpações de Stálin a frente do governo da URSS. Este relatório caiu como uma bomba no plenário, uma vez que os delegados não esperavam uma atitude dessas. O discurso foi marcado por denunciar o culto a personalidade, os expurgos e assassinatos de membros do partido, a coletivização forçada da terra que gerou ondas de fome e milhares de mortes, sendo que até o testamento de Lênin foi citado, no qual ele critica a personalidade de Stálin e adverte os membros do partido para tomarem cuidado com ele. O outro ponto abordado foi à relação da URSS com o mundo capitalista, que para o atual secretário-geral, esta deveria ser reestabelecida e ambos conviverem em uma coexistência pacífica, cada um respeitando a área de influência do outro. Esse processo ficou conhecido como desestalinização, e posteriormente ao congresso foram tomadas uma série de medidas que visavam apagar as influências da era stalinista na União Soviética, da qual se pode destacar três fatos: a libertação de milhares de presos de campos de trabalhos forçados; a mudança de nome da cidade de Stalingrado,

considerada o símbolo da resistência russa à invasão alemã na Segunda Guerra Mundial, para Volgogrado; e a última e que traz uma questão muito representativa, que é a retirada do corpo de Stálin do Mausoléu da Praça Vermelha e o seu enterro.

Para Segrillo (2006), a insurreição húngara ocorre como consequência do processo de desestalinização empreendido por Krushev, uma vez que na Hungria Rákosi é obrigado a anunciar que várias mortes de membros do Partido dos Trabalhadores da Hungria – PTH acusados de traição ao "socialismo" eram falsas e que na verdade foram realizadas com o intuito de acabar com a oposição. Essas declarações o fazem deixar o poder que em pouco tempo é assumido por Imre Nagy, político moderado afeito às ideias lançadas no XX Congresso.

A Hungria só se consolida como Estado Nacional independente a partir de 1918 com o fim da Primeira Guerra Mundial e a dissolução do Império Austro-Húngaro. Em 1919 ela vive a sua primeira experiência revolucionária, na tentativa de implementação de uma sociedade comunista apoiado por Moscou, porém com características próprias, tendo no comando Bela Kun, mas que devido a problemas na coletivização da terra, que desagradou parte dos camponeses³ e a contraofensiva que atingia naquele momento também a Rússia⁴, o governo de Kun dura pouco tempo, sendo que o exército interventor coloca no governo do país o almirante Miklós Horthy que governa durante 20 anos a Hungria. Na década de 1930 esta sela uma aliança com a Alemanha hitlerista e participa da Segunda Guerra Mundial ao seu lado. A sua derrota é decretada pela invasão do exército russo⁵, assim como em todos os outros países do leste europeu, que vem provocar o caos em uma sociedade desestruturada que não consegue ditar os rumos do país que a partir deste momento passa a ser orientado por Moscou.

³ Os camponeses constituem neste momento na Hungria aproximadamente de 50% da mão de obra produtiva (LEFORT, 1987, pg.153).

⁴ Que prometeu enviar ajuda militar ao país húngaro para o combate as tropas contrarrevolucionárias, mas no entanto não cumpriu a promessa.

⁵ A invasão do exército russo em território húngaro foi um verdadeiro desastre, pois apesar de derrotarem a Alemanha, foram responsáveis por uma série de atrocidades que rivalizam com a invasão alemã, como estupros e assassinatos de apoiadores do antigo estado húngaro em massa, deportações para campos de trabalhos forçados (SZABO, 2006, 14).

É na função de um exército invasor, que a URSS organiza o novo governo húngaro, através das eleições gerais multipartidárias em novembro de 1945, em que consegue menos de 20% dos votos sendo que a grande vitória fica para o Partido dos Pequenos Proprietários Rurais que representa a grande massa camponesa húngara (SZABO, 2006, pg. 14). No entanto, os soviéticos não aceitam a derrota e forçam um governo de coalização nacional, em que ele ficaria com o Ministério do Interior, que detinha o controle da polícia e desta forma o aparato repressor do Estado. Mas a farsa começa a desmoronar em março de 1947 com a "declaração da Guerra Fria", através da Doutrina Trumann, uma vez que não é necessário mais manter as aparências de um regime democrático. O Partido Comunista Húngaro passa a perseguir, prender e deportar os principais dirigentes do Partido dos Pequenos Proprietários Rurais e de outros partidos minoritários que formavam a coalização, como o Partido Social-Democrata. Muitos desses líderes viajam ao exterior e por pressão do PCH não retornam, como o primeiro-ministro Ferenc Nagy, abrindo de vez o caminho para a chegada definitiva do PCH ao poder. O golpe de misericórdia foi à fusão do Partido Comunista com o Partido Social-Democrata, que em última instância resultou na eliminação deste, e criou-se o Partido dos Trabalhadores da Hungria (PTH) que se declarava marxista-leninista e tinha como secretário-geral Mátyas Rákosi, destacado militante do PCH que teve uma sólida formação política na URSS. É interessante observar a justificativa do PTH para o golpe de Estado que foi dado na Hungria, como demonstra Szabo (2006), para eles:

A nação húngara deveria aceitar um sistema político "superior" em nome do progresso e de um futuro melhor, pois o que interessava não era o regime democrático, mas seu conteúdo, que serviria aos interesses da classe operária, interesses que só o Partido sabia reconhecer na sua totalidade (SZABO, 2006, pg. 17).

Esse regime que foi concretizado na Hungria, não se diferencia em nada daquele que estava instalado na URSS naquele momento, um sistema despótico, baseado em uma repressão violenta (executada, sobretudo pela Autoridade de Proteção do Estado, a polícia política do regime de Rákosi) e por um culto à personalidade que em nada fica devendo ao de Stálin, só que neste caso o grande líder é Mátyas Rákosi.

Foi necessária essa primeira contextualização, feita de maneira rápida e até mesmo descritiva, para se entender o contexto que a Revolução Húngara de 1956 emergiu. Ela só ocorre porque, contrariamente ao discurso do PTH, o governo que se

instalou na Hungria em nada foi feito para reconhecer os interesses dos operários e dos camponeses, mas sim os interesses da URSS uma vez que a sua industrialização – baseada na indústria metalúrgica – não levava em consideração as necessidades do país e do povo, mas sim o que foi ordenado pela nova classe que ali se instalou, a burocracia, nos moldes do modelo capitalista de estado russo, que inclusive se aproveitou de muitos elementos e técnicos do antigo regime do Almirante Horthy para o seu governo, como oficiais do exército e gerentes de fábricas.

As interpretações sobre a insurreição húngara, em geral, caminham em três direções: duas que caminham paralelas e se entrelaçam em alguns pontos e outra que caminha em um sentido totalmente oposto àquelas. As duas primeiras veem esse movimento como legítimo e derivado da insatisfação popular contra o regime autoritário de Rákosi, mas se divergem quando partem para a análise dos sujeitos desse movimento.

A primeira pode ser caracterizada como uma análise personalista, que coloca a figura de Imre Nagy como o centro das principais ações e repercussões dos eventos de 1956 (levando em consideração as suas tentativas de mudança à frente do governo húngaro entre 1953 e 1955), mas sem desconsiderar totalmente o papel dos trabalhadores, apesar de colocá-los em ações muito pontuais e, sobretudo, de resistência e não de formulação da ação, papel esse que é dado aos intelectuais húngaros que são destacados através do Círculo Petoefi. A obra organizada por Szabo (2006) é uma das que defendem essa visão da insurreição.

Na segunda, o destaque é dado aos operários (a Hungria possui o segundo maior contingente de operários dos países que formam a Cortina de Ferro, perdendo somente a Checoslováquia), sobretudo pela sua ação revolucionária e de constituição dos conselhos operários, que chegaram em alguns lugares a se tornarem o único poder real frente ao exército russo. Tragtenberg vê a revolução húngara como:

Realmente soviética enquanto entendida como o exercício do poder por mediação de conselhos livremente eleitos pelos trabalhadores. Criou seus órgãos revolucionários estruturados horizontalmente (conselhos operários), comitês urbanos, conselhos de bairros e conselhos profissionais, Foi a primeira revolução soviética antissoviética dirigida contra a burocracia do PC e do Estado. (TRAGTENBERG, 2008, pg. 66)

Na mesma linha, há Claude Lefort, que enxerga nas reivindicações dos trabalhadores e na formação dos conselhos operários um avanço em relação ao governo

e ao Estado húngaro. Para o autor, as reivindicações operárias superam e muito as de caráter burguês, sendo que o próprio Nagy, na hora de tomar as decisões privilegia mais a burguesia do que os próprios trabalhadores.

A terceira e última interpretação a respeito da Revolução Húngara é a "oficial" dada pelo PCUS e que serviu de base para todas as análises e manifestações contrárias ao processo que se desencadeava no país naquele momento e que no geral foram feitas pelos PC's atrelados a URSS em todo o mundo, como no caso do Brasil em que o Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro (PCB) lança uma resolução pedindo aos trabalhadores, estudantes e intelectuais que declarem seu apoio ao Estado Húngaro e ao PTH, pois o que na verdade estava ocorrendo era:

Uma tentativa das forças reacionárias internas, apoiadas pelos imperialistas, visando a derrubada do Poder popular e a liquidação das conquistas socialistas dos trabalhadores. Seus objetivos eram a entrega das fábricas aos capitalistas, a volta das terras dos camponeses para as mãos dos latifundiários, a restauração dos privilégios feudais, a denúncia do Tratado de Varsóvia e a mudança da política externa da Hungria em favor do campo e do imperialismo e da guerra. (COMITÊ CENTRAL In SZABO, 2006, 167).

É impressionante ver como o PCB lança mão de elementos totalmente contraditórios com o que se passa na realidade húngara, como veremos mais adiante, somente para não ir contra as decisões e deliberações do governo de Moscou. Até mesmo o governo de Kádár (que vem substituir Imre Nagy em 1956 no cargo de Primeiro-Ministro) reconhece que as reivindicações dos operários são coerentes e importantes e não fruto de uma contrarrevolução fascista como prega esta interpretação. No entanto, há que se reconhecer que como toda revolução, a húngara é um movimento plural, que há operários, intelectuais e burgueses, mas que o papel desempenhado pelas classes reacionárias nesse processo, não chega nem perto do papel de vanguarda que foi realizado pelos conselhos operários, mas mesmo assim, preferiu-se dar evidência àqueles aspectos reacionários pedidos pelos burgueses. Já as outras duas (a personalista e a operária) creditam que a revolução com uma face não para o estabelecimento de uma democracia burguesa, mas sim meios mais eficientes para se debater e implementar realmente o socialismo na Hungria.

Mas é necessário levar em consideração que por mais que as suas propostas fossem consideradas ousadas, Imre Nagy, não avança em direção a estabelecer uma

autonomia operária, muito pelo contrário, quando ele se reestabelece no poder, chama para formar um governo de coalizão multipartidário com membros do Partido dos Pequenos Proprietários Rurais, mas não coloca lá nenhum operário representante dos conselhos que se formaram naquele momento, ele os reconhece mas não como força política expressiva. Isso pode ser explicado, através de sua formação política, de caráter a privilegiar a burocracia, ter sido realizada toda dentro do PCH e ele compreender que o Partido é a expressão e a voz da classe operária, definindo assim, as suas reformas pretendiam criar um socialismo mais humano e nacional, sem, contudo alterar as bases políticas já delineadas no país.

Segundo Segrillo (2006), a insurreição húngara começa através de uma simples manifestação do Círculo Petoefi, de intelectuais e estudantes, de apoio aos poloneses no dia 23 de outubro. Esta primeiramente é proibida de ocorrer, sendo liberada de última hora e acaba reunindo um número bem superior do que o PTH esperava (acreditava-se que a manobra esvaziaria a manifestação), mas ela ocorre de maneira pacífica. Mas a declaração de um membro do governo é o estopim para uma série de manifestação que levam o povo às ruas e a tentativa de invasão de uma rádio leva à morte alguns manifestantes e à chamada de Nagy para compor o governo novamente. No entanto, este não consegue dar vazão às propostas feitas pelos operários. Já no dia seguinte começam a se organizar em conselhos, sendo que o da fábrica Csepel de Budapeste é o primeiro a ser formado e os trabalhadores desta estão à frente do movimento de resistência na capital, em que a convocação de uma greve geral – contra a violência empreendida pelo governo – leva à paralisação da produção no país por alguns dias. É preciso notar que apesar de ter se constituído primeiramente em Budapeste, os conselhos operários irão se destacar de forma mais ativa nas províncias.

Nestes treze dias de insurreição, os conselhos se tornam os principais elementos de luta nas províncias de Miskolc, Győr, Szeged e Pecs. Nestes lugares, os conselhos eram responsáveis não somente por controlar a produção nas fábricas, mas também por armar os combatentes que lutavam contra as tropas russas, organizavam o abastecimento e apresentavam reivindicações políticas e econômicas. Apesar de algumas propostas divergirem entre si, em geral elas pediam: a substituição das autoridades locais stalinistas,

a aplicação da *autogestão operária*, a partida das tropas russas, direito de greve e a anistia aos insurretos.

Para Lefort (1987) a Hungria teve a chance de se constituir durante a primeira semana da revolução como uma República dos conselhos, devido ao grau de autonomia e controle que estes fizeram, sendo que nem mesmo o governo central se colocou como um poder capaz de enfrentá-los, somente o exército russo tinha essa capacidade. Para ele, a maturidade dos conselhos é demonstrada nas suas reivindicações que não fazem a separação entre os aspectos econômicos e políticos.

Os sindicatos húngaros, assim como os conselhos operários, lançam uma resolução em que pedem uma série de exigências do novo governo de Imre Nagy, no entanto as suas propostas, devido até mesmo à questão dos sindicatos serem vinculados organicamente ao PTH, não avançam mais do que a dos conselhos, sendo que algumas até mesmo entram em contradição, uma vez que quando os conselhos pedem uma autogestão operária nas fábricas, os sindicatos pedem a instauração de uma direção operária que iria conduzir as fábricas.

Nagy não consegue conter o clamor dos operários e a perseguição de Rákosi ao seu governo. Vendo que o atual governo húngaro seria incapaz de por fim às pressões populares, a URSS reivindica o Pacto de Varsóvia como meio de salvar o "socialismo" na Hungria e em 4 de novembro com a ajuda de mais de mil tanques e aviões, Budapeste e outras províncias (como Miskolc) em que os conselhos operários detinham o poder foram bombardeadas. As milícias armadas pelos conselhos foram incapazes de conter a nova leva de tanques e tropas russas que entraram em território húngaro. Segundo Segrillo (2006), foram mais de 20.000 pessoas mortas na invasão soviética e outras tantas presas, deportadas e uma infinidade de pessoas que deixaram a Hungria por causa da repressão.

Janos Kádár assume o governo no lugar de Imre Nagy que é preso e depois executado. Com a impossibilidade de governar sem o apoio dos conselhos operários, Kádár reconhece a sua autoridade e legitimidade, mas não integralmente e aos poucos vai reduzindo seus poderes nas decisões das fábricas até que em novembro de 1957, o governo considera os governos finalmente dissolvidos.

A repressão desencadeada pela URSS contra a Hungria demonstra que o processo de desestalinização não consegue atingir plenamente os seus efeitos e que este se mostra mais como um projeto pessoal de Krushev do que do PCUS, além do que, não seria uma reforma que tentava apagar uns erros cometidos por um dos seus representantes que iria mudar o sistema, porque na verdade, o problema não estava no governante, mas sim na essência do sistema. Além disso, a invasão foi responsável pelo primeiro grande racha nos PC's após a Segunda Guerra Mundial que ocasiona a saída de quadros importantes de dentro dos partidos e a criação de partidos dissidentes.

O último ponto a ser discutido são as novas forças que emergem deste processo revolucionário, em especial uma, que na década de 1960 será a responsável por um dos maiores movimentos de contestação do pós-segunda guerra mundial. A juventude (composta de jovens operários e estudantes) é essa nova força que durante a revolução se constitui como uma camada que tem reivindicações próprias e chega a formar durante esse processo uma federação que é o instrumento através do qual as suas exigências são transmitidas. Em Budapeste ela é, juntamente com o operariado, a principal força revolucionária que organiza a resistência.

Deste modo, é possível observar que a Revolução Húngara de 1956 ao colocar novamente em pauta no processo revolucionário os conselhos operários, avança em direção de um novo fôlego e de buscar as mesmas origens do início da Revolução Russa de 1917. Porém, do lado da União Soviética o que se observa é ao mesmo tempo a tentativa de matar este processo e de manter a Hungria em uma posição satélite, sem a possibilidade de avançar e construir uma revolução que atendesse aos interesses do povo húngaro e não a burocracia soviética.

Referências:

BRITO, Carlos. *O 20º Congresso do PCUS e o combate ao stalinismo*. Pravda, Lisboa, Novembro de 2006. Acesso em: 01 de novembro de 2009. Disponível em: <http://port.pravda.ru/cplp/portugal/13808-carlosbrito-o>

BRINTON, Maurice. *Os bolcheviques e o controle operário*. Lisboa: Afrontamento, 1975.

COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Resolução sobre a situação da Hungria. In: SZABO, Ladislao (org.). *Hungria 1956: ... e o muro começou a cair*. São Paulo: Contexto, 2006. pp. 167 – 168.

LEFORT, Claude. A insurreição húngara. In: *A invenção democrática: os limites do totalitarismo*. São Paulo: Brasiliense, 1987. pp. 132 - 166.

LEFORT, Claude. Uma outra revolução. In: *A invenção democrática: os limites do totalitarismo*. São Paulo: Brasiliense, 1987. pp. 167 - 187.

SZABO, Ladislao. Caminhando para a Revolução. In: SZABO, Ladislao (org.). *Hungria 1956: ... e o muro começou a cair*. São Paulo: Contexto, 2006. pp.11-52

SEGRILLO, Angelo. O ano de todas as possibilidades. In: SZABO, Ladislao (org.). *Hungria 1956: ... e o muro começou a cair*. São Paulo: Contexto, 2006. pp. 53 - 104.

TRAGTENBERG, Maurício. A luta pela autogestão no Leste Europeu. In: *Reflexões sobre o socialismo*. São Paulo: Unesp, 2008. pp. 65 -72.

MOVIMENTO AUTOGESTIONÁRIO

[HTTP://MOVAUT.NET/](http://MOVAUT.NET/)

[HTTP://WWW.ENFRENTAMENTO.NET/](http://WWW.ENFRENTAMENTO.NET/)